



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 540

Quarta-feira - 28 de Julho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	2
Ascurra.....	4
Biguaçu	5
Caçador.....	6
Campo Alegre	9
Campos Novos	12
Canoinhas.....	16
Chapadão do Lageado	45
Concórdia	45
Coronel Martins.....	53
Curitiba.....	54
Forquilha.....	90
Fraiburgo.....	95
Garopaba.....	98
Gaspar	103
Governador Celso Ramos	105
Herval do Oeste	105
Imbituba	106
Iomerê	106
Irineópolis	133
Joaçaba	137
José Boiteux	139
Lauro Muller	139
Luzerna	140
Massaranduba.....	146
Meleiro	147
Monte Carlo	148
Nova Trento	152
Paulo Lopes	153
Pinheiro Preto	153
Porto Belo.....	157
Porto União.....	158
Rio do Sul.....	161
Santa Terezinha do Progresso	162
São Lourenço do Oeste.....	170
São Pedro de Alcântara.....	171
Schroeder	171
Tunápolis.....	178
Turvo	178
Videira.....	179

Associações de Municípios

AMAI.....	184
-----------	-----

Consórcios Públicos

CIS/AMFRI.....	184
----------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 93/2010

DECRETO Nº. 93/2010 de 26 de Julho de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 30.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 26 de julho de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de julho de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Decisão Pregão Nº 35/2010

EXTRATO DE DECISÃO

Pregão Presencial nº 35/2010; Objeto: aquisição de material (Materia-Prima) para Confecção de Fraldas Descartáveis Geriátrica e Infantil para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos. Extrato da decisão: "(...)Assim sendo, diante da constatação de que não houve interessados neste procedimento licitatório, mesmo com a repetição do certame e sendo a mesma declarada deserta, autorizo a dispensa de licitação dos

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

produtos em questão, com base no contido no art. 24, V, da Lei Federal n.º 8.666/93."

Antônio Carlos, 26 de julho de 2010.
RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Extrato de Primeiro Aditivo ao Contrato N° 126/2010 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 126/2010; Origem: Licitação nº 67/2010 - Tomada de Preços; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Eletro Comercial Energiluz Ltda.; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de entrada de energia para a escola e ginásio municipal Dom Afonso Niehues do Município de Antônio Carlos; Valor do Contrato Original: R\$ 26.971,00 (vinte e seis mil, novecentos e setenta e um reais); Valor do Aditivo: R\$ 6.462,03 (seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e três centavos); Valor Total do Contrato: R\$ 33.433,03 (trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e três centavos).

Antônio Carlos, 23 de Julho de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Homologação Candidatos Inscritos Processo Seletivo N° 004/2010

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Edital de Processo Seletivo N° 004/2010

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo N° 004/2010.

Agente Comunitário de Saúde - Santa Maria

Número Inscrição	Nome Candidato
01	Joice Helena Petri
02	Gisele Aparecida Martins Prim
03	Joalici Cristina Koerich
04	Mayara Guesser

Comunica ainda que a prova objetiva será realizada às 9:30 horas do dia 28/07/2010, nas dependências da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, sito a Praça Anchieta, nº 10, no centro na cidade de Antônio Carlos - SC.

Antônio Carlos, em 26 de julho de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 1297

DECRETO N° 1297, de 26 de julho de 2010.
Prorroga o Decreto nº 1266, de 27 de abril de 2010, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a

área do município, afetada por Enxurrada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 100, inciso XXX da Lei Orgânica do Município, pelo art. 17, do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 21 de abril de 2010, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das chuvas no período.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 1266, de 27 de abril de 2010, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Arroio Trinta - SC, 26 de julho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 26 de julho de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Decreto N° 1298

DECRETO N° 1298, de 26 de julho de 2010.
Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item II da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
02.01.04 ADMINISTRAÇÃO
02.01.04.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.01.04.122.0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
02.01.04.122.0401.2002 MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE
31900000-0100-00000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 18.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
02.01.04 ADMINISTRAÇÃO
02.01.04.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.01.04.122.0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
02.01.04.122.0401.2002 MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE
33900000-0100-00000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 18.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de julho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 26 de julho de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1299

DECRETO Nº 1299, de 26 de julho de 2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item II da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
02.01.28 ENCARGOS ESPECIAIS
02.01.28.846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
02.01.28.846.2800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL
02.01.28.846.2800.000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS
31910000-0100-00000 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 12.000,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
02.01.28 ENCARGOS ESPECIAIS
02.01.28.846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
02.01.28.846.2800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL
02.01.28.846.2800.000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS
33900000-0100-00000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 18.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
02.01.28 ENCARGOS ESPECIAIS
02.01.28.846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
02.01.28.846.2800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL
02.01.28.846.2800.000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS
46900000-0100-00000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de julho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 26 de julho de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 132, de 28/07/2010.

PORTARIA Nº 132, de 28/07/2010.

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido LICENÇA PRÊMIO ao servidor Municipal IDE PAULO BOZA, admitido por concurso público para o cargo efetivo de MOTORISTA, através da Portaria nº 055 de 03/04/1990, relativas aos períodos aquisitivos de 03/04/1995 à 03/04/2000 (90 dias), 03/04/2000 a 03/04/2005 (60 dias) e gozo das mesmas sem intervalo no período de 28/07/2010 à 24/12/2010, ou seja, 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos,



conforme previsto na Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 28 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2156

DECRETO Nº 2156, de 12 de maio de 2010.

Prorroga o Prazo de Validade do Concurso Público Nº 007/2008

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público Municipal nº 007/2008, homologado e publicado através do Decreto nº 01975, de 04 de junho de 2008, por mais 2 (dois) anos, em conformidade com o item 9.1, das Disposições Finais do Edital de Concurso Público nº 007/2008, de 27 de maio de 2008.

Art. 2º - Continuam vigentes todas as regras constantes no Edital do Concurso Público nº 007/2008.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 12 de maio de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Ascurra/SC, 12 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto Nº 2171

DECRETO Nº 2171 DE 26 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal no período eleitoral-2010.

MOACIR POLIDORO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Ascurra, e tendo em vista o disposto no art. 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), e no art. 50, inciso VI, alínea "b" da Resolução nº 23.191 - Instrução nº 131, de 16 de dezembro de 2009, do Tribunal Superior Eleitoral, DECRETA: Art. 1º Fica vedada, no âmbito da Administração Pública Municipal, no período eleitoral referente ao ano de 2010, a veiculação das logomarcas dos Governos Estadual e Federal em quaisquer suportes utilizados como meio de divulgação realizado mediante parceria do Município de Ascurra com o Estado de Santa Catarina e a União. Art. 2º Sem prejuízo da obrigação de suspender, durante o período eleitoral, a veiculação e distribuição das ações de publicidade enumeradas no art. 1º deste Decreto, cabe aos órgãos e entidades manter registros claros, contendo data, natureza do material ou peça, destinatário e outras informações pertinentes, dando conta

de que o material ou peça referente à publicidade foi distribuído, veiculado, antes do início do período eleitoral, para, se necessário, fazer prova junto à Justiça Eleitoral. Art. 3º São proibidas aos agentes públicos municipais, especialmente, nos termos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis e imóveis, material de expediente pertencentes à administração direta ou indireta do Município; II - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta municipal, PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA CNPJ 83102772/0001-61

ESTADO DE SANTA CATARINA

ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado; III - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pelo Poder Público; e IV - utilizar-se de email corporativo da Prefeitura Municipal de Ascurra para tratar de assuntos pertinentes ao pleito eletivo ou pessoal; V - utilizar-se do telefone celular funcional e/ou convencional para realizar ligações telefônicas em benefício de candidatos, partidos, coligações ou comitês eleitorais. Art. 4º As situações que ensejarem dúvidas de interpretação quanto à aplicação do estabelecido neste Decreto devem ser submetidas previamente à Assessoria Jurídica do Município. Art. 5º O descumprimento do disposto neste Decreto será de inteira responsabilidade do agente público que lhe der causa, sem prejuízo das sanções cabíveis. Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Ascurra/SC, 26 de julho de 2010. MOACIR POLIDORO Prefeito de Ascurra/SC Este Decreto foi publicado na forma regulamentar. Ascurra/SC, 26 de julho 2010. Maria de Fátima Martins Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2155

DECRETO Nº. 2155, de 12 de maio de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009, no vínculo 30000.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

07.01	SECRET. TRANSP. E SERV. URBANOS	
15.452.0030.2016	Transf. Depart. De obras e Estradas de Rodagem	
4000000000000000	Despesas de Capital	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
Vinc.30000	Superávit Financeiro ano 2009	35.000,00
TOTAL		35.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 12 de maio de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar



Município de Ascurra em, 11 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2159

DECRETO Nº. 2159, de 01 de junho de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009, no vínculo 30000.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3000000000000000 Despesas Correntes
3390000000000000 Aplicações Diretas
Vinc.30000 Superávit Financeiro ano 2009
100.000,00
TOTAL 100.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de junho de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 01 de junho de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto. Nº 2157

DECRETO. Nº 2157, de 12 de maio de 2010.

"Dispõe sobre as modificações do trânsito na Via denominada Travessa Zonta, Bairro Centro"

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Art. 72 da Lei Orgânica do Município de Ascurra/SC e considerando a sugestão do Conselho Municipal de Transito, conforme inciso III, do Art. 1º da Lei nº 580 de 14/10/91,

Decreta:

Art. 1º- Fica decretado via de mão única, para veículos leves, na Travessa Zonta, Bairro Centro;

Parágrafo único: O trânsito na Travessa Zonta, será mão única no sentido Avenida Getúlio Vargas/Centro, passando por baixo da Ponte sobre o Ribeirão São Paulo, junto a Rodovia BR 470.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 12 de maio de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Ascurra/SC, 12 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto. Nº 2158

DECRETO. Nº 2158, de 20 de maio de 2010.

"Dispõe sobre a regulamentação do gabarito do passeio e afastamento frontal nos Becos existentes anteriormente a edição do Plano Diretor - Lei Complementar nº 074, de 06 de novembro de 2007. "

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Art. 72 da Lei Orgânica do Município de Ascurra/SC e

CONSIDERANDO, o inciso VI, do artigo 114 da Lei Complementar nº 074, de 06 de novembro de 2007, que cabe ao Conselho deliberar sobre omissões e contradições da legislação urbanística;

CONSIDERANDO, a deliberação do Conselho Municipal de Saneamento e Desenvolvimento Urbano, realizada em 19/05/2010,

D E C R E T A:

Art. 1º - O gabarito do passeio previsto no § 1º do artigo 67 da lei Complementar nº 074 de 06/11/2007- Plano Diretor, será de 01 (um) metro para os Becos nos seguinte casos:

I - Becos existentes anteriormente a edição do Plano Diretor, que não sejam passíveis de prolongamento com outra via e tendo sua destinação unicamente para uso residencial.

Art. 2º - O afastamento frontal, conforme índice previsto no Anexo III da Lei Complementar nº 074 de 06/11/2007- Plano Diretor, será de 02 (dois) metros para os Becos nos seguinte casos:

I - Becos existentes anteriormente a edição do Plano Diretor, que não sejam passíveis de prolongamento com outra via e tendo sua destinação unicamente para uso residencial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 20 de maio de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Ascurra/SC, 20 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 181 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 181/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de pneus para uso dos caminhões e veículos da Secretaria de Obras e Infraestrutura e Secretaria de Planejamento e Gestão.. Data da abertura da documentação e proposta



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

de preços: 11/08/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 28 de Julho de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 183 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 183/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para uso da Secretaria de Administração. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 11/08/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 28 de Julho de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 185 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 185/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de filtros para água com as devidas instalações para uso dos Centros de Educação Infantil e Escolas da Rede Municipal de Ensino. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 09/08/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 22 de Julho de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 19.725/10

PORTARIA Nº 19.725, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

EXCLUIR da Portaria nº 19.714, de 30 de junho de 2010, o nome da Servidora Pública Municipal FRANCIELE PEREGO, ocupante do

cargo Assistente Administrativo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Secretaria do Gabinete do Prefeito, com efeitos retroativos a contar de 15 de junho de 2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.726/10

PORTARIA Nº 19.726, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado FRANCIELE PEREGO, para exercer a função de Assistente Administrativo, Referência 17A, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, na Secretaria do Gabinete do Prefeito, em substituição ao Servidor Público Municipal MARCOS AURÉLIO MATOS DE SOUZA, que encontra-se em licença sem vencimentos, com efeitos retroativos a contar de 15 de junho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.727/10

PORTARIA Nº 19.727, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

RETIFICAR a Portaria nº 19.376, de 29 de janeiro de 2010, que contratou em caráter temporário a Servidora Pública Municipal CÂNDICE VALEIDA GOLTZ, para o cargo de Enfermeira- PSF, no que se refere ao período de contratação, que passa a ser 11 de janeiro de 2010 a 10 de janeiro de 2012.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.



Portaria 19.728/10

PORTARIA Nº 19.728, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

COLOCAR a disposição da Secretaria de Educação o Servidor Público Municipal ANDERSON JOSÉ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Eletricista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar 1º de julho de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.729/10

PORTARIA Nº 19.729, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

RETIFICAR as Portarias, abaixo relacionadas que concederam conversão e gozo de licenças prêmio ao Servidor Público Municipal SILVIO JOSÉ FERRAREZE GODINHO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, no que se refere aos períodos:

- Portaria nº 14.437, de 30/07/2004- período de 23/04/1998 a 23/04/2003;
- Portaria nº 18.074, de 30/04/2008- período de 23/04/2003 a 23/04/2008;
- Portaria nº 18.316, de 29/08/2008- período de 23/04/2003 a 23/04/2008;

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.730/10

PORTARIA Nº 19.730, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

RETIFICAR a Portaria nº 17.070, de 07 de agosto de 2006, que deferiu a averbação, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 10, de 15/12/2000, o Tempo de Serviço/ Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social -

INSS, da Servidora Pública Municipal DIRCE STIEGLER, ocupante do cargo de Professora, no que se refere ao período que passa a ser 1.990 (um mil, novecentos e noventa) dias, ou 05 (cinco) anos, 05 (cinco) meses e 15 (quinze) dias.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.732/10

PORTARIA Nº 19.732, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JOEL MONTEIRO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Agrícolas e Florestais- Classe I, Referência 05, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, 03 (três) meses de Licença Prêmio, a que faz jus, referente ao período de 02/02/2003 a 02/02/2008, com efeitos retroativos a contar de 04 de junho de 2010 a 01 de setembro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2010

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria 19.731/10

PORTARIA Nº 19.731, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

R E S O L V E:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal LAURENTINO FOGAÇA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Médias, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 5.449 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove) dias, ou 14 (quatorze) anos, 11 (onze) meses e 09 (nove) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00004/01-6, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 23/02/2001.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de



2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

ROSANGELA BIASI STASKOWIAN
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Aviso Inexigibilidade 10-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 10/2010

O Município de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 10/2010 para conserto da transmissão na máquina nº 58 - motoniveladora 120 h Caterpillar, junto a Paraná Equipamentos SA, com sede nas cidades de São José, SC, e Curitiba, PR, pelo valor total de R\$ 40.800,00, com prazo de validade por 12 meses, nos termos do Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador-SC, 26 de julho de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 62-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 62/2010

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores turbina, estofaria e tapeçaria, sendo serviços de caráter preventivo e corretivo, com aplicação e fornecimento de peças genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, destinados a Divisão de Segurança Pública (Guarda Municipal e Trânsito)

ENTREGA DOS ENVELOPES: 10:00 Horas do Dia 11/08/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 10:05 Horas do Dia 11/08/2010.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 23 de julho de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Editais de Convocação 23/10- Acts Educação.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 23, de 16 de julho de 2010.

Convoca aprovados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 01/2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 01/2009, para

TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme sequência de classificação:

PROFESSOR DE HISTÓRIA- 5ª SÉRIA A 8ª SÉRIE
Edson Luiz Pagnussat

PROFESSOR DE CIÊNCIAS- 5ª SÉRIA A 8ª SÉRIE
Evelin de Fátima Monteiro

PROFESSOR DE INGLES
Vera Lucia de Biasi Lenhari

a) O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse e o exercício, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de julho de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 62

RESOLUÇÃO nº 62, de 13 de julho de 2010.

Concede férias a servidora da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 90 e 93 da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER à servidora JULIANA MACIEL KOHL, cupante do cargo de provimento efetivo de Advogada da Câmara Municipal de Caçador, (10) dez dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 06/11/2008 a 05/11/2009, a contar do dia 26/07/2010, até o dia 04/08/2010.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor em 13 de julho de 2010.

Gabinete da Presidência, 13 de julho de 2010.
DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 7.454

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.454 DE 26 DE JULHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS A CHEFE DE SERVIÇO DE
APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, à Chefe de Serviço de Apoio Administrativo da Saúde - MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, matrícula nº 000252, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2009 à 31 de julho de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.455

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.455 DE 26 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Operacional I - CRISTIANO STELZNER, matrícula nº 000559, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2009 a 02 de julho de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 27 de julho de 2010 à 05 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.456

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.456 DE 26 DE JULHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Motorista - JOSÉ BANGHUCK, matrícula nº 000026, referente ao período aquisitivo de 04 de abril de 2009 à 03 de abril de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.457

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.457 DE 26 DE JULHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Agente Operacional II - PEDRO IVONEI GORNIAK, matrícula nº 000567, referente ao período aquisitivo de 13 de outubro de 2008 à 12 de outubro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.458

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.458 DE 26 DE JULHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Agente Operacional I - ANTONIO DA SILVA, matrícula nº 000561, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2009 à 02 de julho de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.459

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.459 DE 26 DE JULHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Terapeuta Ocupacional - MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, matrícula nº 000457, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, em moeda cor-

rente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.460

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.460 DE 26 DE JULHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A CHEFE
DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Chefe de Serviço de Apoio Administrativo da Saúde - MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, matrícula nº 000252, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2005 à 01 de agosto de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 7.461

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 7.461 DE 26 DE JULHO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº



036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 000066, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2005 à 01 de julho de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.462

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.462 DE 26 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora - TEREZINHA SIMÕES DE FARIAS FUCKNER, Professora, matrícula nº 358, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2008 à 01 de julho de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de julho de 2010 à 06 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.463

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.463 DE 26 DE JULHO DE 2010
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Auxiliar de Enfermagem - MARILENA PISKE, matrícula nº 000051, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2000 a 01 de novembro de 2005.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 02 de agosto de 2010 à 31 de agosto de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.464

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.464 DE 26 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor - LUIZ ERNANDES WESCHE, Agente Administrativo II, matrícula nº 000569, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2009 à 25 de janeiro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 04 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Campos Novos

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Nº 13/2010

DECRETO Nº 13/2010

APROVA AS CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES REFERENTE AOS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2010.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, referente aos seguintes meses: Abril, Maio e Junho de 2010.

Art. 2º. O presente projeto foi submetido a análise das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação Final, e Orçamento, Finanças e Tributação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 16 de julho de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Decreto Nº 12/2010

DECRETO Nº 12/2010

CONCEDE A COMENDA "JOÃO GONÇALVES DE ARAÚJO" A SENHORA NEUSA DE SOUZA THIBES.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Concede a Comenda "João Gonçalves de Araújo" a Senhora "NEUSA DE SOUZA THIBES", por ter contribuído para o crescimento e o desenvolvimento da comunidade camponovense e região.

Parágrafo único - Neusa de Souza Thibes, advogada, nascida em 22 de junho de 1950, filha de Victoria Thibes e Euclides de Souza Thibes. Ministrou diversos cursos entre eles: Motivação ao Trabalho com Alunos e Professores do Município de Vargem; Palestra para os Profissionais da Educação do Município de Zortea - Limites na Educação e importância do Toque; Curso de Capacitação para Conselheiros e Profissionais que Trabalham na Área da Infância e da Juventude dos Municípios de Brunópolis, Vargem, Campos Novos, Zortea e Monte Carlo; Curso para os Profissionais de Educação - rede municipal de Campos Novos. Foi professora de Ensino Primário no Município de Água Doce; Escriturária do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Campos Novos; Chefe Recursos Humanos do Grupo Zortea; atualmente é Secretária Executiva da AMPLASC - Associação dos Municípios do Planalto

Sul de Santa Catarina, Vice-Presidente do BAPEM e Membro do Conselho do Fórum Mesomercosul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 16 de julho de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Portaria Nº 14/2010

Portaria Nº 14/2010

NOMEIA SERVIDORA QUE MENCIONA.

A Mesa Diretora, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Art. 57 da LOM, combinado com o inciso III do Art. 65 e inciso IV do Art. 149 do Regimento Interno...

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, portador do CI nº 11/R 2.817.324 - SSP/SC, data de expedição 07/12/1989, CPF nº 762.954.519-34, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Lei Nº. 3.548/2010 de 19/07/2010, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 26 de Julho de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES SOBRINHO
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
2º. Secretário

Moção Nº 29/2010

MOÇÃO Nº 29/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a seguinte...

Consternados com o falecimento do Senhor...
"FORTUNATO DEZIDERIO ROVEA"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos emanam no sentimento e desejamos que Deus dê tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.
Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 13/07/2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa



JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

Moção Nº 32/2010

MOÇÃO Nº 32/2010
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares, conforme segue...

Consternados com o falecimento do Senhor...
\" LUIZ REDANTE SOBRINHO \"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos emanamos no sentimento e desejamos que Deus dê tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.
Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 15/07/2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

Moção Nº 25/2010

MOÇÃO Nº 25/2010
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assentos nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais parabenizam...
\"LOJA SIMBÓLICA SILÊNCIO E FRATERNIDADE\"

Pela comemoração de seus 25 anos de excelente atuação em nosso Município.

Outrossim, parabenizamos também a todos os integrantes da Loja Simbólica Silêncio e Fraternidade.

Sala das Sessões, em 27/05/2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI
Presidente da Mesa

ADAVILSON TELLES
Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

Moção Nº 26/2010

MOÇÃO Nº 26/2010
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a seguinte...



MOÇÃO DE APELO

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais solicitam ao....

\\"Excelentíssimo Senhor Luis Inácio Lula da Silva - Presidente da República; Exmo Sr. Leonel Arcângelo Pavan - Governador do Estado de Santa Catarina; Exmo Sr. Neuto de Conto - Senador; Exma Sra. Ideli Salvatti - Senadora; Exmo Sr. Raimundo Colombo - Senador; e aos Exmos Srs. Angela Amim, Celso Maldaner, Claudio Vignatti, Décio Lima, Edinho Bez, Fernando Coruja, Gervásio Silva, João Matos, João Pizzolatti e Valdir Colatto - Deputados Federais por Santa Catarina.\\"

A Receita Federal sediada na cidade de Joaçaba atende aos municípios de Abdon Batista, Água Doce, Brunópolis, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Erval d'Oeste, Ibicaré, Ipira, Irani, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Monte Carlo, Ouro, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Treze Tílias e Vargem.

Entretanto, para resolver problemas simples como CPF's com restrição, arrecadação de INSS, certidões negativas, falhas em documentações, entre outros, só podem ser resolvidos pelos próprios donos das documentações os quais necessitam se deslocar até a Receita Federal de Joaçaba, causando grandes transtornos e despesas aos moradores dos municípios citados, pois apesar de não serem graves problemas, não se consegue resolver isto pelo site da Receita Federal.

Apelamos para a instalação de um posto de atendimento da Receita Federal em Campos Novos, acreditando que a própria Receita Federal de Joaçaba irá desafogar os serviços acumulados, pois a instalação do mesmo em Campos Novos irá contentar tanto os moradores dos municípios vizinhos, quanto aos funcionários da Receita Federal de Joaçaba, que, por acúmulos de serviços, acabam por entregar as solicitações em longo prazo, o que seria desnecessário caso houvesse desafogamento de funções e melhor distribuição de tarefas.

Reforçamos a solicitação da instalação deste posto de atendimento da Receita Federal em nosso município, pois os municípios vizinhos citados acima e quem sabe até, outros municípios próximos como: Celso Ramos, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, São José do Cerrito, entre outros, poderiam também ser atendidos aqui e ganharão muito no sentido de agilizar as tarefas na Receita Federal, diminuindo os transtornos e as despesas geradas com as muitas idas as unidades existentes.

É importante salientar que, para fazer esses atendimentos, nosso município se coloca à inteira disposição de uma estrutura para instalação deste posto, assim, só será necessário remanejar funcionários, para que o mesmo faça o trabalho de protocolo dos documentos necessários e possa resolver os problemas mais simples e repasse-os à Receita Federal de Joaçaba ou qualquer outra cidade que possa fazer a fiscalização dos referidos documentos pertinentes.

Pedimos encarecidamente que os excelentíssimos senhores nos apoiem e nos fortaleça com a instalação deste posto de atendimento da Receita Federal em nosso município, Campos Novos.

Sala das Sessões, em 27/05/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

CIRILO RUPP

Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA

Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES

Vereador

LEONILDO RECALCATTI

Vereador

Moção Nº 27/2010

MOÇÃO Nº 27/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Nós vereadores, Maurílio Castro Campagnoni, José Tadeu Guzatti, Silvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho, José Jair Fagundes Antunes, Cirilo Rupp, Irineu Armando Osório Junior, Leonildo Recalcatti, João Valdenir da Silva e José Adelar Carpes, consternados com o falecimento da Sra...

\\"PIERINA PANCERA SEMIN\\"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifestam os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos ermanamos no sentimento e desejamos que Deus dê tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 10/06/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

2º Secretário

CIRILO RUPP

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA

Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES

Vereador

LEONILDO RECALCATTI

Vereador

Moção Nº 28/2010

MOÇÃO Nº 28/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos



Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

MOÇÃO DE REPÚDIO

\ "A DECISÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SOBRE O PROCESSO DE TITULAÇÃO DAS TERRAS DA INVERNADA DOS NEGROS\ "

A Câmara de Vereadores de Campos Novos, em repúdio, lamentamos veementemente a decisão do Senhor Luiz Inácio Lula Da Silva - Presidente da República, em nome da população de nosso município, vítima do Decreto de 17 de junho de 2010, que \ "Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo Território Quilombola de Invernada dos Negros, situados nos municípios de Abdon Batista e Campos Novos, Estado de Santa Catarina.\ "

Cremos que a legitimação aos Quilombolas vai resultar num fato negativo. Embora se constate que os produtores interessados poderão ser remanejados para outras áreas, com o dinheiro da indenização provavelmente não conseguirão comprar terras na região, já que estas ficam distantes do perímetro urbano, com pouco acesso, e portanto, sem tanto valor econômico. Não podemos esquecer que a indenização será concedida após uma avaliação individual e que a vinda para área urbana acarretará no engrossamento da população pobre.

No mais, cerca de sessenta por cento das terras são de reflorestamento e mata nativa, plantações e criações de gado, ou seja, totalmente produtiva, o que não justificaria tal desapropriação.

Consideremos, ainda, os problemas que a Indústria e Comércio de Papelão Ibicuí Ltda, de grande importância ao nosso município, enfrentará, uma vez que a mesma gera inúmeros empregos diretos e indiretos à nossa população.

Sala das Sessões, em 06/07/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
1º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

Moção Nº 30/2010

MOÇÃO Nº 30/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos
Consternados com o falecimento do Senhor...

\ "GERMANO CHIODI\ "

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos emanamos no sentimento e desejamos que Deus dê tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 13/07/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

Moção Nº 31/2010

MOÇÃO Nº 31/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais manifestam sua homenagem e agradecimento as senhoras ...

\ "MARLI BECKER E VILMAIR DELFIS\ "

Pela dedicação quanto a composição e interpretação do Hino do Rotary Club.

Ficamos orgulhosos pelo brilhante talento musical demonstrado e honrosos quanto o empenho demonstrado frente a está conquista.

Outrossim, não podemos deixar de homenagear os esforços e méritos por nossas ilustres camponovenses que ficarão conhecidas nacionalmente.

Parabenizamos e desejamos sucesso no decorrer de suas carreiras.

Sala das Sessões, em 15/07/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
1º Secretário



JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

Moção Nº 33/2010

MOÇÃO Nº 33/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares conforme segue...
Consternados com o falecimento do Senhor...

\"DARLAN CEREGATTI\"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos emanamos no sentimento e desejamos que Deus dê tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 15/07/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 144/2010

DECRETO Nº 144/2010

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 007/SMS/2010"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 007/SMS/2010, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de julho de 2010.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 23/07/2010.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças Interino

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 007/SMS/2010

MÉDICO CLÍNICO GERAL – 01 VAGA 10 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
01	Odair José Camargo – CPF: 031.499.849-71	6,0	Aprovado

MÉDICO PEDIATRA – 01 VAGA 10 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
-	Não houve inscritos	-	-

MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA – 01 VAGA 10 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
-	Não houve inscritos	-	-

Decreto Nº 146/2010

DECRETO Nº 146/2010

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/SMDSF/2010"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Psicólogo, no Edital nº 001/SMDSF/2010, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de julho de 2010.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 26/07/2010.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças Interino

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 001/SMDSF/2010

PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
001	Jovana Maria Marin	9,0
002	Mozele Silveira	7,5
003	Herica Withoeft	4,0

Edital de Tomada de Preços n.º 04/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 68/2010

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12 de agosto de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada no ramo de Assessoria, visando o acompanhamento e orientação especializada, com conferência do movimento contábil, folha de pagamento e informações ao Tribunal de Contas e outros órgãos, esclarecimentos de dúvidas, análise de balancetes, licitações e documentos oriundos da Prefeitura e demais atividades relacionadas com a Administração Pública Municipal. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Relatório resumido execução orçamentária 3.º bimestre 2010

Município de CANOINHAS

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	61.486.437,56	
Previsão Atualizada		—	61.486.437,56	
Receitas Realizadas		14.681.687,88	34.710.264,10	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	885.072,71	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	61.486.437,56	
Créditos Adicionais		—	13.019.680,11	
Dotação Atualizada		—	74.506.117,67	
Despesas Empenhadas		9.829.349,96	36.481.868,39	
Despesas Liquidadas		9.580.857,79	24.297.048,45	
Superavit Orçamentário		—	10.413.215,65	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.829.349,96	36.481.868,39	
Despesas Liquidadas		9.580.857,79	24.297.048,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			57.926.424,60	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.267.000,00	-634.284,29	-50,06
Resultado Primário		-1.316.260,00	7.770.585,85	-590,35
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	378.193,56	0,00	368.652,29	9.541,27
EXECUTIVO	378.193,56	0,00	368.652,29	9.541,27
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	8.658.407,25	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08
EXECUTIVO	8.658.407,25	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08
TOTAL:	9.036.600,81	14.386,89	5.629.672,57	3.392.541,35
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.771.850,84	25%	23,49
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.252.821,25	60%	75,04
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.461.431,00	538.569,00	
Despesa de Capital Líquida		1.064.559,64	19.019.248,09	

Continua 1/2



Município de CANOINHAS

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	206.293,50	-121.293,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	76.324,63

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.612.409,24	15,00	17,78

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	61.486.437,56	
Previsão Atualizada		—	61.486.437,56	
Receitas Realizadas		14.681.687,88	34.710.264,10	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	885.072,71	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	61.486.437,56	
Créditos Adicionais		—	13.019.680,11	
Dotação Atualizada		—	74.506.117,67	
Despesas Empenhadas		9.829.349,96	36.481.868,39	
Despesas Liquidadas		9.580.857,79	24.297.048,45	
Superavit Orçamentário		—	10.413.215,65	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.829.349,96	36.481.868,39	
Despesas Liquidadas		9.580.857,79	24.297.048,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			57.926.424,60	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.267.000,00	-634.284,29	-50,06
Resultado Primário		-1.316.260,00	7.770.585,85	-590,35
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	378.193,56	0,00	368.652,29	9.541,27
EXECUTIVO	378.193,56	0,00	368.652,29	9.541,27
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	8.658.407,25	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08
EXECUTIVO	8.658.407,25	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08
TOTAL:	9.036.600,81	14.386,89	5.629.672,57	3.392.541,35
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.771.850,84	25%	23,49
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.252.821,25	60%	75,04
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.461.431,00	538.569,00	
Despesa de Capital Líquida		1.064.559,64	19.019.248,09	

Continua 1/2

Município de CANOINHAS

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	206.293,50	-121.293,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	76.324,63

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.612.409,24	15,00	17,78

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.486.437,56	61.486.437,56	14.681.687,88	23,88	34.710.264,10	56,45	26.776.173,46
RECEITAS CORRENTES	58.401.437,56	58.401.437,56	10.493.963,38	17,97	29.860.212,70	51,13	28.541.224,86
RECEITA TRIBUTARIA	8.012.000,00	8.012.000,00	1.559.112,51	19,46	4.682.797,01	58,45	3.329.202,99
IMPOSTOS	6.430.000,00	6.430.000,00	1.285.545,96	19,99	3.960.545,03	61,59	2.469.454,97
TAXAS	1.482.000,00	1.482.000,00	273.566,55	18,46	722.251,98	48,73	759.748,02
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.040.000,00	2.040.000,00	98.298,59	4,82	266.885,37	13,08	1.773.114,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	40.000,00	40.000,00	3.427,28	8,57	5.587,41	13,97	34.412,59
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.000.000,00	2.000.000,00	94.871,31	4,74	261.297,96	13,06	1.738.702,04
RECEITA PATRIMONIAL	341.260,00	341.260,00	126.212,38	36,98	296.861,53	86,99	44.398,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	331.260,00	331.260,00	126.212,38	38,10	296.861,53	89,62	34.398,47
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.086.177,56	46.086.177,56	8.544.982,73	18,54	24.081.148,61	52,25	22.005.028,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.753.777,56	45.753.777,56	8.443.074,76	18,45	23.904.620,31	52,25	21.849.157,25
Transf. de Conv.	332.400,00	332.400,00	101.907,97	30,66	176.528,30	53,11	155.871,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.922.000,00	1.922.000,00	165.357,17	8,60	532.520,18	27,71	1.389.479,82
Multas e Juros de Mora	398.000,00	398.000,00	47.501,54	11,94	134.760,72	33,86	263.239,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.000,00	12.000,00	4.960,61	41,34	6.416,15	53,47	5.583,85
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	562.000,00	562.000,00	86.203,47	15,34	301.603,80	53,67	260.396,20
RECEITAS DIVERSAS	950.000,00	950.000,00	26.691,55	2,81	89.739,51	9,45	860.260,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.085.000,00	3.085.000,00	4.187.724,50	135,74	4.850.051,40	157,21	-1.765.051,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	2.461.431,00	82,05	2.461.431,00	82,05	538.569,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.461.431,00	82,05	2.461.431,00	82,05	538.569,00
ALIENAÇÃO DE BENS	85.000,00	85.000,00	206.293,50	242,70	206.293,50	242,70	-121.293,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	85.000,00	85.000,00	206.293,50	242,70	206.293,50	242,70	-121.293,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.520.000,00	0,00	2.182.326,90	0,00	-2.182.326,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	520.000,00	0,00	1.182.326,90	0,00	-1.182.326,90
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	61.486.437,56	61.486.437,56	14.681.687,88	23,88	34.710.264,10	56,45	26.776.173,46

Continua 1/3

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	61.486.437,56	61.486.437,56	14.681.687,88	23,88	34.710.264,10	56,45	26.776.173,46
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	61.486.437,56	61.486.437,56	14.681.687,88	23,88	34.710.264,10	56,45	26.776.173,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.580.840,81	—	—	885.072,71	—	—
Superávit Financeiro	—	3.580.840,81	—	—	885.072,71	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	61.486.437,56	13.019.680,11	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	32,61	50.209.069,22
DESPESAS CORRENTES	53.237.985,56	1.144.324,38	54.382.309,94	7.010.574,85	32.059.538,93	9.396.628,87	23.232.488,81	42,72	31.149.821,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.649.880,00	302.503,80	28.952.383,80	5.159.718,53	15.000.963,50	5.343.846,16	13.918.666,26	48,07	15.033.717,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.165.000,00	0,00	2.165.000,00	391.659,64	1.053.370,06	389.378,24	1.051.088,66	48,55	1.113.911,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	-340.385,11	659.614,89	0,00	234.560,14	27.508,67	104.043,90	15,77	555.570,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.901.105,56	1.182.205,69	22.083.311,25	1.371.845,01	15.419.514,12	3.531.595,78	7.872.918,80	35,65	14.210.392,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	522.000,00	0,00	522.000,00	87.351,67	351.131,11	104.300,02	285.771,19	54,75	236.228,81
DESPESAS DE CAPITAL	8.208.452,00	11.875.355,73	20.083.807,73	2.818.775,11	4.422.329,46	184.228,92	1.064.559,64	5,30	19.019.248,09
INVESTIMENTOS	6.682.452,00	11.861.507,71	18.543.959,71	2.803.101,61	3.931.784,02	99.348,63	817.905,11	4,41	17.726.054,60
INVESTIMENTOS	326.000,00	0,00	326.000,00	15.673,50	31.138,50	13.447,20	28.742,20	8,82	297.257,80
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000,00	153.532,24	253.532,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253.532,24

Continua 2/3

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	61.486.437,56	13.019.680,11	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	32,61	50.209.069,22
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.100.000,00	-139.684,22	960.315,78	0,00	459.406,94	71.433,09	217.912,33	22,69	742.403,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	61.486.437,56	13.019.680,11	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	32,61	50.209.069,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	61.486.437,56	13.019.680,11	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	32,61	50.209.069,22
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	10.413.215,65	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	61.486.437,56	13.019.680,11	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	34.710.264,10	32,61	50.209.069,22

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.486.437,56	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	100,00	32,61	50.209.069,22
Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	452.334,05	1.234.530,69	452.334,05	1.234.530,69	5,08	46,76	1.405.469,31
Ação Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	452.334,05	1.234.530,69	452.334,05	1.234.530,69	5,08	46,76	1.405.469,31
Administração	6.254.480,00	6.489.280,06	853.168,04	3.640.833,72	1.001.601,66	2.909.281,02	11,97	44,83	3.579.999,04
Planejamento e Orçamento	830.000,00	860.961,52	113.156,68	580.133,15	142.921,87	402.131,01	1,66	46,71	458.830,51
Administração Geral	5.424.480,00	5.628.318,54	740.011,36	3.060.700,57	858.679,79	2.507.150,01	10,32	44,55	3.121.168,53
Segurança Pública	236.000,00	308.155,34	27.673,27	129.197,82	49.178,48	83.122,25	0,34	26,97	225.033,09
Administração Geral	236.000,00	308.155,34	27.673,27	129.197,82	49.178,48	83.122,25	0,34	26,97	225.033,09
Assistência Social	3.376.109,84	4.138.447,31	640.605,27	2.224.446,05	689.044,40	1.456.522,44	5,99	35,19	2.681.924,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	35.000,00	78.849,55	2.285,00	36.276,85	2.343,85	33.197,71	0,14	42,10	45.651,84
Assistência Comunitária	3.041.109,84	3.759.597,76	638.320,27	1.888.169,20	486.700,55	1.123.324,73	4,62	29,88	2.636.273,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00	200.000,00	300.000,00	1,23	100,00	0,00
Saúde	12.125.837,72	14.451.754,98	3.315.485,43	9.509.209,30	2.309.694,27	5.707.549,25	23,49	39,49	8.744.205,73
Atenção Básica	4.573.064,00	6.593.155,05	2.291.774,46	4.381.225,88	744.349,17	2.467.053,26	10,15	37,42	4.126.101,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.327.550,00	5.574.068,50	675.676,72	4.066.551,41	1.152.225,74	2.527.246,81	10,40	45,34	3.046.821,69
Suporte Profilático e Terapêutico	1.485.020,00	1.523.322,36	240.606,58	818.123,46	291.167,57	510.961,96	2,10	33,54	1.012.360,40
Vigilância Sanitária	221.203,72	223.325,78	42.528,32	79.009,76	40.327,76	69.109,59	0,28	30,95	154.216,19
Vigilância Epidemiológica	519.000,00	537.883,29	64.899,35	164.298,79	81.624,03	133.177,63	0,55	24,76	404.705,66
Educação	19.204.360,00	19.995.082,53	3.213.745,59	11.444.883,68	3.561.079,91	8.210.252,81	33,79	41,06	11.784.829,72
Ensino Fundamental	14.704.110,00	15.095.209,38	1.945.558,97	8.753.937,04	2.777.813,98	6.418.462,62	26,42	42,52	8.676.746,76
Ensino Profissional	60.000,00	310.000,00	51.250,00	51.250,00	12.812,50	12.812,50	0,05	4,13	297.187,50
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	1.662,88	21.207,69	2.095,66	13.268,36	0,05	26,54	36.731,64
Educação Infantil	4.390.250,00	4.539.873,15	1.215.273,74	2.618.488,95	768.357,77	1.765.709,33	7,27	38,89	2.774.163,82
Cultura	373.000,00	373.000,00	42.350,76	201.108,98	54.791,41	131.071,36	0,54	35,14	241.928,64
Difusão Cultural	373.000,00	373.000,00	42.350,76	201.108,98	54.791,41	131.071,36	0,54	35,14	241.928,64
Urbanismo	7.048.000,00	14.931.212,26	642.047,74	3.427.756,87	645.771,08	2.156.968,46	8,88	14,45	12.774.243,80
Administração Geral	2.680.000,00	2.690.000,00	390.013,66	1.716.588,72	467.034,48	1.323.412,49	5,45	49,20	1.366.587,51
Infra-estrutura Urbana	3.218.000,00	10.977.680,02	252.034,08	638.748,55	0,00	386.714,47	1,59	3,52	10.590.965,55
Serviços Urbanos	1.150.000,00	1.110.000,00	0,00	1.072.419,60	178.736,60	446.841,50	1,84	40,26	663.158,50
Turismo	0,00	153.532,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.532,24

Continua 1/3

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.486.437,56	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	100,00	32,61	50.209.069,22
Habituação	290.000,00	442.548,69	0,00	227.111,74	0,00	27.956,01	0,12	6,32	414.592,68
Habituação Urbana	290.000,00	442.548,69	0,00	227.111,74	0,00	27.956,01	0,12	6,32	414.592,68
Gestão Ambiental	275.000,00	285.000,00	22.272,68	192.148,67	42.625,55	96.596,51	0,40	33,89	188.403,49
Preservação e Conservação Ambiental	275.000,00	285.000,00	22.272,68	192.148,67	42.625,55	96.596,51	0,40	33,89	188.403,49
Agricultura	1.388.500,00	1.777.086,96	116.144,39	689.444,01	134.289,48	332.594,30	1,37	18,72	1.444.492,66
Abastecimento	0,00	82.489,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.489,68
Extensão Rural	1.388.500,00	1.694.597,28	116.144,39	689.444,01	134.289,48	332.594,30	1,37	19,63	1.362.002,98
Comércio e Serviços	490.000,00	710.000,00	66.783,63	346.202,89	85.192,61	183.748,21	0,76	25,88	526.251,79
Promoção Comercial	440.000,00	475.000,00	66.783,63	346.202,89	85.192,61	183.748,21	0,76	38,68	291.251,79
Turismo	50.000,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Energia	2.002.000,00	2.042.530,10	16.182,90	131.002,80	21.762,78	69.610,95	0,29	3,41	1.972.919,15
Energia Elétrica	2.002.000,00	2.042.530,10	16.182,90	131.002,80	21.762,78	69.610,95	0,29	3,41	1.972.919,15
Transportes	2.253.150,00	2.836.646,03	372.249,16	1.521.505,47	281.800,94	1.083.736,52	4,46	38,20	1.752.909,51
Policiamento	281.800,00	291.008,74	35.733,82	127.242,38	22.395,38	67.308,67	0,28	23,13	223.700,07
Transporte Rodoviário	1.971.350,00	2.545.637,29	336.515,34	1.394.263,09	259.405,56	1.016.427,85	4,18	39,93	1.529.209,44
Desporto e Lazer	670.000,00	705.442,74	46.565,92	169.426,42	61.383,70	107.427,30	0,44	15,23	598.015,44
Desporto Comunitário	570.000,00	605.442,74	46.565,92	169.426,42	61.383,70	107.427,30	0,44	17,74	498.015,44
Lazer	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Encargos Especiais	2.820.000,00	2.339.930,67	1.741,13	1.393.059,28	190.307,47	506.080,37	2,08	21,63	1.833.850,30
Serviço da Dívida Interna	2.100.000,00	1.619.930,67	0,00	693.967,08	98.941,76	321.956,23	1,33	19,87	1.297.974,44
Transferências	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	84.754,04	172.221,94	0,71	34,44	327.778,06
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	1.741,13	199.092,20	6.611,67	11.902,20	0,05	5,41	208.097,80

Continua 2/3

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	61.486.437,56	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	100,00	32,61	50.209.069,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	61.486.437,56	74.506.117,67	9.829.349,96	36.481.868,39	9.580.857,79	24.297.048,45	100,00	32,61	50.209.069,22

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.567.786,67	4.508.253,68	4.757.597,35	5.311.145,43	5.081.247,44	6.848.277,47	4.760.959,27	4.711.519,80	5.190.948,57	6.731.087,49	6.002.047,31	5.630.876,06	64.101.746,54	64.502.012,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	516.426,80	480.121,12	479.088,29	594.912,41	459.991,65	773.111,77	297.030,12	389.606,49	517.136,81	1.919.911,08	857.874,31	701.500,53	7.986.711,38	8.012.000,00
I.P.T.U.	96.624,57	88.641,80	103.308,29	87.438,38	99.438,26	94.479,57	8.315,93	904,15	2.453,90	1.278.732,03	298.664,94	209.848,41	2.368.850,23	2.500.000,00
I.S.S.	257.864,80	220.848,31	183.656,72	267.984,44	218.872,76	274.842,24	203.225,53	186.969,80	271.948,08	299.810,92	244.869,91	278.021,49	2.908.915,00	2.600.000,00
I.T.B.I.	45.479,88	52.237,91	83.502,98	140.687,22	50.824,14	72.032,66	26.776,70	106.706,26	86.410,62	34.074,85	109.473,27	58.747,45	866.953,94	600.000,00
I.R.R.F	26.626,89	55.346,21	39.261,11	24.819,37	26.812,08	259.833,48	39.964,40	40.859,82	41.392,28	46.453,80	43.476,36	42.706,46	687.552,26	730.000,00
Outras Receitas Tributárias	89.830,66	63.046,89	69.359,19	73.983,00	64.044,41	71.923,82	18.747,56	54.166,46	114.931,93	260.839,48	161.389,83	112.176,72	1.154.439,95	1.582.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	205.867,38	103.485,39	104.106,76	106.438,36	108.114,49	116.646,68	187,18	50.580,84	64.189,81	53.628,95	44.751,32	53.547,27	1.011.544,43	2.040.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	40.919,32	37.871,40	37.236,13	43.385,29	42.586,22	46.487,32	38.266,89	36.871,66	47.908,67	47.567,65	53.335,37	72.877,01	545.312,93	341.060,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.704.388,30	3.725.447,89	4.011.975,92	4.446.198,05	4.221.904,98	5.623.473,40	4.336.091,87	4.134.737,03	4.480.644,20	4.612.992,87	4.954.754,77	4.728.925,62	52.981.534,90	52.186.952,56
Cota-Parte do F.P.M.	875.420,82	1.018.402,96	901.506,39	1.037.031,28	1.294.487,19	1.991.996,16	1.068.083,47	1.304.052,98	968.723,75	1.160.676,40	1.429.029,03	1.240.215,41	14.289.625,84	14.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	998.969,48	915.485,92	1.275.860,70	1.084.777,42	968.562,11	1.632.501,87	1.213.969,31	1.025.405,12	1.267.006,19	1.243.997,80	1.162.696,28	1.214.906,31	14.004.138,51	13.500.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	273.369,93	220.207,85	253.349,37	283.876,03	230.981,01	183.129,49	127.447,37	178.352,97	260.987,70	265.953,20	297.299,75	303.890,51	2.878.845,18	2.500.000,00
Cota-Parte do ITR	473,26	805,48	3.510,96	39.534,58	3.509,25	2.648,47	3.000,14	1.748,16	513,94	188,34	157,22	214,59	56.304,39	50.000,00
Transferências da LC 61/1989	15.732,17	16.976,06	17.597,15	22.384,74	17.758,78	25.779,15	19.897,63	19.357,29	17.697,27	37.552,65	22.971,91	24.818,84	258.523,64	250.000,00
Transferências da LC 87/1996	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	98.819,88	80.000,00
Transferências do FUNDEB	897.787,96	938.727,76	979.088,25	990.858,91	1.033.504,38	1.123.704,42	1.176.869,06	1.044.387,13	1.155.381,60	1.224.297,90	1.199.287,66	1.175.573,71	12.939.468,74	12.500.000,00
Outras Transferências Correntes	634.231,74	606.438,92	572.660,16	979.332,15	664.699,32	655.310,90	718.757,85	553.366,34	802.266,71	672.259,54	835.245,88	761.239,21	8.455.808,72	8.606.952,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.184,87	161.327,88	125.190,25	120.211,32	248.650,10	288.558,30	89.383,21	99.723,78	81.069,08	96.986,94	91.331,54	74.025,63	1.576.642,90	1.922.000,00
DEDUÇÕES (II)	431.327,11	432.660,88	489.100,36	490.724,25	501.188,35	644.479,49	484.113,24	503.525,05	501.059,47	554.677,33	584.044,03	558.422,38	6.175.321,94	6.216.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	431.327,11	432.660,88	489.100,36	490.724,25	501.188,35	644.479,49	484.113,24	503.525,05	501.059,47	554.677,33	584.044,03	558.422,38	6.175.321,94	6.216.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	4.136.459,56	4.075.592,80	4.268.496,99	4.820.421,18	4.580.059,09	6.203.797,98	4.276.846,03	4.207.994,75	4.689.889,10	6.176.410,16	5.418.003,28	5.072.453,68	57.926.424,60	58.286.012,56

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.567.786,67	4.508.253,68	4.757.597,35	5.311.145,43	5.081.247,44	6.848.277,47	4.760.959,27	4.711.519,80	5.190.948,57	6.731.087,49	6.002.047,31	5.630.876,06	64.101.746,54	64.502.012,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	516.426,80	480.121,12	479.088,29	594.912,41	459.991,65	773.111,77	297.030,12	389.606,49	517.136,81	1.919.911,08	857.874,31	701.500,53	7.986.711,38	8.012.000,00
I.P.T.U.	96.624,57	88.641,80	103.308,29	87.438,38	99.438,26	94.479,57	8.315,93	904,15	2.453,90	1.278.732,03	298.664,94	209.848,41	2.368.850,23	2.500.000,00
I.S.S.	257.864,80	220.848,31	183.656,72	267.984,44	218.872,76	274.842,24	203.225,53	186.969,80	271.948,08	299.810,92	244.869,91	278.021,49	2.908.915,00	2.600.000,00
I.T.B.I.	45.479,88	52.237,91	83.502,98	140.687,22	50.824,14	72.032,66	26.776,70	106.706,26	86.410,62	34.074,85	109.473,27	58.747,45	866.953,94	600.000,00
I.R.R.F	26.626,89	55.346,21	39.261,11	24.819,37	26.812,08	259.833,48	39.964,40	40.859,82	41.392,28	46.453,80	43.476,36	42.706,46	687.552,26	730.000,00
Outras Receitas Tributárias	89.830,66	63.046,89	69.359,19	73.983,00	64.044,41	71.923,82	18.747,56	54.166,46	114.931,93	260.839,48	161.389,83	112.176,72	1.154.439,95	1.582.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	205.867,38	103.485,39	104.106,76	106.438,36	108.114,49	116.646,68	187,18	50.580,84	64.189,81	53.628,95	44.751,32	53.547,27	1.011.544,43	2.040.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	40.919,32	37.871,40	37.236,13	43.385,29	42.586,22	46.487,32	38.266,89	36.871,66	47.908,67	47.567,65	53.335,37	72.877,01	545.312,93	341.060,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.704.388,30	3.725.447,89	4.011.975,92	4.446.198,05	4.221.904,98	5.623.473,40	4.336.091,87	4.134.737,03	4.480.644,20	4.612.992,87	4.954.754,77	4.728.925,62	52.981.534,90	52.186.952,56
Cota-Parte do F.P.M.	875.420,82	1.018.402,96	901.506,39	1.037.031,28	1.294.487,19	1.991.996,16	1.068.083,47	1.304.052,98	968.723,75	1.160.676,40	1.429.029,03	1.240.215,41	14.289.625,84	14.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	998.969,48	915.485,92	1.275.860,70	1.084.777,42	968.562,11	1.632.501,87	1.213.969,31	1.025.405,12	1.267.006,19	1.243.997,80	1.162.696,28	1.214.906,31	14.004.138,51	13.500.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	273.369,93	220.207,85	253.349,37	283.876,03	230.981,01	183.129,49	127.447,37	178.352,97	260.987,70	265.953,20	297.299,75	303.890,51	2.878.845,18	2.500.000,00
Cota-Parte do ITR	473,26	805,48	3.510,96	39.534,58	3.509,25	2.648,47	3.000,14	1.748,16	513,94	188,34	157,22	214,59	56.304,39	50.000,00
Transferências da LC 61/1989	15.732,17	16.976,06	17.597,15	22.384,74	17.758,78	25.779,15	19.897,63	19.357,29	17.697,27	37.552,65	22.971,91	24.818,84	258.523,64	250.000,00
Transferências da LC 87/1996	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	98.819,88	80.000,00
Transferências do FUNDEB	897.787,96	938.727,76	979.088,25	990.858,91	1.033.504,38	1.123.704,42	1.176.869,06	1.044.387,13	1.155.381,60	1.224.297,90	1.199.287,66	1.175.573,71	12.939.468,74	12.500.000,00
Outras Transferências Correntes	634.231,74	606.438,92	572.660,16	979.332,15	664.699,32	655.310,90	718.757,85	553.366,34	802.266,71	672.259,54	835.245,88	761.239,21	8.455.808,72	8.606.952,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.184,87	161.327,88	125.190,25	120.211,32	248.650,10	288.558,30	89.383,21	99.723,78	81.069,08	96.986,94	91.331,54	74.025,63	1.576.642,90	1.922.000,00
DEDUÇÕES (II)	431.327,11	432.660,88	489.100,36	490.724,25	501.188,35	644.479,49	484.113,24	503.525,05	501.059,47	554.677,33	584.044,03	558.422,38	6.175.321,94	6.216.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	431.327,11	432.660,88	489.100,36	490.724,25	501.188,35	644.479,49	484.113,24	503.525,05	501.059,47	554.677,33	584.044,03	558.422,38	6.175.321,94	6.216.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	4.136.459,56	4.075.592,80	4.268.496,99	4.820.421,18	4.580.059,09	6.203.797,98	4.276.846,03	4.207.994,75	4.689.889,10	6.176.410,16	5.418.003,28	5.072.453,68	57.926.424,60	58.286.012,56

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.393,04	368.800,52	-	368.652,29	9.541,27	796.543,09	7.861.864,16	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.144,36	283.958,35	0,00	283.810,12	9.292,59	745.555,12	7.133.435,35	168,96	4.807.976,84	3.070.844,67
GABINETE DO PREFEITO	0,00	7.146,18	0,00	7.146,18	0,00	0,00	1.094,75	0,00	558,09	536,66
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.974,08	0,00	1.974,08	0,00	0,00	7.701,64	0,00	7.701,64	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	3.604,00	25.002,03	0,00	25.002,03	3.604,00	305.234,48	2.770.816,06	0,00	2.960.528,74	115.521,80
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.782,00	8.315,19	0,00	8.315,19	1.782,00	26.627,50	79.807,70	0,00	15.814,16	90.621,04
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,50	5.844,58	0,00	5.696,35	148,73	0,00	18.576,15	0,00	10.427,56	8.148,59
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	3.351,96	0,00	3.351,96	0,00	347.147,74	427.707,76	0,00	722.087,57	52.767,93
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,04	16.593,28	0,00	16.593,28	0,04	364,44	857.313,53	0,00	218.969,82	638.708,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	0,00	56.230,38	0,00	56.230,38	0,00	25.159,25	1.405.416,40	160,00	66.003,81	1.364.411,84
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.640,12	159.500,67	0,00	159.500,67	3.640,12	5.537,52	1.565.001,36	8,96	805.885,45	764.644,47
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.484,19	0,00	0,00	0,00	35.484,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.030,51	499,54	27.050,97	480,00
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.030,51	499,54	27.050,97	480,00
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	271,53	0,00	271,53	0,00	0,00	73,75	0,00	73,75	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	271,53	0,00	271,53	0,00	0,00	73,75	0,00	73,75	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	293,35	0,00	293,35	0,00	0,00	52.032,09	396,05	51.129,04	507,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	293,35	0,00	293,35	0,00	0,00	52.032,09	396,05	51.129,04	507,00
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	320,00	0,00	320,00	25,00	12.997,70	216.123,77	0,00	155.163,02	73.958,45
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	320,00	0,00	320,00	25,00	12.997,70	216.123,77	0,00	155.163,02	73.958,45
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.524,61	0,00	11.171,79	163.352,82
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.524,61	0,00	11.171,79	163.352,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	223,68	83.957,29	0,00	83.957,29	223,68	37.990,27	257.644,08	13.322,34	208.454,87	73.857,14
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	223,68	83.957,29	0,00	83.957,29	223,68	37.990,27	257.644,08	13.322,34	208.454,87	73.857,14
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	9.393,04	368.800,52	0,00	368.652,29	9.541,27	796.543,09	7.861.864,16	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.393,04	368.800,52	-	368.652,29	9.541,27	796.543,09	7.861.864,16	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.144,36	283.958,35	0,00	283.810,12	9.292,59	745.555,12	7.133.435,35	168,96	4.807.976,84	3.070.844,67
GABINETE DO PREFEITO	0,00	7.146,18	0,00	7.146,18	0,00	0,00	1.094,75	0,00	558,09	536,66
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.974,08	0,00	1.974,08	0,00	0,00	7.701,64	0,00	7.701,64	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	3.604,00	25.002,03	0,00	25.002,03	3.604,00	305.234,48	2.770.816,06	0,00	2.960.528,74	115.521,80
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.782,00	8.315,19	0,00	8.315,19	1.782,00	26.627,50	79.807,70	0,00	15.814,16	90.621,04
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,50	5.844,58	0,00	5.696,35	148,73	0,00	18.576,15	0,00	10.427,56	8.148,59
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	3.351,96	0,00	3.351,96	0,00	347.147,74	427.707,76	0,00	722.087,57	52.767,93
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,04	16.593,28	0,00	16.593,28	0,04	364,44	857.313,53	0,00	218.969,82	638.708,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	0,00	56.230,38	0,00	56.230,38	0,00	25.159,25	1.405.416,40	160,00	66.003,81	1.364.411,84
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.640,12	159.500,67	0,00	159.500,67	3.640,12	5.537,52	1.565.001,36	8,96	805.885,45	764.644,47
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.484,19	0,00	0,00	0,00	35.484,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.030,51	499,54	27.050,97	480,00
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.030,51	499,54	27.050,97	480,00
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	271,53	0,00	271,53	0,00	0,00	73,75	0,00	73,75	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	271,53	0,00	271,53	0,00	0,00	73,75	0,00	73,75	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	293,35	0,00	293,35	0,00	0,00	52.032,09	396,05	51.129,04	507,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	293,35	0,00	293,35	0,00	0,00	52.032,09	396,05	51.129,04	507,00
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	320,00	0,00	320,00	25,00	12.997,70	216.123,77	0,00	155.163,02	73.958,45
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	320,00	0,00	320,00	25,00	12.997,70	216.123,77	0,00	155.163,02	73.958,45
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.524,61	0,00	11.171,79	163.352,82
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.524,61	0,00	11.171,79	163.352,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	223,68	83.957,29	0,00	83.957,29	223,68	37.990,27	257.644,08	13.322,34	208.454,87	73.857,14
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	223,68	83.957,29	0,00	83.957,29	223,68	37.990,27	257.644,08	13.322,34	208.454,87	73.857,14
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	9.393,04	368.800,52	0,00	368.652,29	9.541,27	796.543,09	7.861.864,16	14.386,89	5.261.020,28	3.383.000,08

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.223.211,03	2.076.731,79	4.466.729,70
DEDUÇÕES (II)	11.685.031,29	14.954.888,83	14.562.834,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.568.906,36	12.470.111,61	14.539.488,03
Demais Haveres Financeiros	2.494.318,49	2.494.318,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	378.193,56	9.541,27	9.541,27
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.461.820,26	-12.878.157,04	-10.096.104,55
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-9.461.820,26	-12.878.157,04	-10.096.104,55

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	2.782.052,49	-634.284,29

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.267.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.223.211,03	2.076.731,79	4.466.729,70
DEDUÇÕES (II)	11.685.031,29	14.954.888,83	14.562.834,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.568.906,36	12.470.111,61	14.539.488,03
Demais Haveres Financeiros	2.494.318,49	2.494.318,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	378.193,56	9.541,27	9.541,27
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.461.820,26	-12.878.157,04	-10.096.104,55
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-9.461.820,26	-12.878.157,04	-10.096.104,55

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	2.782.052,49	-634.284,29

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.267.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	58.070.177,56	10.367.751,00	29.563.351,17	26.468.247,89
Receita Tributária	8.012.000,00	1.559.112,51	4.682.797,01	3.714.989,25
I.P.T.U.	2.500.000,00	508.251,02	1.798.657,03	1.326.043,39
I.S.S.	2.600.000,00	522.891,40	1.484.845,73	1.161.300,73
I.T.B.I.	600.000,00	168.220,72	422.189,15	215.875,88
I.R.R.F.	730.000,00	86.182,82	254.853,12	239.355,43
Outras Receitas Tributárias	1.582.000,00	273.566,55	722.251,98	772.413,82
Receita de Contribuição	2.040.000,00	98.298,59	266.885,37	488.962,30
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.040.000,00	98.298,59	266.885,37	488.962,30
Receita Patrimonial Líquida	10.000,00	0,00	0,00	14,38
Receita Patrimonial	341.260,00	126.212,38	296.861,53	328.749,01
(-) Aplicações Financeiras	331.260,00	126.212,38	296.861,53	328.734,63
Transferências Correntes	46.086.177,56	8.544.982,73	24.081.148,61	21.437.997,90
F.P.M.	11.760.000,00	2.135.395,59	5.736.624,99	5.541.280,03
I.C.M.S.	10.800.000,00	1.902.082,23	5.702.385,32	5.011.743,44
Convênios	332.400,00	101.907,97	176.528,30	78.869,28
Outras Transferências Correntes	23.193.777,56	4.405.596,94	12.465.610,00	10.806.105,15
Demais Receitas Correntes	1.922.000,00	165.357,17	532.520,18	826.284,06
Dívida Ativa	562.000,00	86.203,47	301.603,80	330.205,32
Diversas Receitas Correntes	1.360.000,00	79.153,70	230.916,38	496.078,74
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.085.000,00	4.187.724,50	4.850.051,40	22.020,00
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	2.461.431,00	2.461.431,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	85.000,00	206.293,50	206.293,50	22.020,00
Transferências de Capital	0,00	1.520.000,00	2.182.326,90	0,00
Convênios	0,00	520.000,00	1.182.326,90	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	1.520.000,00	2.182.326,90	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	58.070.177,56	11.887.751,00	31.745.678,07	26.468.247,89
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	54.382.309,94	9.396.628,87	23.232.488,81	22.146.751,72
Pessoal e Encargos Sociais	31.117.383,80	5.733.224,40	14.969.754,92	13.635.460,94
Juros e Encargos da Dívida (IX)	659.614,89	27.508,67	104.043,90	235.370,30
Outras Despesas Correntes	22.605.311,25	3.635.895,80	8.158.689,99	8.275.920,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	53.722.695,05	9.369.120,20	23.128.444,91	21.911.381,42
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.083.807,73	184.228,92	1.064.559,64	2.339.048,51
Investimentos	18.869.959,71	112.795,83	846.647,31	1.666.583,91
Inversões Financeiras	253.532,24	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	253.532,24	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	960.315,78	71.433,09	217.912,33	672.464,60
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	19.123.491,95	112.795,83	846.647,31	1.666.583,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	40.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	-	-	-

27/07/2010 09:45:06


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	72.886.187,00	9.481.916,03	23.975.092,22	23.577.965,33
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-14.816.009,44	2.405.834,97	7.770.585,85	2.890.282,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	885.072,71	0,00
Superávit Financeiro	-	-	885.072,71	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-1.316.260,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 27/07/2010

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	58.070.177,56	10.367.751,00	29.563.351,17	26.468.247,89
Receita Tributária	8.012.000,00	1.559.112,51	4.682.797,01	3.714.989,25
I.P.T.U.	2.500.000,00	508.251,02	1.798.657,03	1.326.043,39
I.S.S.	2.600.000,00	522.891,40	1.484.845,73	1.161.300,73
I.T.B.I.	600.000,00	168.220,72	422.189,15	215.875,88
I.R.R.F.	730.000,00	86.182,82	254.853,12	239.355,43
Outras Receitas Tributárias	1.582.000,00	273.566,55	722.251,98	772.413,82
Receita de Contribuição	2.040.000,00	98.298,59	266.885,37	488.962,30
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.040.000,00	98.298,59	266.885,37	488.962,30
Receita Patrimonial Líquida	10.000,00	0,00	0,00	14,38
Receita Patrimonial	341.260,00	126.212,38	296.861,53	328.749,01
(-) Aplicações Financeiras	331.260,00	126.212,38	296.861,53	328.734,63
Transferências Correntes	46.086.177,56	8.544.982,73	24.081.148,61	21.437.997,90
F.P.M.	11.760.000,00	2.135.395,59	5.736.624,99	5.541.280,03
I.C.M.S.	10.800.000,00	1.902.082,23	5.702.385,32	5.011.743,44
Convênios	332.400,00	101.907,97	176.528,30	78.869,28
Outras Transferências Correntes	23.193.777,56	4.405.596,94	12.465.610,00	10.806.105,15
Demais Receitas Correntes	1.922.000,00	165.357,17	532.520,18	826.284,06
Dívida Ativa	562.000,00	86.203,47	301.603,80	330.205,32
Diversas Receitas Correntes	1.360.000,00	79.153,70	230.916,38	496.078,74
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.085.000,00	4.187.724,50	4.850.051,40	22.020,00
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	2.461.431,00	2.461.431,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	85.000,00	206.293,50	206.293,50	22.020,00
Transferências de Capital	0,00	1.520.000,00	2.182.326,90	0,00
Convênios	0,00	520.000,00	1.182.326,90	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	1.520.000,00	2.182.326,90	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	58.070.177,56	11.887.751,00	31.745.678,07	26.468.247,89
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	54.382.309,94	9.396.628,87	23.232.488,81	22.146.751,72
Pessoal e Encargos Sociais	31.117.383,80	5.733.224,40	14.969.754,92	13.635.460,94
Juros e Encargos da Dívida (IX)	659.614,89	27.508,67	104.043,90	235.370,30
Outras Despesas Correntes	22.605.311,25	3.635.895,80	8.158.689,99	8.275.920,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	53.722.695,05	9.369.120,20	23.128.444,91	21.911.381,42
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.083.807,73	184.228,92	1.064.559,64	2.339.048,51
Investimentos	18.869.959,71	112.795,83	846.647,31	1.666.583,91
Inversões Financeiras	253.532,24	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	253.532,24	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	960.315,78	71.433,09	217.912,33	672.464,60
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	19.123.491,95	112.795,83	846.647,31	1.666.583,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	40.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	-	-	-

27/07/2010 09:45:06


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	72.886.187,00	9.481.916,03	23.975.092,22	23.577.965,33
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-14.816.009,44	2.405.834,97	7.770.585,85	2.890.282,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	885.072,71	0,00
Superávit Financeiro	-	-	885.072,71	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-1.316.260,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 27/07/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	7.357.000,00	7.357.000,00	1.415.630,31	4.388.995,38	59,66
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.250.000,00	3.250.000,00	616.850,63	2.128.439,63	65,49
1.1.1- IPTU	2.500.000,00	2.500.000,00	508.513,35	1.798.919,36	71,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.445,22	1.795,91	3,59
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	450.000,00	450.000,00	72.636,09	231.589,53	51,46
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	250.000,00	250.000,00	34.255,97	96.134,83	38,45
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	602.000,00	602.000,00	168.220,72	422.189,15	70,13
1.2.1- ITBI	600.000,00	600.000,00	168.220,72	422.549,15	70,42
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.775.000,00	2.775.000,00	544.376,14	1.583.513,48	57,06
1.3.1- ISS	2.600.000,00	2.600.000,00	522.891,40	1.484.845,73	57,11
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	3.985,49	8.682,38	17,36
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	13.030,94	67.678,67	67,68
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	4.468,31	22.306,70	89,23
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	730.000,00	730.000,00	86.182,82	254.853,12	34,91
1.4.1- IRRF	730.000,00	730.000,00	86.182,82	254.853,12	34,91
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.080.000,00	31.080.000,00	5.712.333,93	15.929.213,77	51,25
2.1- Cota-Parte FPM	14.700.000,00	14.700.000,00	2.669.244,44	7.170.781,04	48,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.700.000,00	14.700.000,00	2.669.244,44	7.170.781,04	48,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.500.000,00	13.500.000,00	2.377.602,59	7.127.981,01	52,80
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	16.134,08	48.402,24	60,50
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	47.790,75	142.295,59	56,92
2.5- Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	371,81	5.822,39	11,64
2.6- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	601.190,26	1.433.931,50	57,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.437.000,00	38.437.000,00	7.127.964,24	20.318.209,15	52,86
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.768.000,00	1.768.000,00	368.710,57	959.987,42	54,30
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	194.171,35	638.904,43	53,24
5.2- Outras Transferências do FNDE	499.000,00	499.000,00	163.988,80	289.651,20	58,05
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	69.000,00	69.000,00	10.550,42	31.431,79	45,55
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	167.000,00	167.000,00	84.130,70	113.111,42	67,73
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.935.000,00	1.935.000,00	452.841,27	1.073.098,84	55,46

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.216.000,00	6.216.000,00	1.142.466,41	3.185.841,50	51,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.940.000,00	2.940.000,00	533.848,85	1.434.156,05	48,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.700.000,00	2.700.000,00	475.520,36	1.425.595,69	52,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	3.226,80	9.680,40	60,50
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	9.558,16	28.459,16	56,92
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	10.000,00	10.000,00	74,34	1.164,40	11,64
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	500.000,00	500.000,00	120.237,90	286.785,80	57,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.530.000,00	12.530.000,00	2.385.064,21	7.000.269,90	55,87
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.500.000,00	12.500.000,00	2.374.861,37	6.975.797,06	55,81
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	10.202,84	24.472,84	81,58
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.284.000,00	6.284.000,00	1.232.394,96	3.789.955,56	60,31

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.500.000,00	10.708.772,52	2.238.145,04	5.461.593,77	51,00
13.1- Com Educação Infantil	1.450.000,00	1.450.000,00	568.535,31	1.191.486,16	82,17
13.2- Com Ensino Fundamental	9.050.000,00	9.258.772,52	1.669.609,73	4.270.107,61	46,12
14- OUTRAS DESPESAS	2.000.000,00	2.000.000,00	568.985,78	948.441,71	47,42
14.1- Com Educação Infantil	290.000,00	290.000,00	101.967,94	128.218,28	44,21
14.2- Com Ensino Fundamental	1.710.000,00	1.710.000,00	467.017,84	820.223,43	47,97
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.500.000,00	12.708.772,52	2.807.130,82	6.410.035,48	50,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					208.772,52
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					208.772,52
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					75,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				208.772,52	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				208.772,52	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	9.609.250,00	9.609.250,00	1.781.991,06	5.079.552,29	52,86
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.652.000,00	3.773.893,61	751.499,98	1.705.180,80	45,18
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.740.000,00	1.740.000,00	670.503,25	1.319.704,44	75,85
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.912.000,00	2.033.893,61	80.996,73	385.476,36	18,95
24- ENSINO FUNDAMENTAL	13.644.360,00	13.935.623,96	2.627.581,44	6.106.564,34	43,82
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.760.000,00	10.968.772,52	2.136.627,57	5.090.331,04	46,41
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.884.360,00	2.966.851,44	490.953,87	1.016.233,30	34,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	50.000,00	50.000,00	2.095,66	13.268,36	26,54
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.346.360,00	18.009.517,57	3.381.177,08	7.825.013,50	43,45
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.806.648,94
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					24.472,84
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					208.772,52
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO¹					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.039.894,30
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.771.850,84
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,49

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.200.000,00	1.223.808,39	26.662,94	167.496,08	13,69
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	568.000,00	652.309,59	140.427,39	183.633,75	28,15
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.768.000,00	1.876.117,98	167.090,33	351.129,83	18,72
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.114.360,00	19.885.635,55	3.548.267,41	8.176.143,33	41,12
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	482.780,79		0,00		

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	30.851,23	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.975.797,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.552.805,32	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	24.472,84	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	478.315,81	0,00

CANOINHAS, 27/07/2010

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 208.772,52, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	38.437.000,00	38.437.000,00	20.318.569,15	52,86
Impostos	6.430.000,00	6.430.000,00	3.961.167,36	61,60
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.500.000,00	2.500.000,00	1.798.919,36	71,96
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	600.000,00	600.000,00	422.549,15	70,42
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.600.000,00	2.600.000,00	1.484.845,73	57,11
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	730.000,00	730.000,00	254.853,12	34,91
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	927.000,00	927.000,00	428.188,02	46,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	102.000,00	102.000,00	10.478,29	10,27
Dívida Ativa dos Impostos	550.000,00	550.000,00	299.268,20	54,41
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	275.000,00	275.000,00	118.441,53	43,07
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	31.080.000,00	31.080.000,00	15.929.213,77	51,25
Da União	14.830.000,00	14.830.000,00	7.225.005,67	48,72
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	14.700.000,00	14.700.000,00	7.170.781,04	48,78
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50.000,00	50.000,00	5.822,39	11,64
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	80.000,00	80.000,00	48.402,24	60,50
Do Estado	16.250.000,00	16.250.000,00	8.704.208,10	53,56
Cota-Parte do ICMS	13.500.000,00	13.500.000,00	7.127.981,01	52,80
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00	250.000,00	142.295,59	56,92
Cota-Parte do IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.433.931,50	57,36
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	29.265.437,56	29.265.437,56	17.577.536,45	60,06
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.216.000,00	-6.216.000,00	-3.185.841,50	51,25
TOTAL	61.486.437,56	61.486.437,56	34.710.264,10	56,45

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	11.547.537,72	12.147.335,12	5.696.525,23	46,90
Pessoal e Encargos Sociais	6.689.600,00	6.763.884,30	3.540.176,67	52,34
Outras Despesas Correntes	4.857.937,72	5.383.450,82	2.156.348,56	40,06
DESPESAS DE CAPITAL	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48
Investimentos	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48

Continua 1/2

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48
Investimentos	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48
TOTAL (IV)	12.125.837,72	14.439.698,82	5.707.549,25	39,53

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	12.125.837,72	14.439.698,82	5.707.549,25	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.067.177,72	6.911.038,82	2.095.002,06	36,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.013.067,72	6.856.928,82	2.089.040,46	36,60
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	54.110,00	54.110,00	5.961,60	0,10
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.058.660,00	7.528.660,00	3.612.547,19	63,29

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	341.601,37	137,95

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	17,78
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	4.573.064,00	6.581.098,89	2.467.053,26	43,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.327.550,00	5.574.068,50	2.527.246,81	44,28
Suporte Profilático e Terapêutico	1.485.020,00	1.523.322,36	510.961,96	8,95
Vigilância Sanitária	221.203,72	223.325,78	69.109,59	1,21
Vigilância Epidemiológica	519.000,00	537.883,29	133.177,63	2,33
TOTAL	12.125.837,72	14.439.698,82	5.707.549,25	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CANOINHAS, 27/07/2010

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	38.437.000,00	38.437.000,00	20.318.569,15	52,86
Impostos	6.430.000,00	6.430.000,00	3.961.167,36	61,60
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.500.000,00	2.500.000,00	1.798.919,36	71,96
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	600.000,00	600.000,00	422.549,15	70,42
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.600.000,00	2.600.000,00	1.484.845,73	57,11
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	730.000,00	730.000,00	254.853,12	34,91
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	927.000,00	927.000,00	428.188,02	46,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	102.000,00	102.000,00	10.478,29	10,27
Dívida Ativa dos Impostos	550.000,00	550.000,00	299.268,20	54,41
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	275.000,00	275.000,00	118.441,53	43,07
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	31.080.000,00	31.080.000,00	15.929.213,77	51,25
Da União	14.830.000,00	14.830.000,00	7.225.005,67	48,72
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	14.700.000,00	14.700.000,00	7.170.781,04	48,78
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50.000,00	50.000,00	5.822,39	11,64
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	80.000,00	80.000,00	48.402,24	60,50
Do Estado	16.250.000,00	16.250.000,00	8.704.208,10	53,56
Cota-Parte do ICMS	13.500.000,00	13.500.000,00	7.127.981,01	52,80
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00	250.000,00	142.295,59	56,92
Cota-Parte do IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.433.931,50	57,36
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	29.265.437,56	29.265.437,56	17.577.536,45	60,06
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.216.000,00	-6.216.000,00	-3.185.841,50	51,25
TOTAL	61.486.437,56	61.486.437,56	34.710.264,10	56,45

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	11.547.537,72	12.147.335,12	5.696.525,23	46,90
Pessoal e Encargos Sociais	6.689.600,00	6.763.884,30	3.540.176,67	52,34
Outras Despesas Correntes	4.857.937,72	5.383.450,82	2.156.348,56	40,06
DESPESAS DE CAPITAL	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48
Investimentos	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48

Continua 1/2

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48
Investimentos	578.300,00	2.292.363,70	11.024,02	0,48
TOTAL (IV)	12.125.837,72	14.439.698,82	5.707.549,25	39,53

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	12.125.837,72	14.439.698,82	5.707.549,25	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.067.177,72	6.911.038,82	2.095.002,06	36,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.013.067,72	6.856.928,82	2.089.040,46	36,60
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	54.110,00	54.110,00	5.961,60	0,10
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.058.660,00	7.528.660,00	3.612.547,19	63,29

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	341.601,37	137,95

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	17,78
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	4.573.064,00	6.581.098,89	2.467.053,26	43,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.327.550,00	5.574.068,50	2.527.246,81	44,28
Suporte Profilático e Terapêutico	1.485.020,00	1.523.322,36	510.961,96	8,95
Vigilância Sanitária	221.203,72	223.325,78	69.109,59	1,21
Vigilância Epidemiológica	519.000,00	537.883,29	133.177,63	2,33
TOTAL	12.125.837,72	14.439.698,82	5.707.549,25	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CANOINHAS, 27/07/2010

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 251/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 251/2010

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 15 (quinze) dias período de 06.07.2010 a 20.07.2010, pago pelo município;

- CONSIDERANDO, o novo atestado médico apresentado de mais 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora THAIS DE OLIVEIRA FARIA; matrícula nº 241002, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico, de 22.07.10 a 05.08.10, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 22.07.2010.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de julho de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício.

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.203

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.203, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Autoriza a doação de bem, pertencente ao patrimônio do Município, ao Museu Histórico Hermano Zanoni.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a efetuar a doação de 1 (um) aparelho de som, marca Diplomat, modelo DP1010, cor preta, código patrimonial 22.173, para incorporação ao acervo do Museu Histórico Hermano Zanoni, deste Município.

Art. 2º Fica, igualmente, autorizada a baixa, no patrimônio do Município, do bem descrito no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Lei Nº 4.204

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.204, DE 20 DE JULHO DE 2010.
Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.605.0024.2025 Ações de Abastecimento na Agricultura
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais
Projeto/Atividade 28.843.0045.2042 Ações da Dívida Interna
Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 105.000,00
Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 209.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 329.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade Orçamentária 05.01 Secretaria Municipal de Finanças
Projeto/Atividade 04.122.0012.2010 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUF
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 04.122.0021.2022 Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00



Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.843.0045.2042 Ações da Dívida Interna

Elemento 4.6.90.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 284.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 329.000,00.

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009, 4.125, de 26 de novembro de 2009 e 4.145, de 21 de dezembro de 2009, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 5.517

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.517, DE 16 DE JULHO DE 2010.

Regulamenta pagamento de horas extraordinárias aos servidores ocupantes dos cargos de Motorista de Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves, dos Quadros de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Nona Pauta de Negociação Salarial, de 31 de março de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Cláusula Trigésima Segunda, da Nona Pauta de Negociação Salarial, de 31 de março de 2010, data-base 2010/2011, que institui o pagamento de horas extraordinárias aos servidores ocupantes dos cargos de Motorista de Veículos Pesados e Motorista de Veículos Leves, dos Quadros de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º As horas despendidas pelos servidores de que trata o art. 1º deste Decreto, em viagem que excederem à jornada de trabalho, serão remuneradas como extraordinárias, ou compensadas, na forma dos arts. 85 a 87 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, observando-se:

I - o limite diário de 10 (dez) horas;

II - nos percursos cuja distância da cidade de destino, ultrapassar 300 (trezentos) quilômetros, da origem, o intervalo interjornadas será de 11 (onze) horas e o intervalo intrajornada será de 1 (uma) hora.

Art. 3º As horas extraordinárias serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) no horário compreendido entre as 5h às 21h59min, após serão pagas horas noturnas.

Parágrafo único. Quando os serviços forem prestados aos domingos ou feriados, independentemente do número de horas extras realizadas, o adicional será de 100% (cem por cento).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 5.518

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.518, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Fixa valores para o serviço de transporte de passageiros - automóveis de aluguel - categoria táxi.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nas Leis nºs. 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e 1.874 A, de 11 de setembro de 1989 e na Portaria nº 201, de 21 de outubro de 2002, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores abaixo, os quais passarão a ser utilizados pelos permissionários do serviço de transporte de passageiros - automóveis de aluguel - categoria táxi:

I - Bandeirada: R\$ 5,00 (cinco reais);

II - Bandeira 1 - km rodado: R\$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos);

III - Bandeira 2 - km rodado: R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos);

IV - hora parada: R\$ 13,90 (treze reais e noventa centavos).

§ 1º Bandeirada e Bandeiras 1 e 2 são tarifas para o perímetro urbano da cidade de Concórdia, compreendendo o centro e os bairros.

§ 2º Bandeira 2 compreenderá:

I - das 20 horas às 6 horas;

II - aos sábados, a partir das 18 horas;

III - aos domingos e feriados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 2 de agosto de 2010.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 5.369, de 14 de janeiro de 2009 e 5.389, de 2 de abril de 2009.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURÍ MARAN



Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 5.519

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.519, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.204, de 20 de julho de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.605.0024.2025 Ações de Abastecimento na Agricultura

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.843.0045.2042 Ações da Dívida Interna

Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 105.000,00

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 209.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 329.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária 05.01 Secretaria Municipal de Finanças

Projeto/Atividade 04.122.0012.2010 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUF

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 04.122.0021.2022 Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.843.0045.2042 Ações da Dívida Interna

Elemento 4.6.90.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 284.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 329.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 5.520

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.520, DE 21 DE JULHO DE 2010.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º da Lei nº 4.145, de 21 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 100.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Decreto Nº 657/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 657/2010, DE 16 DE JULHO DE 2010.

Exonera, a pedido, o servidor EVANDRO MARCOS DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor EVANDRO MARCOS DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, a partir de 15 de julho de 2010.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 658/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 658/2010, DE 16 DE JULHO DE 2010.

Exonera, a pedido, a servidora LETICIA TURMENA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LETICIA TURMENA, do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, a partir de 19 de julho de 2010.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 659/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 659/2010, DE 16 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SEDIANA ZANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora SEDIANA ZANELLA, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de julho de 2000 a 10 de julho de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 660/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 660/2010, DE 16 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NILVETE DALMASO SEGALA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto a outubro de 2010, à servidora NILVETE DALMASO SEGALA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 2933, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Decreto Nº 661/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 661/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gratificação, a título de locomoção, à servidora ANGELA ESTER GROTTO PRETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ANGELA ESTER GROTTO PRETTO, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 1421, gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o respectivo vencimento, a título de locomoção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de junho de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 662/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 662/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora RENATA FONTANA MINCARONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora RENATA FONTANA MINCARONI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 903, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de julho de 2000 a 16 de julho de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 663/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 663/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARCIA DE BONA LAZZARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora MARCIA DE BONA LAZZARI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 976, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 1997 a 16 de fevereiro de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 664/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 664/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELENIR GRANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora ELENIR GRANELLA, ocupante do cargo de Secretário Escolar, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2003 a 2 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA



Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 665/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 665/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de junho de 2003 a 1º de junho de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 666/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 666/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 2969, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 667/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 667/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LUSIENE GIACOMIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora LUSIENE GIACOMIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.14, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de julho de 2000 a 9 de julho de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 668/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 668/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 4324, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de maio de 2003 a 1º de maio de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 669/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 669/2010, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIZE APARECIDA MACHADO DA SILVEIRA DA ROSA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 3 de agosto de 2010, à servidora MARIZE APARECIDA MACHADO DA SILVEIRA DA ROSA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 2948, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 670/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 670/2010, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 1295, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1996 a 31 de janeiro de 2001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 671/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 671/2010, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELENA ANA CAMINI SIGNORIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora ELENA ANA CAMINI SIGNORIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 1268, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2004.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 672/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 672/2010, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LIAMARA SALETE GRANDI CECCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2010, à servidora LIAMARA SALETE GRANDI CECCHI, ocupante do cargo de Escrevente, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de janeiro de 2005 a 1º de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal



MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 673/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 673/2010, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LAURILEI SALETE GHIDORSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2010, à servidora LAURILEI SALETE GHIDORSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 1269, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 31 de julho de 1997 a 30 de julho de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 20 de julho de 2010.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Portaria Nº 115/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 115/2010, DE 16 DE JULHO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ISOLDE KIRST PEDRON, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 16 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Portaria Nº 116/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 116/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, na CI nº 313/2010, de 16 de julho de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora CARLA APARECIDA ANTUNES DE LIMA JUNG, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Programas para Idosos, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 19 a 25 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Portaria Nº 117/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 117/2010, DE 19 DE JULHO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 013/2010 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 630/2010, de 19 de julho de 2010, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CHARLES EDUARDO TIEMANN, ocupante do cargo de Almojarife, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 13 de maio de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Aviso de Edital de Tomada de Preços Nº 0001/2010 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 0001/2010 - FMS

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ ou construção civil para execução de obra de reforma do Posto de Saúde da Vila Jacob Biezu, neste Município,

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 13h45min do dia 17/08/2010.

Abertura: dia 17/08/2010, às 14:00h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª



feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 27 de julho de 2010.
MARIA LUIZA MARCON
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Termo de Cessão de Uso Gratuito Nº 1/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO Nº 1/2010

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso Gratuito celebrado entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO - SEDET, neste ato representada pelo seu Secretário Municipal, senhor GLAUCEMIR LUIZ GRENDENE e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON.

OBJETO: Cessão de uso gratuito, à FMEC, dos bens patrimoniais pertencentes à SEDET, locados no Centro de Eventos Concórdia e no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

PRAZO: Indeterminado.

DATA DA ASSINATURA: 19 de julho de 2010.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 001

DECRETO Nº. 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2010.

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994 e, em cumprimento à Lei Federal nº 8.666/93, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º Os Servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Licitação, Abertura, Análise e Julgamento das modalidades de Convite, Dispensa, Inexigibilidade, Tomada de Preço, Concorrência e Concurso, para o Exercício de 2010, sob a presidência do primeiro:

- Marinilse de Freitas - Auxiliar Administrativo (Presidente)
- Carolina de Fátima de Jesus - Auxiliar Administrativo (Secretário);
- Jair Coelho - Diretor Geral de Compras Licitações (Membro);

Parágrafo Único - Nos casos de ausência da presidência, assumirá os trabalhos dos certames o Secretário e automaticamente substituirá este o terceiro membro, sendo que subirá para compor a Comissão, pela respectiva ordem, um dos seguintes membros suplentes:

- Lucas Cuchi - Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças;
- Belonir dos Santos - Técnico em Agropecuária.

Art. 2º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 140, de 06 de novembro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 04 de janeiro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Assessor de Orçamento Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 085

PORTARIA Nº. 085, DE 21 DE JULHO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor Daniel Souza Dutra, ocupante do Cargo de Odonatologo, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 12 a 26 de julho de 2010, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de julho de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Anexos da RREO do Município de Curitibanos

Anexos da RGF do Município de Curitibanos

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.867.462,00	43.867.462,00	7.308.636,46	16,66	22.845.076,96	52,08	21.022.385,04
RECEITAS CORRENTES	43.612.462,00	43.612.462,00	7.235.060,82	16,59	22.435.458,44	51,44	21.177.003,56
RECEITA TRIBUTARIA	6.528.337,00	6.528.337,00	692.373,79	10,61	3.781.582,86	57,93	2.746.754,14
IMPOSTOS	5.104.757,00	5.104.757,00	575.791,97	11,28	2.843.002,57	55,69	2.261.754,43
TAXAS	1.166.180,00	1.166.180,00	114.172,66	9,79	932.613,49	79,97	233.566,51
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	257.400,00	257.400,00	2.409,16	0,94	5.966,80	2,32	251.433,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.492.000,00	2.492.000,00	351.721,34	14,11	1.181.835,24	47,43	1.310.164,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.172.000,00	1.172.000,00	176.497,47	15,06	556.912,75	47,52	615.087,25
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.320.000,00	1.320.000,00	175.223,87	13,27	624.922,49	47,34	695.077,51
RECEITA PATRIMONIAL	758.700,00	758.700,00	184.230,20	24,28	519.243,42	68,44	239.456,58
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	758.700,00	758.700,00	184.230,20	24,28	519.243,42	68,44	239.456,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.083.600,00	31.083.600,00	5.427.624,00	17,46	15.642.303,07	50,32	15.441.296,93
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.945.350,00	30.945.350,00	5.427.624,00	17,54	15.642.303,07	50,55	15.303.046,93
Transf. de Instituições Privadas	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
Transf. de Pessoas	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
Transf. de Conv.	130.650,00	130.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.650,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.749.825,00	2.749.825,00	579.111,49	21,06	1.310.493,85	47,66	1.439.331,15
Multas e Juros de Mora	1.451.625,00	1.451.625,00	145.281,19	10,01	364.286,83	25,10	1.087.338,17
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.900,00	28.900,00	1.502,47	5,20	6.873,88	23,79	22.026,12
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	842.300,00	842.300,00	230.764,42	27,40	688.718,49	81,77	153.581,51
RECEITAS DIVERSAS	427.000,00	427.000,00	201.563,41	47,20	250.614,65	58,69	176.385,35
RECEITAS DE CAPITAL	255.000,00	255.000,00	73.575,64	28,85	409.618,52	160,63	-154.618,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	13.522,91	30,05	16.006,23	35,57	28.993,77
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	35.000,00	35.000,00	13.522,91	38,64	16.006,23	45,73	18.993,77
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	185.000,00	185.000,00	60.052,73	32,46	393.612,29	212,76	-208.612,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	185.000,00	185.000,00	60.052,73	32,46	393.612,29	212,76	-208.612,29
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	15,32	1.038.806,76	46,07	1.216.193,24
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	15,32	1.038.806,76	46,07	1.216.193,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	15,32	1.038.806,76	46,07	1.216.193,24
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	15,32	1.038.806,76	46,07	1.216.193,24
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	46.122.462,00	46.122.462,00	7.654.027,05	16,60	23.883.883,72	51,78	22.238.578,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	46.122.462,00	46.122.462,00	7.654.027,05	16,60	23.883.883,72	51,78	22.238.578,28
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	46.122.462,00	46.122.462,00	7.654.027,05	16,60	23.883.883,72	51,78	22.238.578,28
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.654.644,46	—	—	873.645,62	—	—
Superávit Financeiro	—	1.654.644,46	—	—	873.645,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.867.462,00	3.528.044,46	47.395.506,46	5.723.603,05	22.579.312,84	6.852.767,73	17.587.541,28	37,11	29.807.965,18
DESPESAS CORRENTES	38.982.562,00	1.544.593,18	40.527.155,18	5.398.344,20	20.625.319,20	6.182.692,35	16.612.583,73	40,99	23.914.571,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.847.600,00	-149.620,00	14.697.980,00	2.108.127,78	6.319.378,72	2.106.393,15	6.281.359,92	42,74	8.416.620,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.677.900,00	-34.790,00	6.643.110,00	973.430,66	2.749.390,18	973.430,66	2.749.390,18	41,39	3.893.719,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	81.487,21	210.641,44	81.487,21	210.641,44	63,83	119.358,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.720.462,00	831.085,32	14.551.547,32	2.053.586,61	8.470.909,11	2.406.868,48	5.984.750,58	41,13	8.566.796,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.406.600,00	897.917,86	4.304.517,86	181.711,94	2.874.999,75	614.512,85	1.386.441,61	32,21	2.918.076,25
DESPESAS DE CAPITAL	4.397.900,00	1.989.699,90	6.387.599,90	325.258,85	1.953.993,64	670.075,38	974.957,55	15,26	5.412.642,35
INVESTIMENTOS	2.986.900,00	2.162.568,90	5.149.468,90	244.569,26	1.720.844,52	589.385,79	741.808,43	14,41	4.407.660,47
INVESTIMENTOS	961.000,00	-172.869,00	788.131,00	27.788,61	94.222,61	27.788,61	94.222,61	11,96	693.908,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	0,00	450.000,00	52.900,98	138.926,51	52.900,98	138.926,51	30,87	311.073,49
RESERVA LEGAL DO RPPS	187.000,00	0,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	-6.248,62	293.751,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293.751,38
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.255.000,00	0,00	2.255.000,00	345.347,18	1.038.928,15	345.347,18	1.038.928,15	46,07	1.216.071,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.495.000,00	0,00	1.495.000,00	210.952,05	640.156,58	210.952,05	640.156,58	42,82	854.843,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	760.000,00	0,00	760.000,00	134.395,13	398.771,57	134.395,13	398.771,57	52,47	361.228,43

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.255.000,00	0,00	2.255.000,00	345.347,18	1.038.928,15	345.347,18	1.038.928,15	46,07	1.216.071,85
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	46.122.462,00	3.528.044,46	49.650.506,46	6.068.950,23	23.618.240,99	7.198.114,91	18.626.469,43	37,52	31.024.037,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	46.122.462,00	3.528.044,46	49.650.506,46	6.068.950,23	23.618.240,99	7.198.114,91	18.626.469,43	37,52	31.024.037,03
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.257.414,29	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	46.122.462,00	3.528.044,46	49.650.506,46	6.068.950,23	23.618.240,99	7.198.114,91	23.883.883,72	37,52	31.024.037,03

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 325.777,06

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.867.462,00	47.395.506,46	5.723.603,05	22.579.312,84	6.852.767,73	17.587.541,28	94,42	37,11	29.807.965,18
Legislativa	1.333.000,00	1.333.000,00	168.372,61	478.508,42	168.372,61	478.508,42	2,57	35,90	854.491,58
Ação Legislativa	1.333.000,00	1.333.000,00	168.372,61	478.508,42	168.372,61	478.508,42	2,57	35,90	854.491,58
Administração	5.441.542,00	5.536.542,00	787.776,78	2.525.267,17	715.451,13	2.096.193,57	11,25	37,86	3.440.348,43
Planejamento e Orçamento	391.000,00	511.000,00	45.459,62	156.998,84	43.176,62	137.288,58	0,74	26,87	373.711,42
Administração Geral	4.870.542,00	4.845.542,00	716.617,20	2.297.268,01	646.214,55	1.890.964,85	10,15	39,02	2.954.577,15
Administração Financeira	110.000,00	110.000,00	19.105,30	46.939,14	19.105,30	46.939,14	0,25	42,67	63.060,86
Normatização e Fiscalização	70.000,00	70.000,00	6.594,66	24.061,18	6.954,66	21.001,00	0,11	30,00	48.999,00
Segurança Pública	1.363.000,00	1.363.000,00	53.899,47	145.926,53	38.529,23	83.653,90	0,45	6,14	1.279.346,10
Policiamento	1.363.000,00	1.363.000,00	53.899,47	145.926,53	38.529,23	83.653,90	0,45	6,14	1.279.346,10
Assistência Social	1.615.800,00	1.577.800,00	199.456,76	569.473,75	157.310,24	387.227,31	2,08	24,54	1.190.572,69
Assistência ao Idoso	24.000,00	24.000,00	622,57	11.959,57	2.494,99	4.021,99	0,02	16,76	19.978,01
Assistência ao Portador de Deficiência	65.000,00	65.000,00	13.260,30	26.520,60	13.260,30	26.520,60	0,14	40,80	38.479,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	335.800,00	345.400,00	23.134,32	99.374,91	28.229,78	71.074,06	0,38	20,58	274.325,94
Assistência Comunitária	1.191.000,00	1.143.400,00	162.439,57	431.618,67	113.325,17	285.610,66	1,53	24,98	857.789,34
Previdência Social	3.177.000,00	3.177.000,00	505.878,96	1.532.220,86	505.878,96	1.532.220,86	8,23	48,23	1.644.779,14
Previdência do Regime Estatutário	3.177.000,00	3.177.000,00	505.878,96	1.532.220,86	505.878,96	1.532.220,86	8,23	48,23	1.644.779,14
Saúde	8.102.500,00	8.766.585,94	1.486.070,50	4.946.351,28	1.765.426,21	4.085.985,19	21,94	46,61	4.680.600,75
Atenção Básica	7.634.500,00	8.298.585,94	1.473.063,27	4.683.000,60	1.669.713,89	3.891.671,71	20,89	46,90	4.406.914,23
Vigilância Sanitária	21.500,00	21.500,00	5.198,00	11.198,00	1.224,37	2.724,37	0,01	12,67	18.775,63
Vigilância Epidemiológica	52.000,00	52.000,00	7.797,00	20.349,00	1.883,97	10.306,79	0,06	19,82	41.693,21
Alimentação e Nutrição	394.500,00	394.500,00	12,23	231.803,68	92.603,98	181.282,32	0,97	45,95	213.217,68
Educação	10.651.000,00	11.341.258,86	1.182.918,98	5.486.808,86	1.523.128,14	4.048.772,08	21,74	35,70	7.292.486,78
Ensino Fundamental	6.299.000,00	6.843.761,47	591.686,55	3.519.630,15	925.593,81	2.312.859,86	12,42	33,80	4.530.901,61
Ensino Médio	175.000,00	175.000,00	20.634,27	42.813,77	13.572,67	35.428,17	0,19	20,24	139.571,83
Ensino Superior	64.500,00	64.500,00	40.000,00	40.000,00	5.000,00	5.000,00	0,03	7,75	59.500,00
Educação Infantil	4.040.000,00	4.185.497,39	495.598,16	1.849.364,94	573.961,66	1.690.484,05	9,08	40,39	2.495.013,34
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Especial	52.500,00	52.500,00	35.000,00	35.000,00	5.000,00	5.000,00	0,03	9,52	47.500,00
Cultura	480.000,00	485.500,00	39.855,94	179.103,29	45.717,48	179.103,29	0,96	36,89	306.396,71
Difusão Cultural	480.000,00	485.500,00	39.855,94	179.103,29	45.717,48	179.103,29	0,96	36,89	306.396,71
Urbanismo	4.408.000,00	6.408.400,00	333.410,47	2.865.286,65	478.489,25	1.398.266,30	7,51	21,82	5.010.133,70
Serviços Urbanos	4.388.000,00	6.388.400,00	333.410,47	2.865.286,65	478.489,25	1.398.266,30	7,51	21,89	4.990.133,70

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.867.462,00	47.395.506,46	5.723.603,05	22.579.312,84	6.852.767,73	17.587.541,28	94,42	37,11	29.807.965,18
Urbanismo	4.408.000,00	6.408.400,00	333.410,47	2.865.286,65	478.489,25	1.398.266,30	7,51	21,82	5.010.133,70
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Habitação Urbana	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Saneamento	180.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Saneamento Básico Urbano	180.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Gestão Ambiental	474.620,00	387.120,00	97.920,63	183.400,63	84.339,96	151.283,62	0,81	39,08	235.836,38
Preservação e Conservação Ambiental	474.620,00	387.120,00	97.920,63	183.400,63	84.339,96	151.283,62	0,81	39,08	235.836,38
Agricultura	1.439.500,00	1.827.799,66	207.860,21	1.318.821,30	530.283,96	1.200.869,36	6,45	65,70	626.930,30
Promoção da Produção Animal	700.000,00	913.299,66	95.170,60	878.032,95	398.434,10	877.232,45	4,71	96,05	36.067,21
Extensão Rural	739.500,00	914.500,00	112.689,61	440.788,35	131.849,86	323.636,91	1,74	35,39	590.863,09
Indústria	517.000,00	512.000,00	40.374,71	318.966,44	197.890,78	295.626,09	1,59	57,74	216.373,91
Promoção Industrial	517.000,00	512.000,00	40.374,71	318.966,44	197.890,78	295.626,09	1,59	57,74	216.373,91
Comércio e Serviços	45.000,00	45.000,00	540,00	8.791,10	1.862,81	4.222,57	0,02	9,38	40.777,43
Turismo	45.000,00	45.000,00	540,00	8.791,10	1.862,81	4.222,57	0,02	9,38	40.777,43
Energia	1.320.000,00	1.320.000,00	227.113,43	523.728,55	140.561,43	407.239,65	2,19	30,85	912.760,35
Energia Elétrica	1.320.000,00	1.320.000,00	227.113,43	523.728,55	140.561,43	407.239,65	2,19	30,85	912.760,35
Transporte	550.000,00	650.000,00	88.729,92	467.926,25	164.567,68	334.213,94	1,79	51,42	315.786,06
Transporte Aéreo	100.000,00	100.000,00	18.010,61	30.164,21	18.416,94	20.772,71	0,11	20,77	79.227,29
Transporte Rodoviário	450.000,00	550.000,00	70.719,31	437.762,04	146.150,74	313.441,23	1,68	56,99	236.558,77
Desporto e Lazer	915.000,00	830.000,00	83.557,20	420.620,05	115.091,38	296.043,42	1,59	35,67	533.956,58
Desporto Comunitário	875.000,00	790.000,00	79.447,16	383.118,81	110.981,34	277.592,88	1,49	35,14	512.407,12
Lazer	40.000,00	40.000,00	4.110,04	37.501,24	4.110,04	18.450,54	0,10	46,13	21.549,46
Encargos Especiais	1.265.000,00	1.271.248,62	219.866,48	608.111,71	219.866,48	608.111,71	3,26	47,84	663.136,91
Serviço da Dívida Interna	780.000,00	780.000,00	134.388,19	349.567,95	134.388,19	349.567,95	1,88	44,82	430.432,05
Outros Encargos Especiais	485.000,00	491.248,62	85.478,29	258.543,76	85.478,29	258.543,76	1,39	52,63	232.704,86
Reserva de Contingência	487.000,00	480.751,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.751,38
Reserva de Contingência	487.000,00	480.751,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.751,38
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.255.000,00	2.255.000,00	345.347,18	1.038.928,15	345.347,18	1.038.928,15	5,58	46,07	1.216.071,85
Legislativa	67.000,00	67.000,00	10.879,36	32.537,52	10.879,36	32.537,52	0,17	48,56	34.462,48
Ação Legislativa	67.000,00	67.000,00	10.879,36	32.537,52	10.879,36	32.537,52	0,17	48,56	34.462,48

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.255.000,00	2.255.000,00	345.347,18	1.038.928,15	345.347,18	1.038.928,15	5,58	46,07	1.216.071,85
Administração	850.000,00	850.000,00	126.996,11	394.266,47	126.996,11	394.266,47	2,12	46,38	455.733,53
Administração Geral	850.000,00	850.000,00	126.996,11	394.266,47	126.996,11	394.266,47	2,12	46,38	455.733,53
Saúde	550.000,00	550.000,00	69.244,57	205.784,26	69.244,57	205.784,26	1,10	37,42	344.215,74
Atenção Básica	550.000,00	550.000,00	69.244,57	205.784,26	69.244,57	205.784,26	1,10	37,42	344.215,74
Educação	760.000,00	760.000,00	134.395,13	398.771,57	134.395,13	398.771,57	2,14	52,47	361.228,43
Ensino Fundamental	380.000,00	380.000,00	64.914,69	191.776,05	64.914,69	191.776,05	1,03	50,47	188.223,95
Educação Infantil	380.000,00	380.000,00	69.480,44	206.995,52	69.480,44	206.995,52	1,11	54,47	173.004,48
Desporto e Lazer	28.000,00	28.000,00	3.832,01	7.568,33	3.832,01	7.568,33	0,04	27,03	20.431,67
Desporto Comunitário	28.000,00	28.000,00	3.832,01	7.568,33	3.832,01	7.568,33	0,04	27,03	20.431,67
TOTAL (III) = (I + II)	46.122.462,00	49.650.506,46	6.068.950,23	23.618.240,99	7.198.114,91	18.626.469,43	100,00	37,52	31.024.037,03

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOST	EDSON TADEU BROCARDIO	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador - CRC 020710-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 1,00	
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.214.555,05	3.331.635,57	3.465.527,87	3.591.876,97	4.065.606,72	4.940.497,54	3.494.346,46	3.468.039,35	5.784.654,29	3.963.140,33	4.168.683,47	3.915.114,35	47.403.677,97	48.482.912,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	296.541,88	338.139,85	283.170,59	261.675,12	207.846,34	274.743,86	255.872,32	391.849,36	1.999.353,69	442.133,70	355.484,58	336.889,21	5.443.700,50	6.528.337,00	
I.P.T.U.	46.104,74	42.892,96	40.971,89	10.022,94	5.602,46	3.370,84	592,77	32.522,35	1.192.180,00	110.416,64	48.345,86	48.570,98	1.581.594,43	2.266.000,00	
I.S.S.	112.311,31	144.028,14	134.452,50	111.811,72	115.015,67	150.335,68	94.336,74	107.711,77	170.749,11	150.419,61	138.767,26	140.874,28	1.570.813,79	1.650.000,00	
I.T.B.I.	75.899,05	74.259,48	43.288,88	82.115,40	41.042,70	43.684,32	112.663,62	49.345,60	57.881,30	56.478,22	60.591,30	65.902,79	763.152,66	660.000,00	
I.R.R.F	17.815,56	36.737,80	31.388,42	32.162,65	27.561,35	55.682,52	27.698,57	31.800,44	33.329,48	39.084,38	34.032,33	38.653,47	405.946,97	522.060,00	
Outras Receitas Tributárias	44.411,22	40.221,47	33.068,90	25.562,41	18.624,16	21.670,50	20.580,62	170.469,20	545.213,80	85.734,85	73.747,83	42.887,69	1.122.192,65	1.430.277,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.698,86	242.308,17	259.950,05	85.658,59	370.711,34	262.014,99	182.501,41	94.736,37	345.776,51	207.099,61	171.604,37	180.116,97	2.613.177,24	2.492.000,00	
	84.953,75	70.849,74	67.400,68	68.781,52	68.738,16	371.030,57	72.179,69	76.394,05	121.476,21	64.963,27	67.393,72	116.836,48	1.250.997,84	758.700,00	
RECEITA PATRIMONIAL	84.953,75	70.849,74	67.400,68	68.781,52	68.738,16	371.030,57	72.179,69	76.394,05	121.476,21	64.963,27	67.393,72	116.836,48	1.250.997,84	758.700,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.478.033,00	2.537.974,43	2.743.943,68	3.061.362,06	2.840.674,27	3.859.266,98	2.841.099,41	2.731.587,37	3.082.633,61	3.069.141,49	3.200.752,52	3.075.608,48	35.522.077,30	35.954.050,00	
Cota-Parte do F.P.M.	716.253,39	833.238,79	737.596,14	848.480,16	1.059.125,88	1.629.815,03	873.886,48	1.066.952,44	792.592,17	949.644,33	1.169.205,57	1.014.721,70	11.691.512,08	11.800.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	695.803,32	637.655,27	890.661,05	754.845,60	674.622,79	1.136.930,33	820.423,35	693.107,34	856.266,73	840.717,55	785.774,96	816.045,56	9.602.853,85	10.500.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	180.672,61	161.776,96	191.197,16	202.471,63	160.303,58	107.684,55	87.512,56	121.092,20	175.608,68	181.680,53	210.936,71	201.226,64	1.982.163,81	1.550.000,00	
Cota-Parte do ITR.	25,24	245,09	4.813,39	88.442,06	4.266,92	1.502,73	929,41	347,00	390,33	2.091,97	497,87	709,97	104.261,98	66.000,00	
Transferências da LC 61/1989	13.697,25	14.780,21	15.320,98	19.489,28	15.461,70	22.444,62	16.808,97	16.352,54	14.950,18	15.756,41	15.524,89	18.139,59	198.726,62	272.000,00	
Transferências da LC 87/1996	5.852,07	5.852,07	5.852,07	5.852,07	5.852,07	5.852,07	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	67.823,58	233.000,00	
Transferências do FUNDEB	467.785,50	489.116,89	510.146,33	516.279,33	538.499,53	585.497,53	653.603,63	578.818,66	642.886,24	679.949,08	661.969,33	632.347,46	6.956.899,51	7.000.000,00	
Outras Transferências Correntes	397.943,62	395.309,15	388.356,56	625.501,93	382.541,80	369.540,12	382.483,15	249.465,33	594.487,42	393.849,76	351.391,33	386.965,70	4.917.835,87	4.533.050,00	
	144.327,56	142.363,38	111.062,87	114.399,68	577.636,61	173.441,14	142.693,63	173.472,20	235.414,27	179.802,26	373.448,28	205.663,21	2.573.725,09	2.749.825,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.327,56	142.363,38	111.062,87	114.399,68	577.636,61	173.441,14	142.693,63	173.472,20	235.414,27	179.802,26	373.448,28	205.663,21	2.573.725,09	2.749.825,00	
DEDUÇÕES (II)	368.292,31	485.050,08	548.177,66	468.868,13	590.618,26	669.415,09	449.356,69	473.159,30	465.555,75	502.126,35	523.368,50	501.865,97	6.045.854,09	6.052.200,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	42.976,45	127.423,66	85.082,24	84.807,47	69.852,83	184.935,45	82.923,53	86.734,60	90.739,77	93.372,07	85.890,35	90.607,12	1.125.345,54	1.149.000,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	2.855,23	26.916,91	94.007,43	0,00	136.839,00	1.251,17	5.430,86	5.764,22	5.764,22	9.686,01	0,00	0,00	288.515,05	19.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	322.460,63	330.709,51	369.087,99	384.060,66	383.926,43	483.228,47	361.002,30	380.660,48	369.051,76	399.068,27	437.478,15	411.258,85	4.631.993,50	4.884.200,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.846.262,74	2.846.585,49	2.917.350,21	3.123.008,84	3.474.988,46	4.271.082,45	3.044.989,77	2.994.880,05	5.319.098,54	3.461.013,98	3.645.314,97	3.413.248,38	41.357.823,88	42.430.712,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96	24.920,00	3.392.542,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	132.709,26	10.080,99	120.449,31	2.178,96	24.920,00	2.903.193,51	81.518,87	1.626.201,33	1.220.393,31
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	132.709,26	10.080,99	120.449,31	2.178,96	24.920,00	2.903.193,51	81.518,87	1.626.201,33	1.220.393,31
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS	0,00	1.065,58	0,00	1.065,58	0,00	0,00	37.840,65	3.971,22	33.869,43	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.065,58	0,00	1.065,58	0,00	0,00	37.840,65	3.971,22	33.869,43	0,00
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS	0,00	1.134,56	15,56	1.119,00	0,00	0,00	301.020,89	27.049,64	273.178,05	793,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	1.134,56	15,56	1.119,00	0,00	0,00	301.020,89	27.049,64	273.178,05	793,20
FUNREBOM DE CURITIBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.487,90	0,00	150.487,90	0,00
FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.487,90	0,00	150.487,90	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96	24.920,00	3.392.542,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.322.000,00	1.322.000,00	265.510,28	875.772,30	912.468,67
RECEITAS CORRENTES	1.322.000,00	1.322.000,00	265.510,28	875.772,30	912.468,67
Receita de Contribuições dos Segurados	1.149.000,00	1.149.000,00	176.497,47	530.267,44	489.172,27
Pessoal Civil	1.149.000,00	1.149.000,00	176.497,47	530.267,44	489.172,27
Ativo	1.127.500,00	1.127.500,00	175.859,59	528.452,46	487.339,19
Inativo	14.000,00	14.000,00	276,46	782,02	797,46
Pensionista	7.500,00	7.500,00	361,42	1.032,96	1.035,62
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	23.000,00	23.000,00	0,00	26.645,31	0,00
Receita Patrimonial	150.000,00	150.000,00	88.247,51	318.094,25	406.484,06
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	150.000,00	150.000,00	88.247,51	318.094,25	406.484,06
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	765,30	765,30	16.812,34
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	16.812,34
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	765,30	765,30	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	1.038.806,76	971.030,92
RECEITAS CORRENTES	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	1.038.806,76	971.030,92
Receita de Contribuições Patronais	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	1.038.806,76	971.030,92
Pessoal Civil	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	1.038.806,76	971.030,92
Ativo	2.255.000,00	2.255.000,00	345.390,59	1.038.806,76	971.030,92
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.577.000,00	3.577.000,00	610.900,87	1.914.579,06	1.883.499,59
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.577.000,00	3.577.000,00	524.131,74	1.588.802,00	1.404.707,65
ADMINISTRAÇÃO	400.000,00	400.000,00	18.252,78	56.581,14	89.571,85
Despesas Correntes	387.000,00	387.000,00	18.252,78	56.171,14	84.581,85
Despesas de Capital	13.000,00	13.000,00	0,00	410,00	4.990,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.177.000,00	3.177.000,00	505.878,96	1.532.220,86	1.315.135,80
Pessoal Civil	0,00	0,00	505.824,48	1.487.082,34	1.315.135,80
Aposentadorias	0,00	0,00	391.885,30	1.155.565,24	1.022.956,55
Pensões	0,00	0,00	113.939,18	331.517,10	292.179,25
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.177.000,00	3.177.000,00	54,48	45.138,52	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.177.000,00	3.177.000,00	54,48	45.138,52	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.577.000,00	3.577.000,00	524.131,74	1.588.802,00	1.404.707,65
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	86.769,13	325.777,06	478.791,94

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	82.256,88	241.122,18	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	82.256,88	241.122,18	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	82.256,88	241.122,18	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	187.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	254.084,88	264.331,46	295.502,09
Investimentos	6.767.038,51	6.877.340,55	5.521.426,99

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.626.406,85	1.540.381,32	1.487.480,34
DEDUÇÕES (II)	6.126.233,68	8.616.037,99	8.688.015,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.261.143,08	9.086.664,97	8.939.928,80
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	134.909,40	470.626,98	251.913,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.499.826,83	-7.075.656,67	-7.200.534,87
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.499.826,83	-7.075.656,67	-7.200.534,87

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	-124.878,20	-2.700.708,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-140.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
Passivo Atuarial	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
DEDUÇÕES (VIII)	6.574.772,77	6.972.646,00	7.141.672,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	257.765,96	273.552,96	264.331,46
Investimentos	6.317.006,81	6.699.093,04	6.877.340,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	23.070.834,02	22.672.960,79	22.503.934,78
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	23.070.834,02	22.672.960,79	22.503.934,78

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	45.108.762,00	7.396.221,21	22.955.021,78	20.568.586,66
Receita Tributária	6.528.337,00	692.373,79	3.781.582,86	3.253.831,15
I.P.T.U.	2.266.000,00	96.916,84	1.432.628,60	1.309.833,91
I.S.S.	1.650.000,00	279.641,54	802.858,77	713.188,42
I.T.B.I.	660.000,00	126.494,09	402.862,83	328.259,76
I.R.R.F.	528.757,00	72.739,50	204.652,37	106.947,23
Outras Receitas Tributárias	1.423.580,00	116.581,82	938.580,29	795.601,83
Receita de Contribuição	4.747.000,00	697.111,93	2.220.642,00	2.041.353,97
Receitas Previdenciárias	3.427.000,00	521.888,06	1.595.719,51	1.477.015,53
Outras Contribuições	1.320.000,00	175.223,87	624.922,49	564.338,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	758.700,00	184.230,20	519.243,42	579.713,90
(-) Aplicações Financeiras	758.700,00	184.230,20	519.243,42	579.713,90
Transferências Correntes	31.083.600,00	5.427.624,00	15.642.303,07	14.147.684,23
F.P.M.	9.440.000,00	1.747.141,87	4.693.602,33	4.533.774,60
I.C.M.S.	8.400.000,00	1.281.456,61	3.849.868,99	3.490.600,61
Convênios	130.650,00	0,00	0,00	3.521,40
Outras Transferências Correntes	13.112.950,00	2.399.025,52	7.098.831,75	6.119.787,62
Demais Receitas Correntes	2.749.825,00	579.111,49	1.310.493,85	1.125.717,31
Dívida Ativa	842.300,00	230.764,42	688.718,49	367.841,33
Diversas Receitas Correntes	1.907.525,00	348.347,07	621.775,36	757.875,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	255.000,00	73.575,64	409.618,52	420.550,57
Operações de Crédito (III)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	45.000,00	13.522,91	16.006,23	0,00
Transferências de Capital	185.000,00	60.052,73	393.612,29	420.550,57
Convênios	185.000,00	60.052,73	393.612,29	174.808,68
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	245.741,89
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	185.000,00	60.052,73	393.612,29	420.550,57
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	45.293.762,00	7.456.273,94	23.348.634,07	20.989.137,23
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	42.782.155,18	6.528.039,53	17.651.511,88	16.106.569,95
Pessoal e Encargos Sociais	23.596.090,00	3.425.170,99	10.069.678,25	9.750.007,64
Juros e Encargos da Dívida (IX)	330.000,00	81.487,21	210.641,44	183.164,96
Outras Despesas Correntes	18.856.065,18	3.021.381,33	7.371.192,19	6.173.397,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	42.452.155,18	6.446.552,32	17.440.870,44	15.923.404,99
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.387.599,90	670.075,38	974.957,55	1.550.452,67
Investimentos	5.937.599,90	617.174,40	836.031,04	1.314.227,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	450.000,00	52.900,98	138.926,51	236.225,09
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.937.599,90	617.174,40	836.031,04	1.314.227,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	293.751,38	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	293.751,38	-	-	-



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	187.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	187.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	48.870.506,46	7.063.726,72	18.276.901,48	17.237.632,57
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.576.744,46	392.547,22	5.071.732,59	3.751.504,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	873.645,62	0,00
Superávit Financeiro	-	-	873.645,62	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-48.700,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.030.582,00	6.030.582,00	814.118,06	3.491.650,74	57,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.054.750,00	3.054.750,00	290.525,42	1.948.725,99	63,79
1.1.1- IPTU	2.266.000,00	2.266.000,00	98.337,32	1.434.334,96	63,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	13.750,00	13.750,00	1.111,61	1.528,97	11,12
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	533.000,00	533.000,00	114.462,88	334.825,52	62,82
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	242.000,00	242.000,00	78.034,09	179.802,90	74,30
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(1.420,48)	(1.766,36)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	661.375,00	661.375,00	126.564,01	403.099,05	60,95
1.2.1- ITBI	660.000,00	660.000,00	128.444,09	404.812,83	61,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.375,00	1.375,00	69,92	236,22	17,18
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(1.950,00)	(1.950,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.785.700,00	1.785.700,00	324.289,13	935.173,33	52,37
1.3.1- ISS	1.650.000,00	1.650.000,00	279.641,54	804.336,23	48,75
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	16.500,00	16.500,00	1.071,70	5.643,20	34,20
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	36.439,29	106.474,04	106,47
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	19.200,00	19.200,00	7.136,60	20.197,32	105,19
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	(1.477,46)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	528.757,00	528.757,00	72.739,50	204.652,37	38,70
1.4.1- IRRF	528.757,00	528.757,00	72.739,50	204.652,37	38,70
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.421.000,00	24.421.000,00	4.243.687,18	11.792.605,79	48,29
2.1- Cota-Parte FPM	11.800.000,00	11.800.000,00	2.183.927,27	5.867.002,69	49,72
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.510.008,25	11.510.008,25	2.183.927,27	5.867.002,69	50,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	289.991,75	289.991,75	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.500.000,00	10.500.000,00	1.601.820,52	4.812.335,49	45,83
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	233.000,00	233.000,00	10.903,72	32.711,16	14,04
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	272.000,00	272.000,00	33.664,48	97.532,58	35,86
2.5- Cota-Parte ITR	66.000,00	66.000,00	1.207,84	4.966,55	7,53
2.6- Cota-Parte IPVA	1.550.000,00	1.550.000,00	412.163,35	978.057,32	63,10
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.451.582,00	30.451.582,00	5.057.805,24	15.284.256,53	50,19

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	7.315,65	13.105,96	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	840.750,00	840.750,00	187.504,50	503.626,94	59,90
5.1- Transferências do Salário-Educação	520.000,00	520.000,00	110.988,76	362.165,33	69,65
5.2- Outras Transferências do FNDE	320.750,00	320.750,00	76.515,74	141.461,61	44,10
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	58.750,00	58.750,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	58.750,00	58.750,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	80.000,00	32.131,29	32.131,29	40,16
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	979.500,00	979.500,00	226.951,44	548.864,19	56,04

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.884.200,00	4.884.200,00	848.737,00	2.358.519,81	48,29
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.360.000,00	2.360.000,00	436.785,40	1.173.400,36	49,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.100.000,00	2.100.000,00	320.363,91	962.466,50	45,83
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	46.600,00	46.600,00	2.180,74	6.542,22	14,04
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	54.400,00	54.400,00	6.732,88	19.506,47	35,86
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	13.200,00	13.200,00	241,55	993,27	7,52
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	310.000,00	310.000,00	82.432,52	195.610,99	63,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.034.000,00	7.034.000,00	1.304.051,17	3.872.646,36	55,06
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.000.000,00	7.000.000,00	1.294.316,79	3.849.574,40	54,99
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	34.000,00	34.000,00	9.734,38	23.071,96	67,86
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.115.800,00	2.115.800,00	445.579,79	1.491.054,59	70,47

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.928.900,00	4.928.900,00	755.598,24	2.149.853,13	43,62
13.1- Com Educação Infantil	2.420.000,00	2.420.000,00	435.933,11	1.249.381,49	51,63
13.2- Com Ensino Fundamental	2.508.900,00	2.508.900,00	319.665,13	900.471,64	35,89
14- OUTRAS DESPESAS	2.105.100,00	2.605.358,86	450.344,69	1.054.264,68	40,47
14.1- Com Educação Infantil	655.000,00	866.497,39	93.756,04	273.503,72	31,56
14.2- Com Ensino Fundamental	1.450.100,00	1.738.861,47	356.588,65	780.760,96	44,90
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.034.000,00	7.534.258,86	1.205.942,93	3.204.117,81	42,53
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					55,51
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	7.612.895,50	7.612.895,50	1.264.451,31	3.821.064,13	50,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.250.000,00	4.417.497,39	638.782,04	1.888.159,45	42,74
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.075.000,00	3.286.497,39	529.689,15	1.522.885,21	46,34
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.175.000,00	1.131.000,00	109.092,89	365.274,24	32,30
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.084.000,00	6.416.761,47	893.309,72	2.374.268,87	37,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.959.000,00	4.247.761,47	676.253,78	1.681.232,60	39,58
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.125.000,00	2.169.000,00	217.055,94	693.036,27	31,95
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.334.000,00	10.834.258,86	1.532.091,76	4.262.428,32	39,34
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					249.338,05
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					23.071,96
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					289.991,75
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO¹					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					562.401,76
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.700.026,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,21

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	520.000,00	710.000,00	37.479,47	72.887,79	10,27
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	379.500,00	379.500,00	85.826,55	134.666,72	35,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	899.500,00	1.089.500,00	123.306,02	207.554,51	19,05
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.233.500,00	11.923.758,86	1.655.397,78	4.469.982,83	37,49
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	584.928,39	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.849.574,40	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.528.668,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.071,96	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	928.906,61	0,00

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 289.991,75, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	25.000,00	0,00		25.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	6.387.599,90	974.957,55	0,00	5.412.642,35
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.387.599,90	974.957,55	0,00	5.412.642,35
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.362.599,90	-974.957,55		-5.387.642,35

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2009 a 2083

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2009	3.718.712,37	2.516.510,87	1.202.201,50	6.570.779,47
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	5.722.815,63
2011	1.719.716,13	2.579.222,52	-859.506,39	4.863.309,24
2012	1.639.755,84	2.425.067,64	-785.311,80	4.077.997,44
2013	1.544.828,73	2.322.008,02	-777.179,29	3.300.818,15
2014	1.445.230,87	2.242.977,95	-797.747,08	2.503.071,07
2015	1.371.409,04	2.117.594,68	-746.185,64	1.756.885,43
2016	1.287.792,92	2.028.480,75	-740.687,83	1.016.197,60
2017	1.214.982,72	1.927.019,17	-712.036,45	304.161,15
2018	1.136.630,61	1.851.073,19	-714.442,58	-410.281,43
2019	1.060.296,95	1.781.833,32	-721.536,37	-1.131.817,80
2020	979.603,09	1.732.868,64	-753.265,55	-1.885.083,35
2021	894.020,54	1.705.056,77	-811.036,23	-2.696.119,58
2022	825.559,23	1.646.199,35	-820.640,12	-3.516.759,70
2023	756.871,04	1.599.446,40	-842.575,36	-4.359.335,06
2024	654.652,37	1.639.997,16	-985.344,79	-5.344.679,85
2025	586.089,00	1.605.854,16	-1.019.765,16	-6.364.445,01
2026	534.719,05	1.539.446,33	-1.004.727,28	-7.369.172,29
2027	475.010,73	1.503.630,75	-1.028.620,02	-8.397.792,31
2028	417.274,89	1.471.047,73	-1.053.772,84	-9.451.565,15
2029	333.406,98	1.506.006,90	-1.172.599,92	-10.624.165,07
2030	295.694,96	1.436.946,02	-1.141.251,06	-11.765.416,13
2031	255.953,65	1.380.573,98	-1.124.620,33	-12.890.036,46
2032	229.518,30	1.300.681,97	-1.071.163,67	-13.961.200,13
2033	199.516,58	1.237.167,67	-1.037.651,09	-14.998.851,22
2034	172.180,93	1.175.335,81	-1.003.154,88	-16.002.006,10
2035	147.232,77	1.115.045,52	-967.812,75	-16.969.818,85
2036	125.633,22	1.053.669,99	-928.036,77	-17.897.855,62
2037	107.783,16	990.367,32	-882.584,16	-18.780.439,78
2038	90.947,49	931.288,51	-840.341,02	-19.620.780,80
2039	74.325,87	878.209,98	-803.884,11	-20.424.664,91
2040	52.507,38	843.393,84	-790.886,46	-21.215.551,37
2041	35.160,12	802.681,16	-767.521,04	-21.983.072,41
2042	26.076,38	747.288,77	-721.212,39	-22.704.284,80
2043	19.414,21	691.663,90	-672.249,69	-23.376.534,49
2044	15.365,39	635.461,59	-620.096,20	-23.996.630,69
2045	10.863,27	585.186,69	-574.323,42	-24.570.954,11
2046	7.582,59	536.608,81	-529.026,22	-25.099.980,33
2047	5.250,21	490.007,35	-484.757,14	-25.584.737,47
2048	3.977,02	444.929,88	-440.952,86	-26.025.690,33
2049	3.118,43	402.564,15	-399.445,72	-26.425.136,05
2050	1.754,67	364.796,30	-363.041,63	-26.788.177,68
2051	898,20	329.371,15	-328.472,95	-27.116.650,63
2052	38,48	297.148,42	-297.109,94	-27.413.760,57
2053	28,05	265.939,57	-265.911,52	-27.679.672,09
2054	19,86	237.181,02	-237.161,16	-27.916.833,25
2055	13,62	210.902,88	-210.889,26	-28.127.722,51
2056	9,04	187.012,07	-187.003,03	-28.314.725,54
2057	5,83	165.330,94	-165.325,11	-28.480.050,65
2058	3,67	145.702,49	-145.698,82	-28.625.749,47
2059	2,26	128.090,70	-128.088,44	-28.753.837,91
2060	1,37	112.045,57	-112.044,20	-28.865.882,11
2061	0,81	97.697,59	-97.696,78	-28.963.578,89
2062	0,46	84.971,14	-84.970,68	-29.048.549,57
2063	0,26	73.722,16	-73.721,90	-29.122.271,47
2064	0,14	63.623,09	-63.622,95	-29.185.894,42
2065	0,07	54.650,57	-54.650,50	-29.240.544,92
2066	0,03	46.646,94	-46.646,91	-29.287.191,83
2067	0,02	39.541,89	-39.541,87	-29.326.733,70
2068	0,00	33.318,76	-33.318,76	-29.360.052,46



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2009 a 2083

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2069	0,00	27.892,01	-27.892,01	-29.387.944,47
2070	0,00	23.214,37	-23.214,37	-29.411.158,84
2071	0,00	19.317,64	-19.317,64	-29.430.476,48
2072	0,00	16.032,60	-16.032,60	-29.446.509,08
2073	0,00	13.254,62	-13.254,62	-29.459.763,70
2074	0,00	10.924,81	-10.924,81	-29.470.688,51
2075	0,00	8.964,09	-8.964,09	-29.479.652,60
2076	0,00	7.334,26	-7.334,26	-29.486.986,86
2077	0,00	5.943,13	-5.943,13	-29.492.929,99
2078	0,00	4.753,52	-4.753,52	-29.497.683,51
2079	0,00	3.747,69	-3.747,69	-29.501.431,20
2080	0,00	2.912,46	-2.912,46	-29.504.343,66
2081	0,00	2.228,08	-2.228,08	-29.506.571,74
2082	0,00	1.684,25	-1.684,25	-29.508.255,99
2083	0,00	1.552,51	-1.552,51	-29.509.808,50

Projeção atuarial elaborada em 08/07/2010 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	45.000,00	16.006,23	28.993,77
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	35.000,00	16.006,23	18.993,77
TOTAL	45.000,00	16.006,23	28.993,77

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
Investimentos	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
TOTAL	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	10.308,74	16.006,23	26.314,97

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.451.582,00	30.451.582,00	15.284.256,53	50,19
Impostos	5.104.757,00	5.104.757,00	2.843.002,57	55,69
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.266.000,00	2.266.000,00	1.432.628,60	63,22
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	660.000,00	660.000,00	402.862,83	61,04
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.650.000,00	1.650.000,00	802.858,77	48,66
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	528.757,00	528.757,00	204.652,37	38,70
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	925.825,00	925.825,00	648.648,17	70,06
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.625,00	31.625,00	7.408,39	23,43
Dívida Ativa dos Impostos	633.000,00	633.000,00	441.239,56	69,71
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	261.200,00	261.200,00	200.000,22	76,57
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	24.421.000,00	24.421.000,00	11.792.605,79	48,29
Da União	12.099.000,00	12.099.000,00	5.904.680,40	48,80
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.800.000,00	11.800.000,00	5.867.002,69	49,72
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	66.000,00	66.000,00	4.966,55	7,53
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	233.000,00	233.000,00	32.711,16	14,04
Do Estado	12.322.000,00	12.322.000,00	5.887.925,39	47,78
Cota-Parte do ICMS	10.500.000,00	10.500.000,00	4.812.335,49	45,83
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	272.000,00	272.000,00	97.532,58	35,86
Cota-Parte do IPVA	1.550.000,00	1.550.000,00	978.057,32	63,10
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.890.000,00	2.890.000,00	1.590.976,20	55,05
Da União para o Município	2.068.500,00	2.068.500,00	1.150.815,30	55,64
Do Estado para o Município	723.000,00	723.000,00	377.009,30	52,15
Demais Municípios para o Município	98.500,00	98.500,00	63.151,60	64,11
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	17.665.080,00	17.665.080,00	9.367.170,80	53,03
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.884.200,00	-4.884.200,00	-2.358.519,81	48,29
TOTAL	46.122.462,00	46.122.462,00	23.883.883,72	51,78

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	7.883.000,00	8.364.316,70	3.804.173,22	45,48
Pessoal e Encargos Sociais	5.399.000,00	5.489.000,00	2.517.587,41	45,87
Outras Despesas Correntes	2.484.000,00	2.875.316,70	1.286.585,81	44,75
DESPESAS DE CAPITAL	370.000,00	552.769,24	306.313,91	55,41
Investimentos	370.000,00	552.769,24	306.313,91	55,41

Continua 1/2



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	370.000,00	552.769,24	306.313,91	55,41
Investimentos	370.000,00	552.769,24	306.313,91	55,41
TOTAL (IV)	8.253.000,00	8.917.085,94	4.110.487,13	46,10

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	8.253.000,00	8.917.085,94	4.110.487,13	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.858.000,00	3.522.085,94	1.815.910,86	44,18
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.858.000,00	3.522.085,94	1.815.910,86	44,18
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.395.000,00	5.395.000,00	2.294.576,27	55,82

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	99.177,10	5.197,74

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V}{V+VI} \times 100$ [(V - VI) / I]	14,98
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.179.500,00	8.843.585,94	4.097.455,97	99,68
Vigilância Sanitária	21.500,00	21.500,00	2.724,37	0,07
Vigilância Epidemiológica	52.000,00	52.000,00	10.306,79	0,25
TOTAL	8.253.000,00	8.917.085,94	4.110.487,13	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	46.122.462,00	
Previsão Atualizada		—	46.122.462,00	
Receitas Realizadas		7.654.027,05	23.883.883,72	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	873.645,62	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	46.122.462,00	
Créditos Adicionais		—	3.528.044,46	
Dotação Atualizada		—	49.650.506,46	
Despesas Empenhadas		6.068.950,23	23.618.240,99	
Despesas Liquidadas		7.198.114,91	18.626.469,43	
Superavit Orçamentário		—	5.257.414,29	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		6.068.950,23	23.618.240,99	
Despesas Liquidadas		7.198.114,91	18.626.469,43	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			41.357.823,88	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		610.900,87	1.914.579,06	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		524.131,74	1.588.802,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		86.769,13	325.777,06	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-140.000,00	-2.700.708,04	1.929,08
Resultado Primário		-48.700,00	5.071.732,59	-10.414,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96
EXECUTIVO	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.417.462,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51
EXECUTIVO	3.417.462,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51
TOTAL:	3.552.372,35	122.636,28	2.206.370,60	1.223.365,47
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.700.026,56	25%	24,21
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.149.853,13	60%	55,51
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		974.957,55	5.412.642,35	

Continua 1/2



Município de CURITIBANOS

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.831.727,51	1.136.630,61	417.274,89	19.414,21
Despesas Previdenciárias (V)	2.679.691,35	1.851.073,19	1.471.047,73	691.663,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-847.963,84	-714.442,58	-1.053.772,84	-672.249,69
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			16.006,23	28.993,77
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	45.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.289.378,53	15,00	14,98	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	46.122.462,00	
Previsão Atualizada		—	46.122.462,00	
Receitas Realizadas		7.654.027,05	23.883.883,72	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	873.645,62	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	46.122.462,00	
Créditos Adicionais		—	3.528.044,46	
Dotação Atualizada		—	49.650.506,46	
Despesas Empenhadas		6.068.950,23	23.618.240,99	
Despesas Liquidadas		7.198.114,91	18.626.469,43	
Superavit Orçamentário		—	5.257.414,29	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		6.068.950,23	23.618.240,99	
Despesas Liquidadas		7.198.114,91	18.626.469,43	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			41.357.823,88	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		610.900,87	1.914.579,06	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		524.131,74	1.588.802,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		86.769,13	325.777,06	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-140.000,00	-2.700.708,04	1.929,08
Resultado Primário		-48.700,00	5.071.732,59	-10.414,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96
EXECUTIVO	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.417.462,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51
EXECUTIVO	3.417.462,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51
TOTAL:	3.552.372,35	122.636,28	2.206.370,60	1.223.365,47
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.700.026,56	25%	24,21
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.149.853,13	60%	55,51
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		974.957,55	5.412.642,35	

Continua 1/2



Município de CURITIBANOS

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.831.727,51	1.136.630,61	417.274,89	19.414,21
Despesas Previdenciárias (V)	2.679.691,35	1.851.073,19	1.471.047,73	691.663,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-847.963,84	-714.442,58	-1.053.772,84	-672.249,69
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			16.006,23	28.993,77
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	45.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.289.378,53	15,00	14,98	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	46.122.462,00	
Previsão Atualizada		—	46.122.462,00	
Receitas Realizadas		7.654.027,05	23.883.883,72	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	873.645,62	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	46.122.462,00	
Créditos Adicionais		—	3.528.044,46	
Dotação Atualizada		—	49.650.506,46	
Despesas Empenhadas		6.068.950,23	23.618.240,99	
Despesas Liquidadas		7.198.114,91	18.626.469,43	
Superavit Orçamentário		—	5.257.414,29	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		6.068.950,23	23.618.240,99	
Despesas Liquidadas		7.198.114,91	18.626.469,43	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			41.357.823,88	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		610.900,87	1.914.579,06	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		524.131,74	1.588.802,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		86.769,13	325.777,06	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-140.000,00	-2.700.708,04	1.929,08
Resultado Primário		-48.700,00	5.071.732,59	-10.414,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96
EXECUTIVO	134.909,40	10.096,55	122.633,89	2.178,96
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.417.462,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51
EXECUTIVO	3.417.462,95	112.539,73	2.083.736,71	1.221.186,51
TOTAL:	3.552.372,35	122.636,28	2.206.370,60	1.223.365,47
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.700.026,56	25%	24,21
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.149.853,13	60%	55,51
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		974.957,55	5.412.642,35	

Continua 1/2



Município de CURITIBANOS

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.831.727,51	1.136.630,61	417.274,89	19.414,21
Despesas Previdenciárias (V)	2.679.691,35	1.851.073,19	1.471.047,73	691.663,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-847.963,84	-714.442,58	-1.053.772,84	-672.249,69

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	16.006,23	28.993,77
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	45.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.289.378,53	15,00	14,98

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Anexos da RGF do Município de Curitiba

Município de CURITIBANOS - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.838.669,30	940,63
Pessoal Ativo	20.588.922,65	940,63
Pessoal Inativo e Pensionista	3.249.746,65	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.016.315,57	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	93.779,86	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	345.886,90	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.576.648,81	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	20.822.353,73	940,63
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	20.823.294,36	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		41.357.823,88
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		50,35
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		22.333.224,90
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		21.216.563,65
FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 12/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.626.406,85	1.487.480,34	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.626.406,85	1.487.480,34	0,00
Interna	1.626.406,85	1.487.480,34	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.126.233,68	8.688.015,21	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.261.143,08	8.939.928,80	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	134.909,40	251.913,59	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.499.826,83	-7.200.534,87	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	39.150.563,22	41.357.823,88	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,15%	3,60%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,49%	-17,41%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	46.980.675,86	49.629.388,66	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	1.159.327,22	1.062.844,57	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.159.327,22	1.062.844,57	0,00
Previdenciárias	1.159.327,22	1.062.844,57	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	467.079,63	424.635,77	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	254.746,55	199.653,19	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.417.462,95	1.221.186,51	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	29.645.606,79	29.645.606,79	0,00
Passivo Atuarial	29.645.606,79	29.645.606,79	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	6.574.772,77	7.141.672,01	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	257.765,96	264.331,46	0,00
Investimentos	6.317.006,81	6.877.340,55	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	23.070.834,02	22.503.934,78	0,00

CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	39.150.563,22	41.357.823,88	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	8.613.123,91	9.098.721,25	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇ

CURITIBANOS, 12/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	41.357.823,88	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	6.617.251,82	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.895.047,67	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens	26.582,83	0,00	26.582,83
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública	589.380,96	3.763,46	585.617,50
Convênio SAMU - Municípios	84,48	0,00	84,48
Convênio Trânsito - Civil	128.431,45	0,00	128.431,45
Convênio Trânsito - Militar	19.478,98	99,00	19.379,98
Convênio Trânsito - Prefeitura	18.997,09	0,00	18.997,09
Convênio Transporte Escolar Estadual	945,60	691,58	254,02
Programa Abrigo Estadual	1.573,05	923,90	649,15
Recursos Contribuição inter. domínio Econômico	16.294,41	23.892,83	(7.598,42)
Recursos de Convênios	6.576,99	768.588,41	(762.011,42)
Recursos FNAS - Abrigo Federal	7.890,61	28,50	7.862,11
Recursos FNAS - Apoio Deficiente Alta Complexidade	5.250,23	0,00	5.250,23
Recursos FNAS - PETI Jornada	1.734,03	954,37	779,66
Recursos FNAS - Programa Sentinela	3,82	0,00	3,82
Recursos FNAS - Proteção Social Básica ao Idoso	24.147,72	0,00	24.147,72
Recursos Merenda Escolar PNAC	17.967,91	3.555,87	14.412,04
Recursos Merenda Escolar PNAE	0,00	7.273,38	(7.273,38)
Recursos PNATE/FNDE	209,17	98,14	111,03
Recursos Salário Educação	589.206,81	228.293,07	360.913,74
Recursos Salário Educação - Exercício Anterior	0,00	7.500,00	(7.500,00)
Recursos SUS Estado	218.033,75	2.320,83	215.712,92
Recursos SUS Estado - Superávit	11.736,63	24.366,90	(12.630,27)
RECURSOS VINCULADOS - IGDBF	38.882,36	0,00	38.882,36
Sus Uniao - Bloco Assistencia Farmaceutica	62.070,02	13.616,48	48.453,54
Sus Uniao - Bloco Atencao Basica	28.198,02	27.072,62	1.125,40
Sus Uniao - Bloco Atencao Basica - Superávit	0,00	9.747,60	(9.747,60)
Sus Uniao - Bloco Media e Alta Comp. - Superávit	0,00	482,25	(482,25)
Sus Uniao - Bloco Media e Alta Complexidade	87.675,71	0,00	87.675,71
Sus Uniao - Bloco Vigilancia em Saude	27.723,22	0,00	27.723,22
Transf. Recursos do SUS - União	188,65	0,00	188,65
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	60,00	(60,00)
Transferências do Fundeb - 60%	668.173,30	1.685,36	666.487,94
Transferências do Fundef - 40%	0,00	4.039,30	(4.039,30)
Transferências do Fundef - 60%	260.733,31	0,00	260.733,31
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.858.171,11	1.129.053,85	1.729.117,26
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	3.673.957,56	149.917,80	3.524.039,76
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	305.462,47	37.780,76	267.681,71
Recursos Ordinários	1.909.383,60	338.580,32	1.570.803,28
Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0,00	17.003,36	(17.003,36)
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	417,20	(417,20)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.888.803,63	543.699,44	5.345.104,19
TOTAL (III) = (I + II)	8.746.974,74	1.672.753,29	7.074.221,45
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	7.141.672,01	0,00	7.141.672,01

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CURITIBANOS, 12/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública	0,00	3.763,46	0,00	116.488,90	585.617,50	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	8.295,40	128.431,45	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	99,00	0,00	6.709,35	19.379,98	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	8.275,41	18.997,09	0,00
Convênio Transporte Escolar Estadual	0,00	691,58	0,00	45.681,75	254,02	0,00
Programa Abrigo Estadual	0,00	923,90	0,00	794,39	649,15	0,00
Recursos Contribuição inter. domínio Econômico	0,00	0,00	23.892,83	0,00	(7.598,42)	0,00
Recursos de Convênios	0,00	0,00	768.588,41	0,00	(762.011,42)	0,00
Recursos FNAS - Abrigo Federal	0,00	28,50	0,00	0,00	7.862,11	0,00
Recursos FNAS - PETI Jornada	0,00	954,37	0,00	3.223,52	779,66	0,00
Recursos FNAS - Proteção Social Básica a Infância	0,00	0,00	0,00	19.360,50	0,00	0,00
Recursos FNAS - Proteção Social Básica ao Idoso	0,00	0,00	0,00	7.937,58	24.147,72	0,00
Recursos Merenda Escolar PNAC	0,00	3.555,87	0,00	11.630,81	14.412,04	0,00
Recursos Merenda Escolar PNAE	0,00	7.273,38	0,00	30.525,86	(7.273,38)	0,00
Recursos PNATE/FNDE	0,00	98,14	0,00	45.879,58	111,03	0,00
Recursos Salário Educação	0,00	0,00	228.293,07	0,00	360.913,74	0,00
Recursos Salário Educação	0,00	0,00	0,00	111.993,76	360.913,74	0,00
Recursos Salário Educação - Exercício Anterior	0,00	0,00	7.500,00	0,00	(7.500,00)	0,00
Recursos SUS Estado	0,00	2.320,83	0,00	202.859,14	215.712,92	0,00
Recursos SUS Estado - Superávit	0,00	24.366,90	0,00	27.489,64	(12.630,27)	0,00
RECURSOS VINCULADOS - IGDBF	0,00	0,00	0,00	8.119,79	38.882,36	0,00
Sus Uniao - Bloco Assistencia Farmaceutica	0,00	13.616,48	0,00	12.053,22	48.453,54	0,00
Sus Uniao - Bloco Atencao Basica	0,00	27.072,62	0,00	54.100,30	1.125,40	0,00
Sus Uniao - Bloco Atencao Basica - Superávit	0,00	9.747,60	0,00	12.583,35	(9.747,60)	0,00
Sus Uniao - Bloco Media e Alta Comp. - Superávit	0,00	482,25	0,00	24.925,12	(482,25)	0,00
Sus Uniao - Bloco Vigilancia em Saude	0,00	0,00	0,00	18.515,84	27.723,22	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	60,00	0,00	523.722,66	(60,00)	0,00
Transferências do Fundeb - 60%	0,00	1.685,36	0,00	0,00	666.487,94	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	0,00	4.039,30	0,00	(4.039,30)	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	96.740,24	1.032.313,61	1.301.165,87	1.709.511,97	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educ	0,00	0,00	124.548,36	0,00	3.524.039,76	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educ	0,00	25.244,94	0,00	506.627,36	3.524.039,76	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	0,00	37.404,76	376,00	302.528,59	267.681,71	0,00
Recursos Ordinários	0,00	222,38	0,00	3.475,55	1.570.803,28	0,00
Recursos Ordinários	0,00	2.619,44	0,00	27.583,78	1.570.803,28	0,00
Recursos Ordinários	0,00	5.931,09	0,00	120.142,18	1.570.803,28	0,00
Recursos Ordinários	0,00	183,38	0,00	1.100,28	1.570.803,28	0,00
Recursos Ordinários	2.178,96	48.063,63	63.531,34	1.860.928,28	1.570.803,28	0,00
Recursos Ordinários	0,00	16.321,41	0,00	80.750,29	1.570.803,28	0,00
Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0,00	17.003,36	0,00	254.500,00	(17.003,36)	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	417,20	0,00	(417,20)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	2.178,96	152.994,39	188.872,90	3.157.636,31	16.723.160,35	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.178,96	249.734,63	1.221.186,51	4.458.802,18	18.432.672,32	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	10.346,58	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CURITIBANOS, 12/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDIO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	20.823.294,36	50,35
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	22.333.224,90	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	21.216.563,65	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-7.200.534,87	-17,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	49.629.388,66	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.098.721,25	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.617.251,82	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.895.047,67	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectiveos	4.469.148,76	16.500.955,30

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CURITIBANOS, 23/07/2010

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDI
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0



Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 048

PORTARIA Nº 048, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir as Agentes de Serviços Gerais do quadro efetivo Delicia Alexandre Tanquella, Eva Carvalho Pedro, Luzia Duarte e Rosane Brocca que estão afastadas do trabalho em função de licença para tratamento de saúde,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir as Agentes de Serviços Gerais do quadro efetivo Alessandra Adriano, Maria Salete Vitali Campanholi e Tereza Antunes Moysés que estão afastadas do trabalho em função de licença sem vencimentos,

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não têm servidores para ocuparem as vagas, sendo que as contratações são de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeadas as servidoras abaixo relacionadas para exercerem, em caráter temporário, o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4:

SERVIDOR	SUBSTITUÍDOS
MARTA RAFAEL DA ROSA NARDI	EVA CARVALHO PEDRO
EDRIANA RONCONI BOAROLI	TEREZA ANTUNES MOYSES
MARILEIA COLOMBO ALBANO	DELICIA ALEXANDRE TANQUELLA
ROSALINA VIEIRA FERNANDES	MARIA SALETE VITALI CAMPANHOLI
TEREZINHA NEOTTI IZE	ALEXSANDRA ADRIANO
PATRICIA JUNKES ROCHA	LUZIA DUARTE
MARIA APARECIDA STAIRK	ROSANE BROCCA

Art. 2º - As servidoras acima nomeadas terão o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois são contratações temporárias.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 05 de fevereiro de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 05 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 064

PORTARIA Nº. 064, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANA DE BITENCOURT PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Marlete Terezinha Ribeiro Bitencourt que está afastado para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, CRISTIANA DE BITENCOURT para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver em tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 18 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 18 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 065

PORTARIA Nº. 065, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE A SERVIDORA JULIANA OLIVEIRA DA SILVA KREMER NUNES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III



e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora Juliana Oliveira da Silva Kremer Nunes apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JULIANA OLIVEIRA DA SILVA KREMER NUNES do Cargo Temporário de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 19 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 066

PORTARIA Nº. 066, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010.

EXONERA LIZABET TEREZINHA TOMAZI DA SILVA DO CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO TUTELAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que Lizabet Terezinha Tomazi da Silva protocolizou pedido de exoneração do cargo de Conselheiro do Conselho Tutelar,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada do Cargo de Conselheiro do Conselho Tutelar a servidora LIZABET TEREZINHA TOMAZI DA SILVA.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 19 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 067

PORTARIA Nº. 067, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA ROSIMERI LEANDRO ELIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002;

CONSIDERANDO que a servidora Rosimeri Leandro Elias apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ROSIMERI LEANDRO ELIAS do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 19 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 068

PORTARIA Nº. 068, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PEDRO MANOEL DA ROSA PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Wilson Colombo que está afastado por licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, PEDRO MANOEL DA ROSA para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por



conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 069

PORTARIA Nº. 069, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

AMPLIA, TEMPORARIAMENTE, CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CAROLINE BOEING NUERNBERG EM 01 (UMA) HORA E 20 (VINTE) MINUTOS SEMANAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002;

CONSIDERANDO que houve a inclusão de novas turmas nas escolas da rede municipal de educação;

CONSIDERANDO que a ampliação da carga horária é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para suprir a necessidade temporária,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ampliada, temporariamente, a carga horária da professora de artes CAROLINE BOEING NUERNBERG em mais 01 (uma) hora e 20 (vinte) minutos, totalizando 21 (vinte e uma) horas e 20 (vinte) minutos semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 070

PORTARIA Nº. 070, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA, A PEDIDO E SEM VENCIMENTOS, AO SERVIDOR NELSON SCANTAMBURLO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combina-

do com o art. 83 da Lei Municipal nº. 876/2002;

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo Nelson Scantamburlo, requereu licença sem vencimentos do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais para tratar de assuntos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 22 de fevereiro de 2010, licença, a pedido e sem vencimentos, pelo período de 2 (dois) anos, ao servidor NELSON SCANTAMBURLO do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Caso a licença seja cancelada, ou encerrado o prazo da licença disposto nesta Portaria, deverá o servidor retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 071

PORTARIA Nº. 071, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDILANE BORGES DE SOUZA PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, NÍVEL OAG-8.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Rejane Maria Loch, que se encontra em licença para ocupar cargo em comissão,

CONSIDERANDO que a contratação é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para substituir a servidora em licença,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, EDILANE BORGES DE SOUZA para ocupar o cargo de Agente Administrativo, Nível OAG-8.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.



Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 072

PORTARIA Nº. 072, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA LIZABET TEREZINHA TOMAZI DA SILVA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NÍVEL DAE-5.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LIZABET TEREZINHA TOMAZI DA SILVA para ocupar o cargo em Comissão de Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica, Nível DAE-5.

Art. 2º - A servidora acima nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 073

PORTARIA Nº. 073, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MIRANDA DA CONCEIÇÃO DE LEMOS PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Janaina Preis da Silva Motta, que se encontra em licença para ocupar cargo em comissão,

CONSIDERANDO que a contratação é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para substituir a servidora em licença,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada MIRANDA DA CONCEIÇÃO DE LEMOS para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, nível 1, referência "inicial" do anexo IX da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime Estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 074

PORTARIA Nº. 074, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TACIANI PERITTO BATISTA PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO que houve a inclusão de novas turmas nas escolas da rede municipal de educação;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada TACIANI PERITTO BATISTA para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, nível 1, referência "inicial" do anexo IX da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime Estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02,



vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 075

PORTARIA Nº. 075, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELA MARIA MACHADO SAGRILLO FURTADO PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Thisciana Fialho dos Santos, que está afastada do trabalho em função de licença sem vencimentos,

CONSIDERANDO que a contratação é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para substituir a servidora em licença,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada ANGELA MARIA MACHADO SAGRILLO FURTADO para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, nível 1, referência "inicial" do anexo IX da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime Estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 076

PORTARIA Nº. 076, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GLAZIANA MINATTO COLOMBO PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO que o município de Forquilha e a Gerência Regional de Educação de Criciúma firmaram termo de compromisso tendo como objetivo a manutenção da cooperação Técnica, Pedagógica, Material e Financeira, com vistas a garantir a manutenção da Equipe Volante por parte do CEJA de Criciúma em nível de Ensino Fundamental e Médio, no município de Forquilha, onde o município compromete-se a ceder professor,

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada GLAZIANA MINATTO COLOMBO para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 30 horas semanais, nível 1, referência "inicial" do anexo IX da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime Estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até o final do ano letivo de 2010.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 079

PORTARIA Nº. 079, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE FABRIS COLONETTI PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Rosemeri de Lucca Minatto, que se encontra em licença para ocupar cargo em comissão,

CONSIDERANDO que a contratação é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para substituir a servidora em licença,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada JAQUELINE FABRIS COLONETTI para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental, nível 1, referência "inicial" do anexo IX da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime Estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Aviso de Licitação**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 090/PMF/2010

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição "de diversos pneus, câmaras e afins" para atendimento à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2010.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de agosto de 2010 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones

(***48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 27 de julho de 2010.

VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 0205/2010

DECRETO Nº. 0205, DE 27 DE JULHO DE 2010.

HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0016 DE 06 DE JULHO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação do processo de seleção para admissão em caráter temporário nº. 0016, de 06 de julho de 2010, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 27 de Julho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto nº 0205/2010 - Classificação Desempate - Código 1

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0016 DE 06 DE JULHO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **1 - Agente Comunitário de Saúde (Assentamento Chico Mendes)**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	1	MARISTELA DAS GRAÇAS DOS SANTOS RODRIGUES	19

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Espec.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	3	1	NÃO	9/9/1980

Portaria nº 2218/2010

PORTARIA Nº 2.218, DE 27 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 0001 de 26 de maio de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, OSVALDIR CAMARGO, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 548.384.529-34, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, por 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2010 a 01 de setembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2219/2010

PORTARIA Nº 2.219, DE 27 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 0011 de 24 de março de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, RUDE RICHTER, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 219.813.109-91, na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, por 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2010 a 01 de setembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2220/2010

PORTARIA N.º 2.220 DE 27 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 006 de 12 de fevereiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 601.279.539-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES - HABILITAÇÃO 60, com carga horária de 12 horas semanais, pelo período de 13 de dezembro de 2010 até 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2221/2010

PORTARIA N.º 2.221 DE 27 DE JULHO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 078/2010, da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora IVONETE APARECIDA MOREIRA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 035.223.889-50, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento



Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº 0015/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0119/2010 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0015/2010 - PMF

O Município de Fraiburgo/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público, com fundamento no art. 25, inc. II, c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0015/2010 - PMF, cujo objeto é a contratação da empresa VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ de nº 10.616.945/0001-96, para a realização de treinamento direcionado a professores do ensino infantil, através da profissional Marisa de Lourdes dos Santos, a ser realizado no dia 27/07/2010 neste município, no valor total de R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais).

Fraiburgo(SC), 27 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº 0083/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0083/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0043/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de óleo lubrificante e outros materiais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME E FMS). Validade da Ata de Registro de Preços: Agosto de 2010 a Fevereiro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: A partir das 09:00 horas do dia 12.08.2010. Abertura: No mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 28 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação nº 0003/2010-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0005/2010 - FME
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2010 - FME

Objeto: Aquisição de 4 (quatro) pneus liso, radial, 215/75, R 17,5, para uso no micro-ônibus utilizado na Fundação Municipal de Esportes - FME deste município. Fornecedor: JK PNEUS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 78.653.946/0004-97. Valor: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Vigência: De 26 de julho a 31 de agosto de 2010. Fundamento legal: Art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificativa: Transporte dos atletas da FME no dia 28/07/2010 para a cidade de Rio do Sul-SC, na participação do JASC, de modo que os pneus, pelo péssimo estado de conservação os quais se encontram, se não forem trocados imediatamente, poderão comprometer a segurança destes desportistas.

Fraiburgo(SC), 27 de julho de 2010.

JORGE COSTA ANDRADE

Superintendente da FME

Garopaba**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria N.º 497/2010.**

PORTARIA N.º 497, DE 06 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) FLAVIA GONÇALVES DE LIMA, Contrato n.º 117/2010, em 09/07/2010.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 498/2010.

PORTARIA N.º 498, DE 07 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora PAULA PEDRON, Matrícula Funcional n.º 3011, no período de 26/07 à 09/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 504/2010

PORTARIA N.º 504, DE 12 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,



Art.1º. INTERROMPER FÉRIAS, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor RONYE PAES, Matrícula Funcional n.º 0720, concedidas através da Portaria n.º 423/2010, no período de 12/07 às 18/07/2010, por motivo de excepcional interesse público.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 506/2010

PORTARIA N.º 506, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. LOTAR, nos termos do artigo 28, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, a servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Datilógrafa, matrícula funcional n.º 0017, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/07/2010.

Art.2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2010.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 507/2010

PORTARIA N.º 507, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ARLINDO MARQUES GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0165, no período de 12/07 à 10/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 508/2010.

PORTARIA N.º 508, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor HILARIO DE AMORIM, Matrícula Funcional n.º 0021, no período de 02/08 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 509/2010.

PORTARIA N.º 509, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ ALDO CRISTINO, Matrícula Funcional n.º 0792, no período de 02/08 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 510/2010.

PORTARIA N.º 510, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão de 19 (dezenove) dias, do descanso de FÉRIAS, concedidas através das Portarias n.º 607/2009 e interrompidas através da Portaria n.º 608/2009, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor INDALECIO CARLSEM, matrícula funcional n.º 0112, a partir de 05/ 07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 511/2010.

PORTARIA N.º 511, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, JOEL DA SILVA DAVID, CPF n.º 043.637.599-09, das funções comissionadas do cargo de CO-ORDENADOR DE MAC, da Secretaria Municipal de Saúde, em 14/07/2010.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 14/07/2010.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 512/2010.

PORTARIA N.º 512, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LEANDRO NASCIMENTO, em 17/06/2010.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 513/2010.

PORTARIA N.º 513, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARINA BEAUTING CAMPOS, em 01/07/2010.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 514/2010.

PORTARIA N.º 514, DE 15 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. READAPTAR, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, o servidor VALDELI MARQUES, Matrícula Funcional n.º 0118, Auxiliar de Conservação e Manutenção, nas funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Lei de Cargos da Prefeitura Municipal de Garopaba, após o período de Licença para Tratamento de Saúde, iniciado em 20/05/2010, conforme Portaria n.º 422/2010.

Art. 2º. Conforme previsto no art. 40, da Lei 1.000/2005, o servidor readaptado deverá ser submetido a novas avaliações médicas a cada período de 12 (doze) meses, para perfeito acompanhamento de seu desenvolvimento na nova atividade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 516/2010.

PORTARIA N.º 516, DE 19 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, VILMARIO JOSÉ ÁVILA, CPF n.º 344.693.119-87, das funções comissionadas do cargo de COORDENADOR DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, da Secretária Municipal de Saúde, em 19/07/ 2010.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.



Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 517/2010

PORTARIA N.º 517, DE 19 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, NILCE DA SILVA ALVES, CPF n.º 040.906.179-44, para exercer as funções do cargo de COORDENADOR DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 518/2010.

PORTARIA N.º 518, DE 19 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CLECI MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0975, no período de 02/08 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 519/2010.

PORTARIA N.º 519, DE 19 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARLETE SOUZA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0727, no período de 02/08 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 520/2010.

PORTARIA N.º 520, DE 19 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ANITAMAR DOS RESES SILVA, matrícula funcional n.º 0098, referente a 2002-2007, no período de 01/07/2010 à 29/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 01/07/2010.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 521/2010.

PORTARIA N.º 521, DE 19 DE JULHO DE 2010.

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir Comissão formada pelos senhores: NILSON LUIZ DA SILVA MELO, Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; ARTUR EMILIO LOPES, Secretário Municipal de Fazenda; THIAGO QUATRIN TOSETTO, Diretor de Planejamento Urbano e Ocupação e HILDEGAR JOÃO DE SENA, Técnico em Edificações, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Art. 2º. A Comissão compete avaliar os Bens Imóveis pertencentes ao patrimônio do Município e os que forem por ele adquiridos.

Art. 3º. A Comissão produzirá Laudo de Avaliação, podendo recor-



rer aos serviços de Corretores de Imóveis, para se inteirar dos valores de mercado, sendo o resultado anexado ao documento final.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 526/2010.

PORTARIA N.º 526, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE TITULARIDADE DE CONSELHEIRO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 593/1997 e alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, em 20/07/2010, CARLOS DE OLIVEIRA BATISTA - CPF n.º 038.137.109-39, 3º Titular, de suas funções como membro eleito do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 20/07/2010.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 527/2010

PORTARIA N.º 527, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA DE ABREU SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0099, no período de 02/08 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 528/2010.

PORTARIA N.º 528, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor WAGNER NASCIMENTO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0006, no período de 02/08 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 529/2010.

PORTARIA N.º 529, DE 22 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE INCORPORAÇÃO TEMPORÁRIA AOS QUADROS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERVIDOR Cedido E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica REVOGADA em 31/07/2010, à incorporação temporária, da servidora Mariana Israel, Auxiliar Administrativa lotada junto à Câmara Municipal de Garopaba, aos quadros de servidores efetivos do Município, com ônus para este órgão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 530/2010.

PORTARIA N.º 530, DE 23 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SANTELINO DOMINGOS FERNANDES, Matrícula Funcional n.º 0126, no período de 02/08 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 531/2010.

PORTARIA N.º 531, DE 23 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JUSTIRENE ZANELATO DA SILVEIRA, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0758, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 13/07/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 532/2010.

PORTARIA N.º 532, DE 23 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANA MACHADO ANTONIO, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional n.º 0439, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 09/06/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 533/2010.

PORTARIA N.º 533, DE 23 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 29/06/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. FICA DETERMINADO, ao Setor de Recursos Humanos, encaminhar a Secretaria Municipal de Educação, solicitação de reenquadramento do Servidor, para execução de readaptação de função, conforme Laudo Médico Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 534/2010.

PORTARIA N.º 534, DE 23 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. LOTAR, nos termos do artigo 28, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, o servidor FABIO DE SOUZA, Contador, matrícula funcional n.º 3269, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2010.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 2.192

PORTARIA Nº. 2.192 DE 22 DE JULHO DE 2010.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, após cumpridas as formalidades do Edital de Concurso Público nº 001/2009,



RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2009, o empregado público aprovado para o Emprego e Carga Horária abaixo especificado:

Nome	Cargo	Carga Horária	Classificação
Cleiton de Oliveira	Técnico de Enfermagem Plantonista	30h	9º

Art. 2º O empregado público nomeado pela presente terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da notificação, bem como sujeitando-se à apresentação de todos os documentos exigidos, tudo de acordo com os termos do item número 2.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE**Resumo Ata de Registro de Preços nº 14 do Pregão Presencial nº 29/2010 - SAMAE**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2010

Aos vinte dias do mês de julho do ano de 2010, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 29/2010, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 13/07/2010, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a prestação, de forma contínua, de serviços de manutenção preventiva e corretiva das motocicletas, veículos, caminhões e máquinas da Autarquia, conforme as quantidades e características descritas na folha modelo "Proposta de Preços - ANEXO VI" e "Projeto Básico - ANEXO VII" do Edital de Pregão Presencial nº. 29/2010. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

VANIO MAFRA - ME (80.088.925/0001-75)

Itens:	Unidade de medida: Descrição dos itens:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	350	R\$ 25,00	R\$ 8.750,00
5	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM ELÉTRICA DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	100	R\$ 28,50	R\$ 2.850,00
6	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM ELÉTRICA DE CAMIONETES E CAMINHÕES	100	R\$ 28,50	R\$ 2.850,00

7	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM LATOARIA E PINTURA DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	300	R\$ 30,00	R\$ 9.000,00
9	un OFICINA ESPECIALIZADA EM BALANCEAMENTO, GEOMETRIA E ALINHAMENTO DE AUTOMÓVEIS LEVES A ÁLCOOL, DIESEL E GASOLINA	30	R\$ 63,00	R\$ 1.890,00
12	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM SOLDA E USINAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM GERAL	150	R\$ 38,00	R\$ 5.700,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 31.040,00 (trinta e um mil, quarenta reais).

MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (85.104.289/0001-41)

Itens:	Unidade de medida: Descrição dos itens:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA DE CAMIONETES E CAMINHÕES	350	R\$ 32,50	R\$ 11.375,00
3	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA DE MÁQUINAS	200	R\$ 45,00	R\$ 9.000,00
8	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM LATOARIA E PINTURA DE CAMIONETES, CAMINHÕES E MÁQUINAS	300	R\$ 30,00	R\$ 9.000,00
10	un OFICINA ESPECIALIZADA EM BALANCEAMENTO, GEOMETRIA E ALINHAMENTO DE CAMIONETES E CAMINHÕES	10	R\$ 182,00	R\$ 1.820,00
11	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MOLAS E AGREGADOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM GERAL	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
13	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM HIDRÁULICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM GERAL	50	R\$ 46,00	R\$ 2.300,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 35.395,00 (trinta e três mil, trezentos e noventa e cinco reais).

MOTEC MOTO PEÇAS LTDA. - ME (05.851.925/0001-60)

Item:	Unidade de medida: Descrição dos itens:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4	hs OFICINA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA E ELÉTRICA DE MOTOCICLETAS	200	R\$ 6,00	R\$ 1.200,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos)



reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 67.635,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

ENTREGA: Os serviços a serem prestados deverão ser executados de forma parcelada, conforme a necessidade do SAMAE, devendo ser realizado dentro do prazo de contratação. O prazo para emissão da Ordem de Serviço é de 03 (três) dias, contados da data da assinatura da Ata de Registro de Preços. O prazo de início de execução é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço. Após a aprovação do orçamento prévio a Fornecedora executará os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, exceto naqueles casos em que for necessário um prazo superior, em razão da complexidade da manutenção ou quando estiver em falta no mercado as peças e os acessórios necessários ao conserto.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por veículo (marca, modelo/ano e nº. da placa).

Gaspar (SC), em 20 de julho de 2010.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS – Pregoeira

VANESSA FERNANDA SCHMITT – Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de licitação nº. 080/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

Processo de Dispensa nº. 080/2010, conforme art. 24 e inciso II da Lei 8.666/93. Partes: O município de Governador Celso Ramos e BARROS TOSCHI EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA - ME Objeto: Contratação de empresa de comunicação (jornal impresso) com periodicidade mensal, distribuição gratuita, tiragem mínima de 2.000 (dois mil) exemplares para publicação de matérias institucionais produzidas/criadas pelo próprio veículo de comunicação. Valor: 4.968,00 (Quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais). Prazo: da assinatura do contrato até 31/12/2010. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gabinete do Prefeito. Governador Celso Ramos, 26 de julho de 2010. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES Prefeito Municipal.

Inexigibilidade de licitação nº. 079/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 079/2010, cfe art. 25 e inciso I e III da Lei 8.666/93. Partes: O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS e ALIX PEDRO SOARES. Objeto: Aquisição de livros "Uma Luz no Meu Caminho" do autor Alix Pedro Soares para pesquisa e leitura dos alunos do ensino fundamental. Valor:

R\$ 7.520,00 (Sete mil e quinhentos e vinte reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Governador Celso Ramos, 26 de julho de 2010. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de contrato nº. 102/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO N. 102/2010. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: BARROS TOSCHI EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa de comunicação (jornal impresso) com periodicidade mensal, distribuição gratuita, tiragem mínima de 2.000 (dois mil) exemplares para publicação de matérias institucionais produzidas/criadas pelo próprio veículo de comunicação. PRAZO: da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: 4.968,00 (Quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gabinete do Prefeito. Governador Celso Ramos, 26 de julho de 2010. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES Prefeito Municipal.

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 689/2010

PORTARIA Nº 689/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ADRIANA LUCIA GANDIN PARIZZI (Matr. 219), nascida aos 26/07/1972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/E, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/A, anexo III, a partir de 26 de Julho de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 21 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de julho de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Contrato de Trabalho Nº 046

CONTRATO DE TRABALHO 046

Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, (SC), sito à Rua Nereu Ramos, nº 389 neste ato, representado por seu Prefeito, Nelson Guindani, CPF 501.589.459-72, doravante designada simplesmente EMPREGADORA e FRANCIELLE STALLBAUM, portadora da Carteira Profissional nº 42.202, Série nº 00026-SC, a seguir chamado apenas EMPREGADO PÚBLICO, é celebrado o presente CONTRATO DE TRABALHO, que terá vigência por Prazo Indeterminado, a partir de 26 de julho de 2010, de acordo com as condições a seguir especificadas:

1 - Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA para exercer as funções de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, Programa Saú-



de da Família, mediante a remuneração de R\$ 580,07 (quinhentos e oitenta reais e sete centavos), por mês.

2 - Fica ajustado nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, que o EMPREGADO PÚBLICO, acatará ordem emanada da EMPREGADORA para a prestação de serviços.

3 - No ato da assinatura deste contrato, o EMPREGADO PÚBLICO, compromete-se a cumprir o que prevê a Lei F. 11.350/2006, bem como a Lei Complementar 174/2005, e a violação das regras previstas na legislação acima mencionada, implicará em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminado com a rescisão do contrato.

4 - Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no § 1º do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em Contrato.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o EMPREGADO, que dela dará o competente recibo.

Empregador

Responsável pelo RH

Herval d'Oeste, 26 de julho de 2010.

_____/_____/_____, _____ FRANCIELLE STALLBAUM

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Extrato de Convite 01/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 152/2010

CONCURSO Nº 01/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que as inscrições para Concurso nº 01/2010, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, cujo objeto é para Selecionar projeto de criação e execução do Monumento em homenagem a Santa Paulina, considerada a primeira santa brasileira, que ficou conhecida por 02 milagres reconhecidos, um deles em Imbituba-SC, serão recebidas no período de 28 de julho de 2010 a 11 de setembro de 2010 por Ficha de Inscrição encontrada na internet site www.imbituba.sc.gov.br e na Diretoria de Compras e Licitações. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 28 de julho de 2010.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Presidente da CPL

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 1534/2010

PORTARIA Nº 1534, DE 27 DE JULHO DE 2010.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, Sr. Antoninho Baldissera, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos, Lei Municipal nº 320, de 13 de julho de 2005, Lei Complementar Municipal nº 23, de 03 de março de 2010 e demais normas aplicáveis à matéria e considerando a realização do Concurso Público através do Edital nº 002/2010, de 12 de março de 2010, para prover as vagas existentes no quadro de funcionários da Secretária Municipal de Saúde do Município de Iomerê:

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Especial de Concurso Público, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 23, de 03 de março de 2010, para fiscalizar, supervisionar e acompanhar os trabalhos de realização do concurso público, ficando com os seguintes membros:

1. Solange Debortoli Beal,
2. Itacir Bridi,
3. Jacir Devalieri

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 27 de julho de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 27 de julho de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Anexos RREO Iomere 3º bím 2010

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária           |
|                               Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
|                               Orçamento da Seguridade Social                       |
|                               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO              |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsão	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	27.500,00	0,00	27.500,00
Alienação de Bens Móveis	27.500,00	0,00	27.500,00
Total	27.500,00	0,00	27.500,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	36.297,68	0,00	36.297,68

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

 Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

 Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

 Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS					SALDO
	Categoria Econômica / Fontes	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		9.596.231,63	9.596.231,63	1.648.431,59	17,180	4.658.511,68	48,550	4.937.719,95
RECEITAS CORRENTES		7.941.231,63	7.941.231,63	1.540.220,04	19,400	4.344.193,75	54,700	3.597.037,88
RECEITA TRIBUTÁRIA		286.353,40	286.353,40	90.806,40	31,710	158.652,18	55,400	127.701,22
IMPOSTOS		227.822,26	227.822,26	72.878,61	31,990	131.488,24	57,720	96.334,02
TAXAS		30.397,98	30.397,98	17.800,77	58,560	27.036,92	88,940	3.361,06
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		28.133,16	28.133,16	127,02	0,450	127,02	0,450	28.006,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		40.000,00	40.000,00	8.044,16	20,110	25.192,73	62,980	14.807,27
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS		40.000,00	40.000,00	8.044,16	20,110	25.192,73	62,980	14.807,27
RECEITA PATRIMONIAL		62.256,99	62.256,99	15.732,66	25,270	39.497,68	63,440	22.759,31
REC.IMOBILIÁRIAS PROV.DA UTILIZAÇÃO,POR TER		11.692,37	11.692,37	2.370,10	20,270	5.027,30	43,000	6.665,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		50.564,62	50.564,62	13.362,56	26,430	34.470,38	68,170	16.094,24
RECEITA DE SERVIÇOS		33.474,87	33.474,87	6.203,19	18,530	58.777,95	175,590	-25.303,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		7.486.124,96	7.486.124,96	1.407.574,90	18,800	4.022.785,35	53,740	3.463.339,61
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		7.426.124,96	7.426.124,96	1.406.219,70	18,940	4.008.988,23	53,980	3.417.136,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		60.000,00	60.000,00	1.355,20	2,260	13.797,12	23,000	46.202,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		33.021,41	33.021,41	11.858,73	35,910	39.287,86	118,980	-6.266,45
MULTAS E JUROS DE MORA		18.075,41	18.075,41	1.018,02	5,630	11.674,22	64,590	6.401,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		4.236,00	4.236,00	1.453,37	34,310	6.518,65	153,890	-2.282,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		9.551,00	9.551,00	920,95	9,640	10.735,19	112,400	-1.184,19
RECEITAS DIVERSAS		1.159,00	1.159,00	8.466,39	730,490	10.359,80	893,860	-9.200,80
RECEITAS DE CAPITAL		1.655.000,00	1.655.000,00	108.211,55	6,540	314.317,93	18,990	1.340.682,07
ALIENAÇÃO DE BENS		27.500,00	27.500,00	0,00	0,000	0,00	0,000	27.500,00
Alienação de Bens Móveis		27.500,00	27.500,00	0,00	0,000	0,00	0,000	27.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.627.500,00	1.627.500,00	108.211,55	6,650	314.317,93	19,310	1.313.182,07
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.627.500,00	1.627.500,00	108.211,55	6,650	314.317,93	19,310	1.313.182,07
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)		9.596.231,63	9.596.231,63	1.648.431,59	100,000	4.658.511,68	100,000	4.937.719,95
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)		9.596.231,63	9.596.231,63	1.648.431,59	100,000	4.658.511,68	100,000	4.937.719,95
DÉFICIT (VI)						0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)		9.596.231,63	9.596.231,63	1.648.431,59		4.658.511,68		
Saldo de Ex.Anteriores(Util.p/Cred.Adicionais)						253.961,71		

DESPESAS	D O T A Ç ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
	Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
		(d)	(e)	(f)=(d+e)		(g)	(g/f)		(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)		9.596.231,63	772.384,31	10.368.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.430.838,90	40,29	6.190.593,37
DESPESAS CORRENTES		7.014.770,05	436.093,17	7.450.863,22	791.543,35	6.268.411,88	1.417.156,20	52,86	3.512.551,11
Pessoal e Encargos Sociais		2.756.172,64	152.778,57	2.908.951,21	65.909,75	2.819.051,25	609.800,09	1.774.361,84	61,00
Juros/Encargos da Dívida		1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras despesas Correntes		4.257.597,41	283.314,60	4.540.912,01	725.633,60	3.449.360,63	807.356,11	2.163.950,27	47,65
DESPESAS DE CAPITAL		2.531.461,58	359.291,14	2.890.752,72	340.786,90	574.958,46	13.682,70	8,29	2.651.042,26
Investimentos		2.530.461,58	359.291,14	2.889.752,72	340.786,90	574.958,46	13.682,70	239.710,46	8,30
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		50.000,00	-23.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VII+IX)		9.596.231,63	772.384,31	10.368.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.430.838,90	40,29	6.190.593,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f) = (d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
Refinanciamento da Div. Mobiliár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	9.596.231,63	772.384,31	10.368.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.430.838,90	4.178.022,57	40,29	6.190.593,37
SUPERÁVIT (XIII)						217.592,69	480.489,11		
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	9.596.231,63	772.384,31	10.368.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.648.431,59	4.658.511,68		6.190.593,37

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS						SALDO
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)		(a-c)
		0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00		0,00		

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f) = (d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/0-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli




```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária           |
|                               Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social               |
|                               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO              |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	2.890.752,72	13.682,70	239.710,46	2.651.042,26
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.890.752,72	13.682,70	239.710,46	2.651.042,26
--------------------------------	--------------	-----------	------------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-2.890.752,72	-13.682,70	-239.710,46	-2.651.042,26
---------------------	---------------	------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

 Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

 Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

 Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

Lei 9.394/96, Art.72 - Anexo X

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas		%(b/a)
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	8.131.497,42	8.131.497,42	1.565.698,79	4.364.893,09	53,68
Receitas de Impostos	235.563,51	235.563,51	73.361,77	136.508,49	57,95
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Terri	66.720,05	66.720,05	42.121,72	44.731,24	67,04
Imp.de Renda Retido nas Fontes sobre os Ren	76.752,04	76.752,04	18.126,24	52.566,28	68,49
Imp.sob.Trans."Int.Viv." de Bens imóv.e de	16.414,51	16.414,51	4.402,00	7.730,80	47,10
Impostos sobre a Produção e a Circulação	67.935,66	67.935,66	8.228,65	26.459,92	38,95
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Propr.Pred.e	1.713,81	1.713,81	108,03	108,03	6,30
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Trans.Int.Vi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.Serv.de Qualqu	119,76	119,76	7,41	7,41	6,19
Mul.e Jur.de Mora da Dív.At.do Imp.sob.a Pr	1.239,35	1.239,35	100,18	2.067,73	166,84
Mul.e Jur.de Mora da Dív.At.do Imp.sob.Serv	158,85	158,85	0,00	0,00	0,00
Rec.da Dív.At.do Imp.sob.a Propr.Predial e	4.509,48	4.509,48	267,54	2.837,08	62,91
Receitas de Transf. Constitucionais e Legais	7.895.933,91	7.895.933,91	1.492.337,02	4.228.384,60	53,55
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mun	4.219.171,73	4.219.171,73	727.975,75	1.955.667,55	46,35
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade T	2.912,25	2.912,25	33,49	170,31	5,85
Transferência Financeira do ICMS-Desoneraçã	28.810,85	28.810,85	4.686,34	14.059,02	48,80
Cota-Parte do ICMS	3.348.967,12	3.348.967,12	688.453,62	2.068.362,42	61,76
Cota-Parte do IPVA	193.886,31	193.886,31	56.719,01	148.207,51	76,44
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	102.185,65	102.185,65	14.468,81	41.917,79	41,02
Receita Destinada a Formação do FUNDEB (II)	-1.579.186,80	-1.579.186,80	-298.466,95	-845.674,85	53,55
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	650.000,00	650.000,00	128.033,27	343.268,28	52,81
Trans.de Rec.do Fundo Nac.do Desenv.da Educa	100.000,00	100.000,00	21.419,27	47.612,88	47,61
Transferências do Salário-Educação	40.000,00	40.000,00	7.637,11	25.385,64	63,46
Transf. Direta PNAE-Alimentação	30.000,00	30.000,00	3.108,00	6.216,00	20,72
Transf. Direta do FNDE ref PNATE	30.000,00	30.000,00	10.674,16	16.011,24	53,37
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	450.000,00	450.000,00	85.194,73	248.042,52	55,12
Trans.de Rec.do Fundo de Man.e Des.da Ed.Bá	450.000,00	450.000,00	85.194,73	248.042,52	55,12
Total das Receitas (VI)=(I+III-II)	7.202.310,62	7.202.310,62	1.395.265,11	3.862.486,52	53,63

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Vinculação	Dotação		Despesas Liquidadas		%(d/c)
	Inicial	Atualizada(c)	No Bim.	Até o Bim. (d)	
Vinculadas às Receitas Result.de Impostos	2.023.351,93	1.991.051,93	196.369,05	465.171,24	23,36
Desp.com Educ.Inf.em Creches e Pré-Escolas (VIII)	750.000,00	750.000,00	6.209,34	9.684,64	1,29
Despesas com Ensino Fundamental (VII)	1.273.351,93	1.241.051,93	190.159,71	455.486,60	36,70
Vinculadas ao FUNDEB, no Ensino Fundamental (IX)	452.100,00	470.089,44	96.722,88	272.379,26	57,94
Pagamento dos Professores do Ens.Fundam. (X)	452.100,00	470.089,44	96.722,88	272.379,26	57,94
Total das Despesas com Ensino (XI)	2.475.451,93	2.461.141,37	293.091,93	737.550,50	29,97

[se II>IV] = Perda nas Transferências do FUNDEB (XII)	597.632,33
[se II<IV] = Ganho nas Transferências do FUNDEB	0,00

Deduções da Despesa	Valor
Parcela do ganho/complementação do FUNDEB aplicada no exercício (XIII)	0,00
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Educação/RP Inscritos sem Disponibilidade Financeira Vinculada(1)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XIV)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
Despesas Vinculadas ao Superávit Financeiro do Ganho/Complementação do FUNDEB do Exercício Anterior (XV)	0,00
Rec.de conv.na educação não aplic.no exerc.ant.	0,00
Total (XVI)	0,00



+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

Lei 9.394/96, Art.72 - Anexo X

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Educação	Aplic.Min. em 2009 (e)	Aplic.Apurada em 2009 (F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010 (g)
RP de Desp.com Manut. e Desenv.do Ensino	25,00	39,88	0,00	0,00
RP de Desp.com Ensino Fundamental	25,00	39,88	0,00	0,00

Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010	Valor
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (XVII)	0,00
Ensino Fundamental (XVIII)	0,00

Total das Despesas Consideradas p/ fins de Limite Constitucional (XIX) = (VII+VIII+IX+XII) - (XVI) 1.335.182,83

Tabela de Cumprimento dos Limites Constitucionais(2)	%
Min.de <25%/18%> das Receitas result. de Imp.na Manut. e Desenv. do Ensino ((XIX-XVII)/I).Caput do Art.212 da CF/88	30,59
Min.de <60%/30%> das Despesas com MDE no Ensino Fundamental [(VII+IX+XII) - (XIII+XIV+XV+XVIII)] / (Ix0.25) .	
Caput §6º do Art.60 do ADCT da CF/88	121,47
Min.de 60% do FUNDEB na Remuneração do Mag. Ens. Fundamental (X/IV).§5º do Art.60 do ADCT da CF/88	109,81

	Em 31 de Dezembro de 2009	Até o Bim.
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	17.989,44	0,00

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por SubFunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Liquidadas		% (f/e)
			No Bim.	Até o Bim. (f)	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	105.000,00	105.000,00	5.836,41	15.951,42	15,19
ENSINO FUNDAMENTAL	1.769.051,93	1.844.691,03	289.444,84	809.609,19	43,89
ENSINO MÉDIO	318.000,00	318.000,00	52.507,69	112.113,96	35,26
EDUCAÇÃO INFANTIL	750.000,00	750.000,00	6.209,34	9.684,64	1,29
EDUCAÇÃO ESPECIAL	203.000,00	203.000,00	1.100,00	2.200,00	1,08
Total das Despesas	3.145.051,93	3.220.691,03	355.098,28	949.559,21	29,48

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

(1) Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do Exercício.

(2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.596.231,63	10.368.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.430.838,90	4.178.022,57	100,00	40,29	6.190.593,37
01	LEGISLATIVA	479.811,58	479.811,58	4.278,66	234.803,44	43.856,63	131.267,80	3,14	27,36	348.543,78
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	479.811,58	479.811,58	4.278,66	234.803,44	43.856,63	131.267,80	3,14	27,36	348.543,78
	Subtotal	479.811,58	479.811,58	4.278,66	234.803,44	43.856,63	131.267,80	3,14	27,36	348.543,78
04	ADMINISTRAÇÃO	1.170.750,00	1.185.150,00	64.041,82	1.110.285,67	224.605,06	706.124,93	16,90	59,58	479.025,07
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	910.000,00	924.400,00	53.041,82	895.724,68	175.063,32	552.879,44	13,23	59,81	371.520,56
04.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	260.750,00	260.750,00	11.000,00	214.560,99	49.541,74	153.245,49	3,67	58,77	107.504,51
	Subtotal	1.650.561,58	1.664.961,58	68.320,48	1.345.089,11	268.461,69	837.392,73	20,04	50,30	827.568,85
06	SEGURANÇA PÚBLICA	28.000,00	28.000,00	399,50	11.933,34	2.659,14	6.018,93	0,14	21,50	21.981,07
06.181	POLICIAMENTO	28.000,00	28.000,00	399,50	11.933,34	2.659,14	6.018,93	0,14	21,50	21.981,07
	Subtotal	1.678.561,58	1.692.961,58	68.719,98	1.357.022,45	271.120,83	843.411,66	20,19	49,82	849.549,92
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	72.334,04	80.334,47	10.063,10	46.918,50	14.451,01	31.871,45	0,76	39,67	48.463,02
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	39.334,04	39.334,04	4.657,03	11.983,92	4.657,03	9.394,32	0,22	23,88	29.939,72
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	25.000,00	25.000,00	888,30	21.146,45	4.154,14	11.752,53	0,28	47,01	13.247,47
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	8.000,00	16.000,43	4.517,77	13.788,13	5.639,84	10.724,60	0,26	67,03	5.275,83
	Subtotal	1.750.895,62	1.773.296,05	78.783,08	1.403.940,95	285.571,84	875.283,11	20,95	49,36	898.012,94
10	SAÚDE	1.695.768,82	1.926.023,25	398.922,93	1.680.743,67	315.483,37	968.919,97	23,19	50,31	957.103,28
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.067.368,82	1.270.057,24	177.692,41	1.198.539,25	234.502,87	699.458,72	16,74	55,07	570.598,52
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	605.000,00	632.566,01	219.002,02	473.008,92	77.239,00	260.265,75	6,23	41,14	372.300,26
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	8.200,00	8.200,00	2.011,00	4.011,00	2.011,00	4.011,00	0,10	48,91	4.189,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	15.200,00	15.200,00	217,50	5.184,50	1.730,50	5.184,50	0,12	34,11	10.015,50
	Subtotal	3.446.664,44	3.699.319,30	477.706,01	3.084.684,62	601.055,21	1.844.203,08	44,14	49,85	1.855.116,22
12	EDUCAÇÃO	3.145.051,93	3.220.691,03	80.494,11	1.388.826,95	355.098,28	949.559,21	22,73	29,48	2.271.131,82
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	105.000,00	105.000,00	4.662,00	32.330,71	5.836,41	15.951,42	0,38	15,19	89.048,58
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.769.051,93	1.844.691,03	56.049,32	1.188.023,49	289.444,84	809.609,19	19,38	43,89	1.035.081,84
12.362	ENSINO MÉDIO	318.000,00	318.000,00	8.912,31	150.344,77	52.507,69	112.113,96	2,68	35,26	205.886,04
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	750.000,00	750.000,00	10.870,48	15.377,98	6.209,34	9.684,64	0,23	1,29	740.315,36
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	203.000,00	203.000,00	0,00	2.750,00	1.100,00	2.200,00	0,05	1,08	200.800,00
	Subtotal	6.591.716,37	6.920.010,33	558.200,12	4.473.511,57	956.153,49	2.793.762,29	66,87	40,37	4.126.248,04
13	CULTURA	291.000,00	365.589,67	22.755,62	102.170,68	17.311,21	48.731,38	1,17	13,33	316.858,29
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	291.000,00	365.589,67	22.755,62	102.170,68	17.311,21	48.731,38	1,17	13,33	316.858,29
	Subtotal	6.882.716,37	7.285.600,00	580.955,74	4.575.682,25	973.464,70	2.842.493,67	68,03	39,02	4.443.106,33
15	URBANISMO	468.062,81	565.012,81	68.739,78	478.425,84	98.525,75	355.499,91	8,51	62,92	209.512,90
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	468.062,81	565.012,81	68.739,78	478.425,84	98.525,75	355.499,91	8,51	62,92	209.512,90
	Subtotal	7.350.779,18	7.850.612,81	649.695,52	5.054.108,09	1.071.990,45	3.197.993,58	76,54	40,74	4.652.619,23
17	SANEAMENTO	141.000,00	114.269,26	0,00	110.916,00	18.486,00	46.215,00	1,11	40,44	68.054,26
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	141.000,00	114.269,26	0,00	110.916,00	18.486,00	46.215,00	1,11	40,44	68.054,26
	Subtotal	7.491.779,18	7.964.882,07	649.695,52	5.165.024,09	1.090.476,45	3.244.208,58	77,65	40,73	4.720.673,49
20	AGRICULTURA	677.389,64	897.595,12	248.933,17	695.929,58	97.122,17	305.500,25	7,31	34,04	592.094,87
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	38.000,00	38.000,00	698,00	23.978,80	6.503,00	17.514,60	0,42	46,09	20.485,40
20.606	EXTENÇÃO RURAL	639.389,64	859.595,12	248.235,17	671.950,78	90.619,17	287.985,65	6,89	33,50	571.609,47
	Subtotal	8.169.168,82	8.862.477,19	898.628,69	5.860.953,67	1.187.598,62	3.549.708,83	84,96	40,05	5.312.768,36
22	INDÚSTRIA	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
	Subtotal	8.239.168,82	8.932.477,19	898.628,69	5.860.953,67	1.187.598,62	3.549.708,83	84,96	39,74	5.382.768,36
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	102.500,00	118.700,00	3.000,00	5.500,00	0,00	2.500,00	0,06	2,11	116.200,00
23.695	TURISMO	102.500,00	118.700,00	3.000,00	5.500,00	0,00	2.500,00	0,06	2,11	116.200,00
	Subtotal	8.341.668,82	9.051.177,19	901.628,69	5.866.453,67	1.187.598,62	3.552.208,83	85,02	39,25	5.498.968,36
24	COMUNICAÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	Subtotal	8.351.668,82	9.061.177,19	901.628,69	5.866.453,67	1.187.598,62	3.552.208,83	85,02	39,20	5.508.968,36
25	ENERGIA	106.000,00	121.100,00	0,00	120.046,50	21.590,37	79.060,39	1,89	65,29	42.039,61
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	106.000,00	121.100,00	0,00	120.046,50	21.590,37	79.060,39	1,89	65,29	42.039,61
	Subtotal	8.457.668,82	9.182.277,19	901.628,69	5.986.500,17	1.209.188,99	3.631.269,22	86,91	39,55	5.551.007,97
26	TRANSPORTE	787.562,81	810.562,81	134.683,56	584.834,77	155.322,58	393.843,66	9,43	48,59	416.719,15
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	787.562,81	810.562,81	134.683,56	584.834,77	155.322,58	393.843,66	9,43	48,59	416.719,15
	Subtotal	9.245.231,63	9.992.840,00	1.036.312,25	6.571.334,94	1.364.511,57	4.025.112,88	96,34	40,28	5.967.727,12
27	DESPORTO E LAZER	301.000,00	348.775,94	96.018,00	272.035,40	66.327,33	152.909,69	3,66	43,84	195.866,25
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	100.000,00	120.775,94	5.318,00	66.535,40	11.274,83	49.897,19	1,19	41,31	70.878,75
27.813	LAZER	201.000,00	228.000,00	90.700,00	205.500,00	55.052,50	103.012,50	2,47	45,18	124.987,50
	Subtotal	9.546.231,63	10.341.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.430.838,90	4.178.022,57	100,00	40,40	6.163.593,37
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
	Subtotal	9.596.231,63	10.368.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.430.838,90	4.178.022,57	100,00	40,29	6.190.593,37
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	9.596.231,63	10.368.615,94	1.132.330,25	6.843.370,34	1.430.838,90	4.178.022,57	100,00	40,29	6.190.593,37

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária           |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida             |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social              |
|                               JULHO/2009 A JUNHO/2010                             |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES								
ESPECIFICAÇÃO	07/2009	08/2009	09/2009	10/2009	11/2009	12/2009	01/2010	
RECEITAS CORRENTES (I)	651.238,98	675.143,84	733.591,25	807.710,76	758.185,45	1.116.063,28	833.014,69	
Receita Tributária	15.646,41	19.645,70	15.464,61	7.824,92	19.148,29	19.037,96	15.655,47	
IPTU	347,05	2.409,41	2.385,43	148,19	1.712,91	734,12	0,00	
ISS	4.682,41	6.293,81	5.153,38	2.742,05	8.130,83	12.230,99	4.057,34	
ITBI	1.800,00	1.666,94	1.900,00	640,00	1.340,21	1.050,00	1.300,00	
Outras	8.816,95	9.275,54	6.025,80	4.294,68	7.964,34	5.022,85	10.298,13	
Receita de Contribuições	3.778,94	11.266,48	3.655,26	3.882,85	4.025,01	3.330,18	4.992,69	
Receita Patrimonial	5.281,66	4.381,64	4.092,39	4.952,36	4.075,12	4.931,37	5.067,62	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	1.859,82	6.409,10	3.537,90	277,76	2.149,10	11.075,34	10.850,18	
Transferências Correntes	621.823,24	630.119,08	701.504,55	780.362,81	714.703,70	1.080.158,42	789.987,24	
Cota-Parte do FPM	238.751,14	277.746,26	245.865,39	282.826,72	353.041,96	677.711,27	291.295,49	
Cota-Parte do ICMS	254.118,40	232.881,81	325.278,78	271.721,34	243.072,96	425.016,67	352.612,41	
Cota-Parte do IPVA	20.227,64	19.245,98	23.439,92	22.698,55	12.780,84	4.358,76	16.120,44	
Cota-Parte do ITR	0,00	398,90	321,55	2.158,27	34,63	14,58	27,76	
Transf.da LC 87/1996	2.136,22	2.136,22	2.136,22	2.136,22	2.136,22	2.136,22	2.343,17	
Transferência do FUNDEB	34.946,98	36.540,63	38.111,69	38.569,78	40.229,91	43.741,01	41.655,06	
Outras Transferências	71.642,86	61.169,28	66.351,00	160.251,93	63.407,18	-72.820,09	85.932,91	
Demais Receitas Correntes	2.848,91	3.321,84	5.336,54	10.410,06	14.084,23	-2.469,99	6.461,49	
II-DEDUÇÕES	104.047,04	107.561,27	120.527,31	117.731,64	123.342,57	163.773,23	133.924,58	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	104.047,04	107.561,27	120.527,31	117.731,64	123.342,57	163.773,23	133.924,58	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	547.191,94	567.582,57	613.063,94	689.979,12	634.842,88	952.290,05	699.090,11	



+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JULHO/2009 A JUNHO/2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	02/2010	03/2010	04/2010	05/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	794.588,63	837.611,25	885.967,04	970.797,59	867.889,40	9.931.802,16	9.520.418,43	
Receita Tributária	10.694,41	13.148,15	28.347,75	72.653,97	18.152,43	255.420,07	286.353,40	
IPTU	0,00	0,00	2.609,52	41.463,49	658,23	52.468,35	66.720,05	
ISS	1.283,41	3.966,19	8.924,33	4.574,70	3.653,95	65.693,39	67.935,66	
ITBI	600,00	200,00	1.228,80	689,62	3.712,38	16.127,95	16.414,51	
Outras	8.811,00	8.981,96	15.585,10	25.926,16	10.127,87	121.130,38	135.283,18	
Receita de Contribuições	0,00	7.610,50	4.545,38	4.189,90	3.854,26	55.131,45	40.000,00	
Receita Patrimonial	5.880,93	7.074,50	5.741,97	7.683,82	8.048,84	67.212,22	62.256,99	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	5.010,23	4.873,06	31.841,29	2.796,20	3.406,99	84.086,97	33.474,87	
Transferências Correntes	761.448,42	796.750,39	814.232,30	881.527,50	824.514,35	9.397.132,00	9.065.311,76	
Cota-Parte do FPM	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	4.031.610,29	4.219.171,73	
Cota-Parte do ICMS	297.943,90	368.017,63	361.334,86	337.721,73	350.731,89	3.820.452,38	3.348.967,12	
Cota-Parte do IPVA	25.221,62	27.769,34	22.377,10	27.545,39	29.173,62	250.959,20	193.886,31	
Cota-Parte do ITR	52,97	56,09	0,00	7,57	25,92	3.098,24	2.912,25	
Transf.da LC 87/1996	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	26.876,34	28.810,85	
Transferência do FUNDEB	36.965,46	40.894,01	43.333,26	42.637,02	42.557,71	480.182,52	450.000,00	
Outras Transferências	43.270,49	93.472,77	68.295,79	81.537,44	61.441,47	783.953,03	821.563,50	
Demais Receitas Correntes	11.554,64	8.154,65	1.258,35	1.946,20	9.912,53	72.819,45	33.021,41	
II-DEDUÇÕES	137.647,84	133.760,64	141.874,84	152.804,86	145.662,09	1.582.657,91	1.579.186,80	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	137.647,84	133.760,64	141.874,84	152.804,86	145.662,09	1.582.657,91	1.579.186,80	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	656.940,79	703.850,61	744.092,20	817.992,73	722.227,31	8.349.144,25	7.941.231,63	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Reserva do RPPS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	Anterior (05/2010)	Anterior (2009)	Atual (2010)

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

 Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

 Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

 Valcir Afonso Serighelli



+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.981,14	0,00	50.981,29	160.999,85	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.981,14	0,00	50.981,29	160.999,85	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

Especificação	Saldo		
	Exercício	Bimestre	Bimestre
	Anterior (A)	Anterior (B)	Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.025.051,22	1.488.913,18	1.543.834,12
Ativo Disponível	1.025.051,22	1.488.913,18	1.543.834,12
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.025.051,22	-1.488.913,18	-1.543.834,12
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.025.051,22	-1.488.913,18	-1.543.834,12

Especificação	Período de Referência	
	No Bimestre	Até Bimestre
	(c-b)	(c-a)
RESULTADO NOMINAL	-54.920,94	-518.782,90

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	391.861,06

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+=[CPL]=-----{ 001 }+	
Município de IOMERÊ	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primario	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A JUNHO 2010/EMISSAO 30/06/2010	

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Mes	Até o Mes	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	7.890.667,01	714.988,47	4.309.723,37	3.764.295,00
Receita Tributária	286.353,40	18.152,43	158.652,18	139.599,08
IPTU	66.720,05	658,23	44.731,24	46.033,75
ISS	67.935,66	3.653,95	26.459,92	18.704,59
IRRF	76.752,04	8.942,10	52.566,28	38.643,91
ITBI	16.414,51	3.712,38	7.730,80	6.154,80
Outras	58.531,14	1.185,77	27.163,94	30.062,03
Receita de Contribuição	40.000,00	3.854,26	25.192,73	15.186,03
Outras Contribuições	40.000,00	3.854,26	25.192,73	15.186,03
Receita Patrimonial Líquida	11.692,37	810,00	5.027,30	4.007,75
Receita Patrimonial	62.256,99	8.048,84	39.497,68	41.285,26
(-) Aplicações Financeiras	50.564,62	7.238,84	34.470,38	37.277,51
Transferências Correntes	7.486.124,96	678.852,26	4.022.785,35	3.571.193,97
FPM	3.375.337,38	270.592,49	1.564.534,18	1.897.343,68
ICMS	2.679.173,69	280.585,59	1.654.690,46	1.592.482,48
Outras Transferências	1.431.613,89	127.674,18	803.560,71	81.367,81
Demais Receitas Correntes	66.496,28	13.319,52	98.065,81	34.308,17
Dívida Ativa	9.551,00	476,67	10.735,19	2.783,14
Diversas Receitas Correntes	56.945,28	12.842,85	87.330,62	31.525,03
Receitas de Capital (II)	1.655.000,00	0,00	314.317,93	85.200,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	27.500,00	0,00	0,00	85.200,00
Transferências de Capital	1.627.500,00	0,00	314.317,93	0,00
Outras Transferências de Capital	1.627.500,00	0,00	314.317,93	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.627.500,00	0,00	314.317,93	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	9.518.167,01	714.988,47	4.624.041,30	3.764.295,00

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Mes	Até o Mes	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	7.450.863,22	703.942,21	3.938.312,11	3.359.467,31
Pessoal e Encargos Sociais	2.901.028,09	297.718,10	1.771.532,69	1.519.396,91
Outras Despesas Correntes	4.548.835,13	406.224,11	2.166.779,42	1.840.070,40
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	7.449.863,22	703.942,21	3.938.312,11	3.359.467,31
Despesas de Capital (XI)	2.890.752,72	3.300,00	239.710,46	284.028,98
Investimentos	2.889.752,72	3.300,00	239.710,46	284.028,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.889.752,72	3.300,00	239.710,46	284.028,98
Reserva de Conting. (XVI)	27.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	10.366.615,94	707.242,21	4.178.022,57	3.643.496,29
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-848.448,93	7.746,26	446.018,73	120.798,71
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			888.280,23	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-76.064,62



+= [CPL] =-----{ 002 }+
|
| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2010/EMISSAO 30/06/2010 |
+-----+

LRF, Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.596.231,63
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.596.231,63
Receitas Realizadas	1.648.431,59	4.658.511,68
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	253.961,71
Déficit Orçamentário	0,00	772.384,31

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	9.596.231,63
Dotação Atualizada	0,00	10.368.615,94
Despesas Empenhadas	1.132.330,25	6.843.370,34
Despesas Liquidadas	1.430.838,90	4.178.022,57
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.132.330,25	6.843.370,34
Despesas Liquidadas	1.430.838,90	4.178.022,57

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	8.349.144,25

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	391.861,06	-518.782,90	-132,3895
Resultado Primario	-76.064,62	446.018,73	-586,3682

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	211.981,14	0,00	50.981,29	160.999,85
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de<18%/25%>dos Imp.na Manut.e Des.do Ens.-MDE	1.335.182,83	<25%/18%>	30,59
Min Anual de 60% das Despesas com MDE no Ens.Fundam.	1.325.498,19	60%	121,47
Min Anual de 60% do FUNDEB na Rem.dos Prof.do Ens.Fund.	272.379,26	60%	109,81

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	239.710,46	2.651.042,26

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da Alienação de Ativos	0,00	27.500,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	732.240,49	15,00	16,78

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	8.131.497,42	8.131.497,42	4.364.893,09	53,68
Impostos	235.563,51	235.563,51	136.508,49	57,95
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	66.720,05	66.720,05	44.731,24	67,04
Imp.de Renda Retido nas Fontes sobre os Rend.do	76.752,04	76.752,04	52.566,28	68,49
Imp.sob.Trans."Int.Viv." de Bens imóv.e de dir.R	16.414,51	16.414,51	7.730,80	47,10
Impostos sobre a Produção e a Circulação	67.935,66	67.935,66	26.459,92	38,95
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Propr.Pred.e Terr	1.713,81	1.713,81	108,03	6,30
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.a Trans.Int.Viv.de	0,00	0,00	0,00	0,00
Mul.e Jur.de Mora do Imp.sob.Serv.de Qualquer Na	119,76	119,76	7,41	6,19
Mul.e Jur.de Mora da Dív.At.do Imp.sob.a Propr.P	1.239,35	1.239,35	2.067,73	166,84
Mul.e Jur.de Mora da Dív.At.do Imp.sob.Serv.de Q	158,85	158,85	0,00	0,00
Rec.da Dív.At.do Imp.sob.a Propr.Predial e Terr.	4.509,48	4.509,48	2.837,08	62,91
Receitas de transf. constitucionais e Legais	7.895.933,91	7.895.933,91	4.228.384,60	53,55
da União	4.250.894,83	4.250.894,83	1.969.896,88	46,34
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.219.171,73	4.219.171,73	1.955.667,55	46,35
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Terri	2.912,25	2.912,25	170,31	5,85
Transferência Financeira do ICMS-Desoneração-L.	28.810,85	28.810,85	14.059,02	48,80
do Estado	3.645.039,08	3.645.039,08	2.258.487,72	61,96
Cota-Parte do ICMS	3.348.967,12	3.348.967,12	2.068.362,42	61,76
Cota-Parte do IPVA	193.886,31	193.886,31	148.207,51	76,44
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	102.185,65	102.185,65	41.917,79	41,02
(-)Dedução para o Fundef	-1.579.186,80	-1.579.186,80	-845.674,85	53,55
Total de Receita de Impostos	6.552.310,62	6.552.310,62	3.519.218,24	53,71

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	1.558.118,82	1.749.852,45	956.075,17	54,64
Pessoal e Encargos Sociais	772.183,00	895.604,13	538.768,79	60,16
Outras Despesas Correntes	785.935,82	854.248,32	417.306,38	48,85
Despesas de Capital	137.650,00	176.170,80	12.844,80	7,29
Investimentos	137.650,00	176.170,80	12.844,80	7,29
Total	1.695.768,82	1.926.023,25	968.919,97	50,31

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	968.919,97	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	389.825,16	389.825,16	236.679,48	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	384.825,16	384.825,16	236.679,48	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	732.240,49	0,00



+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2009 (e)	Aplic.Apurada em 2009 (F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010 (g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	22,52	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	16,78

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.067.368,82	1.270.057,24	699.458,72	72,19
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	605.000,00	632.566,01	260.265,75	26,86
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	8.200,00	8.200,00	4.011,00	0,41
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	15.200,00	15.200,00	5.184,50	0,54
Total	1.695.768,82	1.926.023,25	968.919,97	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	389.825,16	389.825,16	236.679,48	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	384.825,16	384.825,16	236.679,48	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	1.695.768,82	1.926.023,25	732.240,49	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



Anexos RGF Iomerê 1 sem. de 2010

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/3° Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

PREFEITURA / FUNDOS		
ATIVO	VALOR PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	1.543.834,12 OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	76.810,56
Disponibilidade Financeira	1.543.834,12 Depósitos de Diversas Origens	18,00
Caixa	0,00 Restos a Pagar Processados	76.792,56
Banco	1.543.834,12 Do Exercício	76.792,56
Contas Movimento	1.543.834,12 De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00 Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	
SUBTOTAL	1.543.834,12 SUBTOTAL	76.810,56
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00 EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.467.023,56
TOTAL	1.543.834,12 TOTAL	1.543.834,12
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)		2.665.347,77
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)		-1.198.324,21

REGIME PREVIDENCIÁRIO		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00 OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00 Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00 Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00 Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00 De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00 Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	
SUBTOTAL	0,00 SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00 EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00 TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIARIO (VII)		0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)		0,00

DEFICIT	1.198.324,21 SUPERAVIT	0,00
----------------	-------------------------------	-------------

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/1º Semestre |
 +-----+
 LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS			
Especificação	Saldo do Exercício Anterior	1º Semestre	2º Semestre
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	1.025.051,22	1.467.041,56	0,00
Disponibilidade de Caixa	1.025.051,22	1.543.834,12	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	0,00	-76.792,56	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-1.025.051,22	-1.467.041,56	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	7.806.523,01	8.349.144,25	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-13,13	-17,57	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	9.367.827,61	10.018.973,10	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/0-8
 Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/1º Semestre |
 +-----+
 LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)			
Beneficiários	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.806.523,01	8.349.144,25	0,00
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.717.435,06	1.836.811,74	0,00

COTNRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00

 PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

 Contadora CRC/SC 30490/O-8
 Leedy Mari Pazin

 Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

 Valcir Afonso Serighelli



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo dos Limites
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Até o 1º Semestre de 2010

CONSOLIDADO

LRF, art.48 - Anexo VII

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.349.144,25	100,00
--------------------------	--------------	--------

Despesas com Pessoal	Valor	% Sobre a RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	3.578.980,24	42,87
Limite Prudencial	4.759.012,22	57,00
Limite Maximo	5.009.486,55	60,00

Dívida	Valor	% Sobre a RCL
Dívida Consolidada Liquida	-1.467.041,56	-17,57
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	10.018.973,10	120,00

Garantias de Valores	Valor	% Sobre a RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	1.836.811,74	22,00

Operações de Credito	Valor	% Sobre a RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	1.335.863,08	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	584.440,10	7,00

	Suf.Antes da	
	Inscrição em	Inscrição em
Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar
	Não Proces.	Não Proces.
Total dos Restos a Pagar	2.665.347,77	1.467.041,56

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+=[CPL]=-----{ 001 }+
|
| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2010/1º Semestre |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRESSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 1º Semestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		8.349.144,25
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		1.335.863,08
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%		584.440,10

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli




```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|      Município de IOMERÊ - PODER EXECUTIVO      CONSOLIDADO |
|      Relatório de Gestão Fiscal                  |
|      Demonstrativo da Despesa Com Pessoal        |
|      Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social    |
|      JULHO/2009 A JUNHO/2010                   |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

```

Despesa com Pessoal	DESPESAS LIQUIDADAS	Últim.12 Meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)		3.369.835,18
Pessoal Ativo		3.369.835,18
Pessoal Inativo e Pensionistas		0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda LRF)		0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)		0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00
Inativos com recursos vinculados		0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da CF)		0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS REGIME PRÓPRIO DE PREV.SOCIAL(III)		0,00
Contribuições Patronais		0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)		209.145,06
Pessoal Ativo		209.145,06
Pessoal Inativo e Pensionistas		0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda LRF)		0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (II)		0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00
Inativos com recursos vinculados		0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da CF)		0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS REGIME PRÓPRIO DE PREV.SOCIAL(III)		0,00
Contribuições Patronais		0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP (IV) = (I-II+III)		3.578.980,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		8.349.144,25
% do TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V)*100		42,87%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	5.009.486,55
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	4.759.012,22

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo dos Restos a Pagar |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/3º Bimestre |
 +-----+
 LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos Processados do Exercício	Inscritos Não Process. do Exercício	Suf. Antes da Inscrição em Restos a Pagar	Não inscritos por Insufic. Financeira
				Não Proces.	
LEGISLATIVO					
Subtotal I	0,00		0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO					
Administração Direta					
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	211.981,14	0,00	1.938.477,02	1.238.720,89	0,00
Administração Indireta					
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ	0,00	0,00	711.823,70	225.121,74	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ	0,00	0,00	15.047,05	3.198,93	0,00
		0,00	2.665.347,77		
Subtotal II	211.981,14		2.665.347,77	1.467.041,56	0,00
TOTAL	211.981,14	0,00	2.665.347,77	1.467.041,56	0,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos Processados do Exercício	Inscritos Não Process. do Exercício	Suf. Antes da Inscrição em Restos a Pagar	Não inscritos por Insufic. Financeira
				Não Proces.	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	45,00	378.810,37	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	180.117,02	158.778,90	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	14.426,91	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	33.612,50	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	14.069,03	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	734,60	344.523,75	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	30.239,88	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	209,00	102.037,62	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	55.458,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	19.155,00	651.628,53	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	15,00	4.618,78	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	566,00	108.871,15	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	4.242,00	118.448,21	0,00	0,00
TOTAL	211.981,14	205.083,62	2.015.523,63	1.467.041,56	0,00

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 30490/O-8
Leedy Mari Pazin

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Valcir Afonso Serighelli



Irineópolis

CÂMARA DE VEREADORES

RGF ANEXO I

Demonstrativo de despesa com pessoal

Município de IRINEOPOLIS - Poder Legislativo
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	464.079,80	0,00
Pessoal Ativo	464.079,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	464.079,80	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	464.079,80	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.056.257,64	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,30	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	843.375,46	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	801.206,69	
FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

IRINEOPOLIS, 26/07/2010

Geraldo Orionski
Presidente da Câmara

Sônia Mari Farias
Técnica em Contab. CRC/SC 020.439-O-1



RGF ANEXO V

Município de IRINEOPOLIS - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Entidade 1 - Conta 8856: não foi informado o recurso padrão desta conta.	69.043,80	0,00	69.043,80
Entidade 1 - Conta 8872: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.147,39	(1.147,39)
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	1.387,84	(1.387,84)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	69.043,80	2.535,23	66.508,57
TOTAL (III) = (I + II)	69.043,80	2.535,23	66.508,57
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IRINEOPOLIS, 26/07/2010

Geraldo Orlonski
Presidente da Camara

Sônia Mari Farias
Técnica em Contab. CRC/SC 020.439-O-1



RGF ANEXO VI

Município de IRINEOPOLIS - Poder Legislativo
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(1) NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	1.387,84	0,00	0,00	(1.387,84)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	1.387,84	0,00	0,00	(1.387,84)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.387,84	0,00	0,00	(1.387,84)	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IRINEOPOLIS, 26/07/2010

 Geraldo Orlonski
 Presidente da Câmara

 Sônia Mari Farias
 Técnica em Contab. CRC/SC 020.439-O-1



RGF ANEXO VII

Município de IRINEOPOLIS - Poder Legislativo
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	464.079,80	3,30
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	843.375,46	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	801.206,69	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-69.043,80	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.092.376,68	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.249.001,22	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	983.938,03	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	(1.387,84)

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS



Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 3.617/2010

DECRETO Nº 3.617 DE 21 DE JULHO DE 2010

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3.945 de 14 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Fundação Municipal de Cultura e Esporte, autorizada a anular na dotação orçamentária a seguir identificada, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

ÓRGÃO 13 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA E ESPORTE

Unidade 01 - Fundação Mun. de Cultura e Esporte

Proj. Atividade 2.002 - Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - 13 Transf. a Inst. Privad. s/ Fins Luc.
.....R\$ 40.000,00

Art. 2º O valor anulado de que trata o artigo 1º deste Decreto, servirá para suplementar a dotação orçamentária a seguir identificada:

ÓRGÃO 13 - FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA E ESPORTE

Unidade 01 - Fundação Mun. de Cultura e Esporte

Proj. Atividade 2.002 - Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - 11 Aplicações Diretas ..R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA - SC, em 21 de julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.163

PORTARIA Nº 2.163 DE 22 DE JULHO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) NILVO DE OLIVEIRA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005 (12 dias), 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006 (12 dias) e 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 22 de julho de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.164

PORTARIA Nº 2.164 DE 22 DE JULHO DE 2010

"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, RESOLVE:

Art. 1º. REDUZ A PEDIDO CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr(a) ALANA DALLACOSTA FANTIN, Psicóloga, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, conforme pedido protocolado sob nº 115.212 de 06 de julho de 2010 de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de julho de 2010, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 22 de julho de 2010

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.165

PORTARIA Nº 2.165 DE 22 DE JULHO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) DEISE CRISTINA CRIPPA, Professor Licenciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado sob n.º 113.469 de 04 de março de 2010, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias), 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias) e 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 16 de julho de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de julho de 2010, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.166

PORTARIA Nº 2.166 DE 26 DE JULHO DE 2010

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) NEI TESSER, Professor Pós Graduação, em função da nova titulação de Graduação em nível de Mestrado, conforme requerimento protocolado sob nº 115.015 de 29 de junho de 2010, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de julho de 2010

RAFAEL LASKE



Portaria n.º 2.167

PORTARIA Nº 2.167 DE 26 DE JULHO DE 2010

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) MARIZETE ROSSANA APARECIDA BRASIL, Professor Licenciatura Plena, em função da nova titulação de Graduação em nível de Mestrado, conforme requerimento protocolado sob nº 115.173 de 02 de julho de 2010, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de julho de 2010
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.168

PORTARIA Nº 2.168 DE 26 DE JULHO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE;**

CONCEDER a(o) Servidor(a) SANDRA ANDREIA STEFANES, Telefonista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de junho de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de julho de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.169

PORTARIA Nº 2.169 DE 26 DE JULHO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE;**

CONCEDER a(o) Servidor(a) EDSON BARETTA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de julho de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de julho de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de julho de 2010.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.170

PORTARIA Nº 2.170 DE 26 DE JULHO DE 2010.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

R E S O L V E ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura deste ato, a fim de que se apure os fatos apontados a respeito do Servidor CRISTIANO RODRIGO MOREIRA, conforme Memorando 078/2010 da Secretaria Municipal de Ação Social, bem como documentos anexos ao processo, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

2º DESIGNAR os servidores, MARISTELA ROSA ABATTI SCHULLER, INES MARIA PICOLI GEMELLI, e RAQUEL TEODORO, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de julho de 2010.
RAFAEL LASKE

SIMAE

Portaria 63/10 de 27/07/2010

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 63/10 DE 27/07/2010

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar: Vanderlei Pratto, Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref. J-8, para responder pela Função de Chefe Seção de Contas e Consumo, no período de 02/Agosto a 21/Agosto/2010, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.11 parágrafo 1º da Lei Complementar 02 de 24/08/93.

Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de Agosto de 2010.

Joaçaba-SC, 27 de Julho de 2010.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora do SIMAE

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório N° 016/2010 - FMS

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2010
PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2010 P/ REGISTRO DE PREÇO

Objetivo: Referente ao Registro de Preços para a aquisição de diversos tipos de medicamentos para a distribuição nas unidades sanitárias do Fundo Municipal de Saúde. A relação completa dos itens encontra-se no Anexo I do presente edital.

Abertura dos envelopes: 10/08/2010, as 09h00min horas.

Local: Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho n° 13.

Local para obtenção do edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3352-7111, licitador@pmjb.sc.gov.br ou www.pmjb.sc.gov.br.

José Boiteux/SC, em 28 de julho de 2010
ISMAEL THIAGO ROEDEL
Gestor do Fundo de Saúde

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 39/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO N° 39/2010
Processo Licitatório n° 29/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços n° 29/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Eduardo Pereira de Miranda

Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010

Valor: R\$ 5.529,60 (cinco mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 40/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO N° 40/2010
Processo Licitatório n° 30/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços n° 30/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Telmo Tonon Ribeiro

Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010

Valor: R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 41/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO N° 41/2010

Processo Licitatório n° 31/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços n° 31/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Mario Antonio Durli

Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010

Valor: R\$ 12.096,00 (doze mil e noventa e seis reais)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 42/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO N° 42/2010

Processo Licitatório n° 32/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços n° 32/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Anderson Réus Trevisol

Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010

Valor: R\$ 4.838,40 (quatro mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 43/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO N° 43/2010

Processo Licitatório n° 33/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços n° 33/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Leonardo Danielli

Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010

Valor: R\$ 8.294,40 (oito mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 44/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO N° 44/2010

Processo Licitatório n° 34/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços n° 34/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO



Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Rafael Roswag Madeira
Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010
Valor: R\$ 3.456,00 (três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar 090

LEI COMPLEMENTAR Nº 090 de 27 de julho de 2010.
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE QUIOSQUE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO para exploração comercial das dependências do QUIOSQUE MUNICIPAL, através da realização de licitação na Modalidade de Concorrência Pública, com ampla divulgação e aberto a todos os interessados que satisfaçam os requisitos da lei e do Edital.

§1º- O TERMO DE PERMISSÃO DE USO possui caráter especial, sendo a título precário, e por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por conveniência administrativa ou por acordo das partes.

§2º- Cumpre a Administração Municipal fiscalizar a utilização do Quiosque objeto da permissão e as condições da exploração comercial, bem como o atendimento à população;

§3º- A permissão de uso será revogada a qualquer tempo, sem direito à indenização, quando ao bem ora permissionado vier a ser dada destinação diversa da prevista nesta Lei, for efetuada a transferência desta permissão a terceiros, ocorrer qualquer violação das obrigações da permissionária ou o interesse público exigir.

Art.2º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de julho de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei Complementar 091

LEI COMPLEMENTAR Nº 091 de 27 de julho de 2010.
"INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Art.1º- O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO é organizado nos

termos desta Lei Complementar e de Leis Municipais específicas, observados os princípios e normas da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica do Município de Luzerna e de legislação federal sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art.2º- Para os fins desta Lei Complementar entende-se que:

I - educação: abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas;

II - educação escolar: desenvolve-se predominantemente por meio do ensino em instituições próprias.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Art.3º- A educação escolar no Município de Luzerna(SC) obedece aos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

V - gratuidade do ensino em instituições públicas;

VI - gestão democrática do ensino na forma desta Lei Complementar e da legislação específica;

VII - valorização dos profissionais da educação;

VIII - valorização da experiência extra-escolar;

IX - promoção da interação escola, comunidade e movimentos sociais;

X - promoção da justiça social, da igualdade e da solidariedade;

XI - respeito à liberdade, aos valores e capacidades individuais, apreço à tolerância, estímulo e propagação dos valores coletivos e comunitários, e defesa do patrimônio;

XII - valorização das culturas comunitárias de acordo com cada região;

XIII- vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho e a prática social, valorizando o ambiente sócio-econômico, dando ênfase a cultura luzernense e catarinense.

Art.4º - A educação escolar no Município de Luzerna(SC), direito de todos, dever do Estado, do Município e da família, promovida com a colaboração da sociedade, inspirada nos princípios da democracia, liberdade e igualdade, nos ideais da solidariedade humana e bem estar social e no respeito à natureza, tem por fim:

I - O pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a convivência social;

II - a formação humanística, cultural, ética, política, artística e democrática.

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA

Art. 5º - O dever do Município com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - universalização da educação básica, nas seguintes modalidades:

a) atendimento em creches e pré-escolas à crianças de zero a cinco anos de idade;

b) oferta de ensino fundamental, inclusive para os que a eles não tiveram acesso na idade própria;

II - criação, sempre que possível, de formas alternativas de acesso aos demais níveis de ensino, independentemente de escolarização anterior;



III - cumprimento do princípio da educação escolar gratuita, vedada a cobrança, a qualquer título de taxas;
IV - atendimento pedagógico aos educandos com necessidades especiais, garantindo a inclusão no ensino regular;
V - incentivo ao ensino regular para jovens e adultos, assegurando aos trabalhadores condições de acesso e permanência na escola;
VI - insumos indispensáveis ao desenvolvimento do aluno dentro do processo de ensino-aprendizagem, preparação e posicionamento crítico frente à realidade, com variedade e quantidade mínimas e de boa qualidade;
VII - membros do quadro de pessoal do magistério, técnico-administrativo e de serviços gerais em número adequado e qualificados para atender a demanda escolar;
VIII- atendimento ao educando, na educação infantil e no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e alimentação;
IX- liberdade de educação estudantil sindical e associativa;
X - ampliação progressiva no ensino fundamental, do período de permanência na escola;
Parágrafo Único - À ampliação progressiva do período de permanência do educando na escola, prevista no inciso X, será asseguradas condições pedagógicas suficientes e observadas as metas definidas no Plano Plurianual e no Plano Municipal de Educação.

Art.6º- O acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, partido político, entidade de classe ou outra legalmente constituída e o Ministério Público exigir do Poder Público, na forma da legislação pertinente.

Art.7º - Compete ao Município e ao Estado, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - censurar anualmente a população em idade escolar para o ensino obrigatório;
II - fazer a chamada pública ao ensino e providenciar a matrícula;
III - Zelar junto aos pais e os responsáveis pela frequência à escola.

Parágrafo Único - Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará, em primeiro lugar, o acesso ao ensino obrigatório nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

Art.8º - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula as crianças e adolescentes em idade escolar no ensino fundamental, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM INSTITUIÇÃO PRIVADA

Art.9º - É livre a iniciativa privada de Educação Escolar Básica, atendendo as seguintes condições:

I - credenciamento da instituição de educação e autorização para o funcionamento pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Educação;

II - comprovação pela entidade mantenedora, de capacidade de autofuncionamento;

III - cumprimento das normas gerais da educação nacional, do disposto nesta Lei Complementar e nas demais leis e regulamentos municipais e estaduais sobre educação, no que forem aplicáveis;

IV - avaliação permanente pelo Poder Público Municipal, no âmbito de sua esfera de atuação observados os critérios estabelecidos para a avaliação de escola pública municipal em idêntica ou semelhante situação de funcionamento.

Art.10 - Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento destas, haverá reavaliação da instituição privada de educação pelo órgão

competente, que poderá resultar, assegurada ampla defesa e o contraditório:

I - na suspensão temporária de atividades;

II - no descredenciamento e consequente encerramento de atividades.

Parágrafo Único - Em ambos os casos, serão resguardados pela entidade mantenedora os direitos dos educandos, do corpo docente, do pessoal técnico-administrativo e de serviços.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.11 - O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO compreende:

I - as instituições de educação nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - as instituições de Educação Infantil e fundamental, criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - A Secretaria Municipal de Educação responsável pela educação, órgão central do Sistema, e demais órgãos e entidades de educação integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Haverá na estrutura do Poder Executivo CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com organização, atribuições e composição prevista em lei específica.

Art.12- As instituições de educação integrantes ou vinculadas ao SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas: as criadas, ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público.

II - privadas: as criadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art.13 - As instituições privadas de educação ou ensino vinculadas ao SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO se enquadram nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito: as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado e que não apresentem as características com os incisos seguintes;

II - comunitárias: as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas de direito privado, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade e explicitem nos estatutos e caráter comunitário e fins não-lucrativos.

III - confessionais: as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas de direito privado, que atendam a orientação confessional e ideologia específicas, não tenham fins lucrativos e incluam na entidade mantenedora representantes da comunidade.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art.14 - Ao SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por intermédio dos órgãos e entidades públicas e das instituições de educação que o compõem ou a ele estejam vinculadas, compete elaborar, executar, manter e desenvolver as ações administrativas, as relações pedagógicas, a legislação, as políticas e os planos educacionais em Luzerna, integrando, em regime de colaboração, suas ações com as do Estado e da União, e coordenando os planos e programas de âmbito Municipal, para garantir à população educação de qualidade, nos níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental e nas modalidades de educação especial e educação de jovens e adultos.



CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO

Art.15 - Às instituições de educação, respeitadas as normas legais e regulamentares, compete:

- I - elaborar e executar seu projeto político-pedagógico;
 - II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
 - III - assegurar o cumprimento do plano de trabalho de cada docente ou especialista em assuntos educacionais;
 - IV - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
 - V - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
 - VI - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos educandos, bem como sobre a execução de seu projeto político-pedagógico;
- Parágrafo Único - Compõem a comunidade escolar o conjunto de:
- a) docentes e especialistas lotados e em exercício na instituição;
 - b) pessoal técnico-administrativo e de serviços lotado e em exercício na instituição;
 - c) pais ou responsáveis pelos educandos;
 - d) educandos matriculados e com frequência regular na instituição.

Art.16 - Às instituições de educação básica mantidas pelo Poder Público Municipal serão assegurados progressivos graus de autonomia didática, científica, política e pedagógica, conforme dispuser seu regimento, observada a legislação superior.

§1º - Objetivando aperfeiçoar as condições de ensino e pesquisa, as escolas poderão estabelecer termos de cooperação mútua, em todas as áreas de interesse;

§2º- As instituições elaborarão seu projeto político-pedagógico contendo os princípios gerais de seu regimento escolar, seus princípios administrativos, os currículos escolares e demais processos da atividade escolar.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 17 - Incumbe aos docentes:

- I - participar da elaboração do projeto político-pedagógico da instituição de educação e de seus cursos, programas ou atividades;
- II - elaborar e cumprir o respectivo plano de trabalho, observado o projeto político-pedagógico da instituição de educação e de seus cursos, programas ou atividades;
- III - zelar pela aprendizagem do educando;
- IV - cumprir os dias letivos, ministrar as aulas programadas e participar dos períodos destinados ao planejamento, à avaliação, ao desenvolvimento profissional e demais atividades escolares extraclasses;
- V- estabelecer, com o apoio dos demais agentes especializados da instituição, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- VI- colaborar nas atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Parágrafo Único - Incumbe ainda, aos demais profissionais de educação, lotados e em exercício na instituição de educação, realizar as tarefas inerentes ao seu campo de especialidade.

CAPÍTULO V DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art.18 - A Gestão Democrática da Educação Pública Municipal, entendida como ação coletiva e prática político filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art.19 - São instrumentos destinados a assegurar a gestão democrática da educação pública, além daqueles previstos em lei específica:

- I - a descentralização do processo educacional;
- II - a adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registros dos atos relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógicos, administrativos, contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar e extraescolar diretamente interessadas no funcionamento da instituição;
- III - o funcionamento, em cada instituição de educação básica pública, de Conselho Deliberativo específico ou em consonância com a A.P.P. Escolar, com a participação de representantes da respectiva comunidade escolar, local e regional.

Art.20 - Os CONSELHOS ESCOLARES terão número de membros e atribuições variáveis de acordo com o porte da instituição de educação básica ou ação governamental a ser desenvolvida, conforme definido em leis específicas ou em decreto que regulamentará o disposto nesta Lei Complementar.

§1º - Entre outras atribuições do Conselho Escolar, recomendadas de acordo com o porte da escola ou pela ação governamental a ser desenvolvida, devem constar as seguintes:

- a) fiscalização do plano de aplicação de recursos financeiros vinculados repassados à escola;
 - b) deliberação prévia sobre a aplicação de recursos financeiros não vinculados repassados à escola;
 - c) participação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e do calendário escolar anual ou em suas alterações.
- §2º - Em escolas que oferecem mais de uma modalidade de educação ou nível de ensino, sempre que seu porte recomendar, o Conselho Escolar poderá deliberar por intermédio de câmaras especializadas.

TÍTULO V DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - A educação escolar de abrangência deste Sistema compreende a:

- I - educação infantil;
- II - educação fundamental.

CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art.22 - A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios e condições intelectuais para progredir em estudos posteriores, bem como, para poder optar pelo engajamento nos movimentos sociais ou demandas da sociedade.

Art.23 - A educação básica será organizada em séries anuais, grupos não seriados com base na idade, na competência ou outros critérios, ou por forma diversas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Parágrafo Único - A escola poderá reclassificar os educandos inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais definidas pela LDB.

Art.24 - O calendário escolar deve se adequar às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerados os fatores regionais, climáticos e econômicos que envolvam seu modo de vida sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previstos nesta Lei Complementar.

Art.25 - A educação básica nos níveis fundamental e infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - pelo menos 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho com alunos por ano;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, envolvendo a participação de docentes e educandos, excluídos tempos reservados para exames finais quando houver;

III - momentos diferenciados de atividades docentes, que se caracterizam pelo desenvolvimento de atividade de planejamento, capacitação em serviço, dias de estudo, reuniões pedagógicas, conselho de classe, avaliações, recuperação paralela e aquelas diretamente relacionados com o educando, bem como toda e qualquer ação incluída no projeto político pedagógico da escola, excluindo o tempo reservado a exames finais quando houver;

IV - duração da hora-aula por disciplina definida de acordo com o projeto político-pedagógico da escola, garantida ao docente hora-atividade incluída na jornada de trabalho de todos os professores e com igual duração da hora aula, assim entendendo o período reservado a estudos, planejamento, preparação de aulas e avaliação;

V - a classificação do educando em qualquer série ou etapa pode ser feita por promoção, por transferência ou mediante avaliação feita pela escola que defina seu grau de desenvolvimento e experiência;

VI - cabe a cada instituição de ensino expedir histórico escolar, declaração de conclusão de série e certificado de conclusão de curso, com as especificações cabíveis.

VI - a avaliação do rendimento escolar do educando, resultado de reflexo sobre todos os competentes do processo ensino-aprendizagem, como forma de superar dificuldades, retomando, reavaliando, reorganizando e reeducando os sujeitos nele envolvidos, deve:

a) ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

b) ser um processo permanente, contínuo e cumulativo, que respeite as características individuais e socioculturais dos sujeitos envolvidos;

c) incluir conselhos de classe participativos, envolvendo todos os sujeitos do processo, ou comissões socioculturais dos sujeitos envolvidos;

d) considerar a possibilidade de aceleração de estudos para educandos com atraso escolar;

e) considerar a possibilidade de avanço em séries para educandos com comprovado desempenho;

f) considerar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

g) dar prevalência aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos aos resultados do período sobre os de eventuais provas finais.

VII - As escolas de educação básica devem proporcionar estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, aos educandos que demonstrem aproveitamento insuficiente no decorrer do ano escolar, a serem disciplinados em seus regimentos. VIII - o controle de frequência dos educandos é de responsabilidade da escola, observado o disposto em seu regimento, sendo exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para a aprovação;

IX - poderão organizar-se classes ou turmas de alunos de séries distintas e com níveis equivalentes de adiantamento na matéria para o ensino de línguas estrangeiras, artes e demais componentes curriculares que recomendem a adoção da providência;

X - o número de educandos por sala de aula, definido de acordo com critérios técnicos e pedagógicos, deve ser tal que possibilite adequada comunicação do aluno com o professor e aproveitamento eficiente e suficiente;

XI - inclusão no currículo de conteúdos sobre educação para o trânsito, educação sexual, preservação do meio ambiente, prevenção ao uso indevido de entorpecentes e drogas afins e ECA, defesa dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, cultura afro descendente e música.

Art.26 - A carga horária de trabalho escolar distribui-se da seguinte maneira na grade curricular:

I - No período diurno 60 (sessenta) minutos a partir do 6º ao 9º ano para cada aula, totalizando um mínimo de 04 (quatro) horas dia. Podendo ser progressivamente ampliadas;

II - Na educação infantil e até a 4ª série ou 5º ano do ensino fundamental, 04 (quatro) horas de permanência do aluno na escola, podendo ser progressivamente ampliadas.

§1º - À escola, dentro de seu Projeto Político Pedagógico e Regimento, fica assegurada autonomia para dispor sobre outra forma de organização da carga horária legal na grade curricular;

§2º - O intervalo de tempo destinado ao recreio faz parte da atividade educativa e como tal se inclui no tempo efetivo de trabalho escolar e na carga horária de trabalho dos profissionais da educação.

Art.27- Os currículos do ensino fundamental serão aprovados pelo Conselho Municipal de Educação, observando a base Nacional comum, e pela escola, adaptando-se às características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia, observando o seguinte:

I - devem abranger o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente do Brasil;

II - o ensino da arte constitui disciplina obrigatória nos diversos níveis, integrando artistas, grupos e movimentos culturais locais, de forma a promover os diferentes valores culturais dos alunos;

III - a educação física é disciplina obrigatória, ajustando-se as faixas etárias e as condições da população escolar, sendo facultativa para os educandos dos cursos noturnos;

IV - o ensino de história dará ênfase à história do Município de Luzerna, de Santa Catarina, do Brasil e da América Latina e levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias na construção e desconstrução da história catarinense, brasileira e latino-americana;

V - na parte diversificada, será incluído a partir da educação infantil (pré escolar I), o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art.28 - As escolas municipais valendo-se de colaboradores qualificados, integrantes ou não de seu quadro de pessoal e dos equipamentos disponíveis, mediante autorização da direção e respeitados os critérios estabelecidos por seu órgão colegiado competente, sem prejuízo das atividades de ensino, podem oferecer cursos de extensão gratuitos abertos a comunidade local, visando à ampliação de conhecimentos e favorecendo a interação comunidade-escola.

Art. 29 - No SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o ensino será ministrado em língua portuguesa.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art.30 - A educação infantil, nas instituições mantidas ou subsidiadas pelo Município tem por objetivo:

I - o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;

II - proporcionar a criança o desenvolvimento de sua auto-imagem e o convívio no seu processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais.

Parágrafo Único - Na educação infantil o ensino da arte e a educação física são componentes curriculares obrigatórios ajustando-se as faixas etárias e as condições das crianças.

Art.31 - A educação infantil será oferecida:

I - para as crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, em

creches ou instituições equivalentes;

Parágrafo Único - Para a educação infantil, que atende crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos, o calendário escolar será de, no mínimo, 210 (duzentos e dez) dias letivos, estipulado o período de recesso escolar de 30 (trinta) dias, durante o mês de janeiro.

II - para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade, em pré-escolas.

Art.32 - Na educação infantil, a avaliação se fará mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

CAPÍTULO IV DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art.33 - O ensino fundamental, com duração de 09 (nove) anos (Lei nº 11274/2006), tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, dos sistemas políticos e da autodeterminação dos povos, dos valores em que se fundamenta a sociedade, da tecnologia e das artes;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - a formação de consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para transformação social;

V - o fortalecimento dos vínculos de família dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art.34 - A matrícula no ensino fundamental é obrigatória a partir dos 06 (seis) anos de idade conforme Lei nº 11274/2006 e Resolução no Conselho Nacional de Educação nº 005, de 17 de dezembro de 2009.

Art.35 - O ensino de princípios morais e éticos substituirá, na grade curricular, o ensino religioso, constituindo disciplina obrigatória, sendo ministrada nos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental.

Parágrafo Único - O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

I - regulamentará os procedimentos para a definição dos conteúdos da disciplina de princípios morais e éticos;

II - estabelecerá normas específicas para a habilitação e a admissão de professores.

Art.36 - A jornada escolar no ensino fundamental garantirá aos alunos, no mínimo 04 (quatro) horas de trabalho efetivo em sala de aula ou em ambientes equivalentes, envolvendo a participação de docentes, devendo ser progressivamente ampliada o período de permanência na escola.

Parágrafo Único: Poderão ser oferecidos como jornada ampliada alternativas extracurriculares que envolvam, entre outras, atividades esportivas, culturais, sócio-ambientais e de reforço escolar.

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art.37 - O Poder Público Municipal poderá celebrar convênios ou parceria com instituições públicas e privadas que trabalhem com a educação de jovens e adultos.

Art.38 - O acesso e a permanência de jovens e adultos em instituição própria serão permanentemente motivados e estimulados pelo Poder Público.

CAPÍTULO VI DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art.39 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei Complementar, o processo interativo de educação escolar que visa à reabilitação e à integração social de educandos portadores de necessidades especiais, mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos.

Parágrafo Único - Haverá suporte de apoio pedagógico na escola regular, para atender as peculiaridades de educandos com necessidades especiais.

Art.40 - O Poder Público Municipal, através de suas entidades e órgãos, assegurará, em suas ações políticas e administrativas, prioridade no atendimento aos educandos com necessidades especiais, através de investimentos na própria rede pública de ensino regular e nas escolas de educação especial de instituições públicas, comunitárias ou filantrópicas, no que lhe couber de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO VII DOS PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Art.41 - As escolas municipais de educação básica serão instaladas em prédios que se caracterizem por:

I - suficiência das bases físicas, com salas de aula e demais ambientes adequados ao desenvolvimento do processo educativo;

II - adequação de laboratórios, oficinas e demais equipamentos indispensáveis à execução do currículo;

III - adequação das bibliotecas às necessidades de docentes e educandos nos diversos níveis e modalidades de educação e ensino, assegurando a atualização do acervo bibliográfico;

IV - existência de instalações adequadas para educandos com necessidades especiais;

V - ambientes próprios para aulas de educação física e realização de atividades desportivas e recreativas;

VI - as edificações destinadas a estabelecimento escolares, de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas as aulas, correspondendo a cada aluno a área não inferior a 1,30 m² (um metro e trinta centímetros quadrados), excluído os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas à professores e equipamentos didáticos.

TÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art.42 - O Município promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas ou provas e títulos;

II - acesso ao aperfeiçoamento profissional e à educação continuada, em parceria com instituições de educação superior, garantindo licenciamento periódico remunerado para esse fim nos termos da legislação vigente municipal;

III - piso salarial profissional definido em lei, que garanta remuneração condigna e justa para o bom desempenho de suas funções;

IV - valorização e progressão profissional baseada na habilitação e na titulação,

V - período reservado a estudos, planejamento, preparação de aulas e avaliação incluída na jornada de trabalho;

IV- condições adequadas de trabalho;

VII - plano de carreira do magistério, definidos em lei própria;

VIII - liberdade de organização no local de trabalho, de opinião, de comunicação e divulgação de suas opiniões, de idéias de convicções políticas e ideológicas.

Parágrafo Único - Nos afastamentos legais do membro do magistério lotado ou em exercício na escola, o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas é de responsabilidade da respectiva unidade.

Art.43 - A formação de profissionais de educação, é tarefa permanente tendo como fundamentos:

- I - a associação entre teoria e prática, inclusive mediante capacitação e serviço;
- II - o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de educação e em outras atividades.

Art.44 - A formação de docentes para atuar no ensino fundamental do 6º ao 9º ano, se fará em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena específica para a área de atuação.

Art.45 - Na formação de docentes para atuar na educação infantil, na educação especial e nas 5 (cinco) primeiras séries do ensino fundamental é admitida excepcionalmente como formação mínima, a obtida em nível médio, com habilitação de magistério na modalidade normal superior.

Art.46 - A oferta de cursos de capacitação de educação continuada ou para habilitação legal e a chamada dos educadores para frequentá-los com dispêndio de recursos públicos será feita sempre que necessário de forma rotativa com prioridade para as áreas de ensino mais necessitadas, e obedecerá a critérios técnicos amplamente divulgados nas escolas e entre os profissionais de educação, assegurados a igualdade de oportunidades.

Art.47 - Os cursos e programas de educação continuada, realizados por profissionais da educação da rede pública municipal em instituições de ensino credenciadas pelo Poder Público, mesmo fora dos programas oficiais, terão validade para efeito de progressão na carreira.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.48 - A Secretaria Municipal, responsável pela educação, organizará serviço onde inscreverá para registro e acompanhamento as instituições de educação básica, na modalidade educação infantil e fundamental, vinculadas ao SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art.49 - A falta de material ou de uniforme escolar quando este for exigido não constituirá impedimento para que o aluno possa participar das atividades escolares nas escolas públicas municipais, observadas as normas dos respectivos regimentos.

Art.50 - O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, articulado com os planos nacionais e estaduais será elaborado com a participação da sociedade Luzernense, ouvindo os órgãos Colegiados de gestão democrática do ensino, incluído o Fórum Municipal de Educação, devendo nos termos da lei que o aprovar, contemplar:

- I - a erradicação do analfabetismo;
- II - a melhoria das condições e da qualidade do ensino;
- III - a universalização do atendimento ao ensino obrigatório e a progressiva universalização da educação infantil;
- IV - o aprimoramento da formação humanística, científica e tecnológica;
- V - a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno do ensino fundamental;
- VI - a gestão democrática da educação de forma evolutiva e abrangente;
- VII - número máximo de alunos por turma e por professor que possibilite adequada comunicação e aproveitamento, obedecendo a critérios pedagógicos e níveis de ensino, da seguinte forma:
 - a) Na Educação Infantil as turmas serão assim organizadas:
 - a.1) Berçário: crianças que completem 01 ano até o mês de agosto do corrente ano letivo, evitando a admissão de crianças com menos de seis meses de idade. Cada turma comportará no mínimo 08 (oito) e no máximo 10 (dez) alunos, acompanhados por 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar.
 - a.2) Maternal: crianças que completem 02 anos durante o ano

letivo. Cada turma comportará no mínimo 12 (doze) e no máximo 15 (quinze) alunos, acompanhados por 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar.

a.3) Jardim: crianças que completem 03 anos durante o ano letivo. Cada turma comportará no mínimo 15 (quinze) e no máximo 18 (dezoito) alunos, acompanhados por 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar.

a.4) Pré I: crianças que completem 04 anos durante o ano letivo. Cada turma comportará no mínimo 16 (dezesesseis) e no máximo 18 (dezoito) alunos, acompanhados por 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar.

a.5) Pré II: crianças que completem 05 anos durante o ano letivo. Cada turma comportará no mínimo 20 (vinte) e no máximo 24 (vinte e quatro) alunos, acompanhados por 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar.

a.6) Pré III: crianças que completem 06 anos durante o ano letivo. Cada turma comportará no mínimo 22 (vinte e dois) e no máximo 25 (vinte e cinco) alunos, acompanhados por 01 (um) professor e 01 (um) auxiliar.

b) No Ensino Fundamental, a organização seguirá os seguintes padrões:

b.1) do 1º ao 5º ano e/ou 4ª série: mínimo de 25 (vinte e cinco) e máximo de 30 (trinta) crianças por professor;

b.2) do 6º ao 9º ano e/ou 5ª a 8ª séries: mínimo de 30 (trinta) e máximo de 35 (trinta e cinco) alunos por turma.

§1º - Nos casos de alunos remanescentes, acima do máximo fixado nesta Lei Complementar, antes de se efetuar o desdobramento da turma, será realizado acondicionamento nas turmas já existentes;

§2º - Sempre que houver, em turma do Ensino Fundamental, aluno portador de necessidades especiais, será disponibilizado um professor auxiliar, conforme estabelecido em lei.

TÍTULO VIII

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.51 - Serão recursos públicos destinados a educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, Estado e do Município;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - receita proveniente de convênios de cooperação nas áreas da educação;
- VI - doações e legados;
- VII - produto das aplicações financeiras, das disponibilidades dos recursos públicos destinados à educação;
- VIII - receita do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação);
- IX - receita decorrente de programas governamentais específicos;
- X - outros recursos previstos em Lei.

Art.52 - Na universalização do ensino obrigatório, o Município, em cumprimento ao disposto no art.211, §4º da Constituição Federal, garantirá, mediante convênio, outras formas de colaboração ou uso comum e articulado de seus espaços físicos, recursos humanos e materiais, precedido de autorização dos órgãos normativos e gestores dos Sistemas envolvidos.

Art.53 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de julho de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal



Extrato de Contrato pml.034.10

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2010

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.034.10

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: contrato de empresa de transporte rodoviário de passageiros para realizar viagens especiais destinadas ao transporte de alunos para participação de atividades pedagógicas, educativas e culturais previstas no calendário escolar do Complexo Educacional São Francisco, durante o exercício de 2010.

VALOR: R\$5.145,60 (cinco mil e cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: 13/07/2010 a 31/12/2010.

DOTAÇÕES:

Conta: 08.0801.12.365.0028.2028.33900000

Reduzido : 063

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2030.33900000

Reduzido : 052

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 01 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educa

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 13 de julho de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EITOR HOPPEN

EMP.JOACABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA

CONTRATADA

Extrato de Ata de Registro de Preços pml.012.10

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PML 012/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº pml.0016/2010

Órgão Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo.

Modalidade: Pregão Presencial nº pml.0016/2010

Validade da Ata: 12 (doze) meses contados da data da publicação da Ata de Registro de Preços

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração

Órgãos Participantes:

1- SEGMENTO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA

2 - PAPELARIA DEMÁTICA LTDA

3 - TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

4 - DIPAR DISTRIB. DE PAPÉIS E REV. LTDA

5 - NATALÍCIO DE JESUS GERALDO

6 - FERNANDO GAB ME

7 - COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

8 - COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

9 - GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME

10 - VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA

11 - BIG JET CARTUCHOS LTDA

12 - ELIDIANE TOMACHESKI ME

13 - ESCRIMATE COMERCIO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO E INFORMATICA LTDA

14 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site www.luzerna.sc.gov.br no link Licitações.

Luzerna(SC), 16 de julho de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 1995 de 23 de julho de 2010

DECRETO Nº. 1995 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital Municipal

0602 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde. R\$ 55.000,00

0602 - 31901300 - Obrigações Patronais

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde. R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco e cinco mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital Municipal

0602 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde. R\$ 60.000,00

0602 - 31903400 - Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde. R\$ 15.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1996 de 23 de julho de 201

DECRETO Nº. 1996 DE 23 DE JULHO DE 2010



Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.241.0080.2018 - Integração de Idosos
 0701 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.241.0080.2018 - Integração de Idosos
 0701 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado
 0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
 0701- 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil
 0701 - 10000 - Recursos Ordinários..... R\$ 3.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
 Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1997 de 26 de julho de 2010

DECRETO Nº. 1997 DE 26 DE JULHO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.15.452.01510.2068 - Conservação de Vias Urbanas
 0401 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 0401 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 460.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2009.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 26 de Julho de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURICIO PRAWUTZKI
 Secret. Adm. e Finanças

Meleiro**PREFEITURA MUNICIPAL****Termo de Habilitação do Processo Licitatório nº. 008/2010 - TP**

Estado de Santa Catarina
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO nº. 008/2010 - TP

O Prefeito Municipal de Meleiro, Jonnei Zanette, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações habilita as empresas na presente licitação:

Processo nº. 008/2010

Modalidade: Tomada de Preço

Empresas Habilitadas: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA;
 TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

JONNEI ZANETTE, 27 de julho de 2010.

Edital Processo Seletivo - Nº 001/2010 - SAMU

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Meleiro

EDITAL PROCESSO SELETIVO - Nº 001/2010 - SAMU

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, SC, faz saber a todos os interessados, que encontram-se abertas as inscrições para o processo seletivo de Empregos Públicos, observadas as normas e procedimentos do Edital, conforme quadro demonstrativo

Código do Cargo	Emprego	Vagas	Carga Horária	Habilitação Necessária para a Posse	Remuneração Inicial	Tipos de Provas
01	Motorista	04	40	Ensino Fundamental e CNH - Cat. D	786,06	Títulos (Curso de Socorrita)
02	Técnico em Enfermagem	03	40	Ensino Médio - com curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	600,00	Títulos (Curso de Socorrita)

Inscrições: Serão realizadas no período 02.08.2010 a 20.08.2010, das 08:30 às 11:00 e das 13:30 às 16:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal, no centro de Meleiro.

O Edital completo está no site da Prefeitura Municipal www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro, 23 de Julho de 2010.
JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal



Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 057/2010, de 23 de julho de 2010

DECRETO N° 057/2010, DE 23 DE JULHO DE 2010

"REGULAMENTA A MODALIDADE PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL E ELETRÔNICA PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARLO ESTADO DE SANTA CATARINA no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada, na forma disposta neste Decreto e em seus Anexos I e II, a modalidade pregão, instituída pela Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Monte Carlo Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Monte Carlo Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de lances sucessivos.

Parágrafo único: consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 3º. Os contratos celebrados pelo Município, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação na modalidade pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º. A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º. Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 6º. Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e aos demais serviços cujas especificações dependam de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 8º. - À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - aprovar o Termo de Referência e determinar a abertura da licitação;

III - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - promover a celebração do contrato.

Art. 9º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras e serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

II - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

III - elaboração do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso

Parágrafo único - As minutas do edital, bem como as dos seus respectivos contratos devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município.

Art. 10. As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º - A equipe de apoio deve ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2º - A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 3º - Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição que reúna perfil adequados, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - coordenar o processo licitatório;

II - elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação da Autoridade Competente;

III - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;

III - conduzir a sessão pública;

IV - verificar e julgar as condições de habilitação;

V - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VI - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 12. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

a) - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):
1) Diário Oficial, nos termos do inciso I do artigo 4º da Lei 10.520/2002; e
2) Meio eletrônico, na Internet;
b - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):
1) Diário Oficial, nos termos do inciso I do artigo 4º da Lei 10.520/2002; e
2) Meio eletrônico, na Internet; e
3) jornal de grande circulação local;
c - superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):
1) Diário Oficial, nos termos do inciso I do artigo 4º da Lei 10.520/2002; e
2) Meio eletrônico, na Internet; e
3) jornal de grande circulação regional ou nacional.
II - do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;
III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do artigo 40, da Lei 8.666/93.
IV - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados enviarem suas propostas;
V - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I e II deste Regulamento.
VI - encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá à verificação das condições de habilitação do licitante que apresentou a melhor oferta apurada, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
VII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que tiver apresentado a melhor oferta apurada será declarado vencedor.
VIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
IX - nas situações previstas nos incisos VII e VIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
X - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
XI - o recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.
XII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
XIII - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
XIV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.
XV - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso VIII.

Art. 14. A habilitação far-se-á com a verificação dos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;

II - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;
III - Certidão negativa ou Positiva com efeitos de negativa para com as Fazenda Nacional, Estaduais e Municipal, quando for o caso;

§ 1º - O edital poderá constar exigências quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômica-financeira, nos termos do artigo 27 a 31, da Lei 8.666/93.

§ 2º - O licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores do Município ou daqueles aceito pelo edital poderá substituir os documentos exigidos no edital pelo Certificado de Registro Cadastral respectivo.

§ 3º - Os documentos que não constarem do Certificado de Registro Cadastral da licitante deverão ser entregues separados, no momento da sessão pública, nos termos do artigo 32 da Lei 8.666/93.

§ 4º - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante a União;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e será nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 18. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente

comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 49, da Lei 8.666/93.

Art. 19. Até dois dias úteis da data fixada para o término do recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

Art. 20. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data para abertura da sessão pública, na forma e condições definidas pelo Edital.

Art. 21. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 22. O Município publicará, no Diário Oficial respectivo, o extrato dos contratos celebrados, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei 8.666/93.

Art. 23. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

- I - planilhas de custo, quando for o caso;
- II - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;
- III - autorização de abertura da licitação;
- IV - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- V - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- VI - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- VII - parecer jurídico;
- VIII - documentação exigida para a habilitação;
- IX - ata contendo os seguintes registros:
 - a) licitantes participantes;
 - b) propostas apresentadas;
 - c) lances ofertados na ordem de classificação;
 - d) aceitabilidade da proposta de preço;
 - e) habilitação; e
 - f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;
- XI - comprovantes das publicações:
 - a) do aviso do edital;
 - b) do resultado da licitação;
 - c) do extrato do contrato; e
 - d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 24. Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do Anexo II deste Decreto.

Art. 25. Compete a Secretaria de Administração estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo/SC 23 de julho de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

ANEXO I PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL

Art. 1º. Este Anexo I estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 2º. A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, com a apresentação dos seguintes documentos:

a) se tratando do responsável legal da empresa: cópia autêntica do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei;

b) se tratando de representante constituído: apresentar procuração com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial, formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos, devidamente assinada, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei.

II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes constituídos apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão ao pregoeiro os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

III - o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

IV - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

V - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

VI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

VII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão definitiva do licitante na fase de lances verbais.

VIII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

IX - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

X - sendo aceitável a proposta de menor preço, será solicitado o envelope de habilitação da licitante correspondente e procedido a sua abertura para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais da Administração, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

XI - os documentos a que se referem o inciso anterior poderão ser substituídos por Certificados de Registro Cadastral e ou complementados, nos termos e condições dispostas no edital do certame licitatório.

XII - os atos posteriores serão em consonância com o disposto no artigo 13, inciso VI a XV deste Decreto.



Art. 3º. A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

ANEXO II PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 1º. Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º - Para efeito deste Anexo considera-se:

I - Cidade Compras: portal de compras municipais, definido pelo Poder Executivo Municipal como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da administração pública municipal para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação. Site: [http:// www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

II - Confederação Nacional de Municípios é a entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado Cidadecompras;

Art. 3º. O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único - O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios, através do Cidade Compras, para todos os órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

Art. 5º. Serão previamente credenciados perante o Cidade Compras a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao Cidade Compras.

§ 2º - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do CidadeCompras.

§ 3º - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

§ 5º - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no Cidade Compras para certames promovidos por órgãos ou entidades pertencentes ao Município, no prazo mí-

nimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;
II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos.
III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no Cidade Compras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º. A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o Cidade Compras.

Art. 8º. A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal Cidade Compras, site: www.cidadecompras.com.br.

§ 1º - O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º - A publicação referida neste artigo será efetuada no Cidade Compras e poderá ser feita conjuntamente em sites oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil.

§ 3º - Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

§ 4º - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização

de sua chave de acesso e senha.

§ 1º - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 12. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º - A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados via fax, no prazo e condições definidas no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via

fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 14. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

Art. 15. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no CidadeCompras - e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.

Parágrafo único - Somente a autoridade que registrou as penalidades no CidadeCompras poderá fazer a sua retirada.

Art. 18. Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação N° 024/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 024/2010

Origem: Edital de Licitação nº 082/2010. Dispensa de Licitação nº 024/2010. Homologação: 05/07/2010 - Fundamentação: Art. 24, Inciso V, Lei 8666/93 Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60 Fornecedores: Sulpimpa Locação de Bens Móveis Ltda Me, com sede na Avenida Hipólito Henrique Pfeleger, nº 2047, Bairro Rio Caveiras, Biguaçu/SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.265.207/0001-01 e Superlona Locação de Coberturas Ltda, localizada na Rua Osvaldo Niebuhr, nº 733, Bairro Nova Brasília, Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.953.134/0001-27. Objeto: 1) Locação e prestação serviço de montagem e desmontagem de 10 (dez) banheiros químicos, sendo 05 (cinco) masculinos e 05 (femininos), no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por dia, correspondendo o valor total de R\$ 1.200 (mil e duzentos reais); 2) Locação e prestação serviço de montagem e desmontagem de 10 (dez) Pirâmides/Tendas sendo 5 com fechamento e 5 sem fechamento 5 x 5, no valor unitário de R\$ 250, 00 (duzentos e cinquenta reais) totalizando o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e; 3) Locação e prestação serviço de montagem e desmontagem de 04 (quatro) Pirâmides/Tendas 3 com fechamento e 1 sem fechamento 10x10, no valor unitário de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), correspondendo o valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), para a realização da XVIII INCANTO TRENTINO a realizar-se nos dias 06 à 08 de agosto de 2010.

O valor total da execução dos serviços é de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal



SAMAE - Nova Trento**Aviso de Licitação Carta Convite 003_2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO - CNPJ: 95.785.267/0001-48

CV CONVITE - Nr.: 3/2010 -

C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO -SC

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 3/2010

19/07/2010 Data do Processo:

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 3/2010

A Comissão Permanente de Licitação, da SAMAE NOVA TRENTO , no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 001/2010 ,

de 25/01/2010 , torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 03/08/2010 , às 10:00 horas, no endereço,

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, NOVA TRENTO-SC , a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 3/2010-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDIMENSÃO , AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DESTA SAMAE.

Nova Trento, 26 de Julho de 2010.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

Paulo Lopes**PREFEITURA MUNICIPAL****Resultado TP Nº40/2010**

RESULTADO DE TOMADA DE PREÇOS nº40/2010

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Tomada de Preços nº 40/2010 homologada em 26/07/2010, objetivando a aquisição de equipamentos agrícolas, tendo como vencedora as empresas: TRASUPER COM. DE TRAT. E IMPLM. AGRÍCOLAS LTDA ME , CNPJ nº 09.061.624/0001-93, vencedora de 01 item, no valor de R\$ 11.400,00; AGRIVALE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE TRATORES LTDA, CNPJ nº 11.082.157/0001-20, vencedora de 06 itens, no valor de R\$ 31.860,00; AGROWERNER-COM. DE MAQ.IMP.AGRIC.LTDA , CNPJ nº 86.430.576/0001-04, vencedora 03 itens, no valor de R\$ 13.670,00; IBERBRÁS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 06.323.261/0001-29, vencedora 03 itens, no valor de R\$ 63.477,00.

Paulo Lopes 28 de julho de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 198, de 21 de junho de 2010**

PORTARIA Nº 198, DE 21 DE JUNHO DE 2010

DESIGNA AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO PROGRAMA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE" DO PODER JUDICIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no ofício n. 054/2010, do Juízo da Comarca de Tangará, RESOLVE:

Art. 1.º Designa o agente público VALDEMAR BOGONI, ocupante do Cargo de Secretário de Transportes e Obras, para distribuir, fiscalizar e acompanhar os apenados a pena de prestação de serviços à comunidade, no último sábado de cada mês, durante o período de julho a novembro de 2010.

Parágrafo único. O Município deverá providenciar alimentação e transporte dos apenados residentes na cidade de Tangará, no horário determinado pelo Juízo da Comarca.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 21 de junho de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 001, de 05 de janeiro de 2010.

PORTARIA Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2010.

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 231, 232 e 236 da Lei Complementar nº 016, de 17 de novembro de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto), e

Considerando a denúncia contra a Servidora Pública ELAINE TIMM DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, Portaria nº 1.817/1998;

Considerando que a Servidora inobservou o dever funcional;

Considerando que a servidora não vem cumprindo, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeita;

Considerando que a servidora praticou ato de inassiduidade, pois, sem qualquer comunicação à Chefia Superior e sem apresentar justificativa, deixou de comparecer ao trabalho no dia 07 de dezembro de 2009;

Considerando ter a Servidora praticado, em tese, infração tipificada no art. 215, inciso I, alíneas "a" (inobservar o dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna), inciso III, alínea "d" (inassiduidade), todos da Lei Complementar Municipal 016, de 17 de novembro de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo disciplinar contra a Servidora Pública Municipal ELAINE TIMM DUARTE, brasileira, casada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada no Órgão da Secretaria da Saúde, Portaria de nomeação nº 1.817/1998.



Art. 2º Instituir a comissão processante, que será composta pelos seguintes membros:

I - HADRIEL DALMOLIN, brasileiro, solteiro, portador de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Rendas, Tributos e Obras, o qual presidirá os trabalhos;

II – SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO, brasileira, casada, portadora de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de enfermeira;

III – ROSANIA ZAGO, brasileira, casada, portadora de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão Processante conclua o processo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 05 de dezembro de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 110, de 17 de março de 2010

PORTARIA Nº 110, DE 17 DE MARÇO DE 2010
DETERMINA LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito em exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o contido no Processo Administrativo n. 006/20010, que apura responsabilidade da Empresa Esquidão Transportes e Serviços Ltda por descumprimento contratual;

Considerando o descaso da mesma para com o interesse público, pois sequer dignou-se a comparecer na audiência apazada para ouvida de testemunhas, processo n. 006/2010, que apura responsabilidades da mesma;

Considerando que o Município não dispõe de máquina própria para execução de serviços objeto da licitação nº 007/2010;

Considerando a necessidade premente e urgente de serviços de corte de cascalho para ser espalhado em estradas municipais;

Considerando que havia uma programação e expectativa dos produtores rurais na aquisição de serviços com o equipamento objeto do contrato firmado com a empresa contratada;

Considerando que muitos produtores rurais poderão sofrer prejuízos irreversíveis pela falta do serviço;

Considerando a demora natural para conclusão do Processo Administrativo n. 006/2010,

RESOLVE:

Art. 1.º Determinar a abertura de processo de licitação para contratação de serviços, com equipamento tipo ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, num total de 100 (cem) horas.

Parágrafo único. O departamento responsável deverá instaurar processo licitatório ainda na data de hoje.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de março de 2010.
OSIRES PEDRO RANDON
Vice-Prefeito Municipal em exercício

Portaria Nº 143, de 08 de abril de 2010

PORTARIA Nº 143, DE 08 de abril de 2010

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR Nº 044/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa apresentada pela comissão processante,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Disciplinar nº 044/2009, ficando ratificando os atos praticados sob égide e no interstício da Portaria nº 284/2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 08 de abril de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 144, de 08 de abril de 2010

PORTARIA Nº 144, DE 08 de abril de 2010
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR Nº 058/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa apresentada pela comissão processante,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Disciplinar nº 058/2009, ficando ratificando os atos praticados sob égide e no interstício da Portaria nº 284/2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 08 de abril de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 145, de 08 de abril de 2010

PORTARIA Nº 145, DE 08 de abril de 2010
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR Nº 057/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa apresentada pela comissão processante,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Disciplinar nº 057/2009, ficando ratificando os atos praticados sob égide e no interstício da Portaria nº 292/2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 08 de abril de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N° 146, de 08 de abril de 2010

PORTARIA N° 146, DE 08 de abril de 2010

PRORROGA O PRAZO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 063/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa apresentada pela comissão processante,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Disciplinar n° 063/2009, ficando ratificado os atos praticados sob égide e no interstício da Portaria n° 0297/2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 08 de abril de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N° 157, de 28 de abril de 2010

PORTARIA N° 157, DE 28 de abril de 2010

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 006/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o requerimento formulado pela comissão processante,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos referente Processo Administrativo n° 006/2010, ficando ratificados os atos praticados sob égide e no interstício da Portaria n° 103/2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 28 de abril de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N° 165, de 04 de maio de 2010

PORTARIA N° 165, DE 04 DE MAIO DE 2010

REVOGA A LICITAÇÃO N° 035/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o certame restou frustrado, **RESOLVE:**

Art. 1º Determina a repetição de licitação 035/2010, modalidade pregão presencial, em razão do certame ter sido declarado frustrado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 04 DE MAIO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N° 166, de 04 de maio de 2010

PORTARIA N° 166, DE 04 DE MAIO DE 2010

REVOGA PORTARIA N° 160/2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que não houve ainda intimação das empresas interessadas acerca da decisão que desclassificou as propostas de preços, **RESOLVE:**

Art. 1º Revoga portaria n° 160/2010, ficando sem efeito o ato revocatório da licitação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 04 DE MAIO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N° 191, de 07 de junho de 2010

PORTARIA N° 191, DE 07 DE JUNHO DE 2010

HOMOLOGA LICITAÇÃO N° 041/2010 E ADJUDICA O OBJETO A EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, **RESOLVE:**

Art. 1º Homologa os itens da licitação n° 041/2010, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado a Empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.104.642/0001-01, pelos seguintes itens: item 01 (R\$ 1.310,00), item 02 (R\$ 769,25), item 03 (R\$ 806,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 07 DE JUNHO DE 2010

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N° 192, de 09 de junho de 2010.

PORTARIA N° 192, DE 09 DE JUNHO DE 2010.

HOMOLOGA LOTES LICITAÇÃO N° 037/2010 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, e

Considerando a inabilitação de algumas empresas que participaram do certame referente licitação n° 037/2010, modalidade pregão presencial, cujo objeto visa aquisição de medicamentos e material médico hospitalar;

Considerando que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA e METROMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA, foram habilitadas e classificadas, sagrando-se vencedoras de alguns lotes, cuja decisão não cabe mais recurso administrativo;

Considerando a urgência que o caso requer, pois há falta de medicamentos na unidade sanitária,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa os seguintes lotes referente licitação n° 037/2010, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto lici-



tado às seguintes empresas e respectivos valores:

I - Empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, lotes nºs: Medicamentos: lote 01 (R\$ 253,40); lote 05 (R\$ 1.266,00), lote 08 (R\$ 371,00), lote 09 (R\$ 921,95), lote 13 (R\$ 2.886,50) e lote 14 (R\$ 229,00). Material médico-hospitalar: lote 02 (R\$ 115,98), lote 06 (R\$ 210,40), lote 09 (R\$ 378,42) e lote 11 (R\$ 888,40);

II - Empresa METROMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ sob nº 83.157.032/0001-22, lotes nºs: Medicamentos: lote 11 (R\$ 1.417,00); Material médico-hospitalar: lote 01 (R\$ 88,71), lote 03 (R\$ 753,81), lote 05 (R\$ 233,70) e lote 08 (R\$ 61,53); lote 10 (R\$ 1.555,00), lote 12 (R\$ 243,50), lote 14 (R\$ 263,00) e lote 16 (R\$ 571,59).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 09 de junho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 199, de 21 de junho de 2010

PORTARIA Nº 199, DE 21 DE JUNHO DE 2010
PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o requerimento formulado pela comissão responsável,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos referente Processo Administrativo nº 044/2010, ficando ratificados os atos praticados sob a égide e no interstício da Portaria nº 143/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de junho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 207, de 09 de julho de 2010.

PORTARIA Nº 207, DE 09 DE JULHO DE 2010.
HOMOLOGA LOTES LICITAÇÃO Nº 037/2010 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, e

Considerando a inabilitação de algumas empresas que participaram do certame referente licitação nº 037/2010, modalidade pregão presencial, cujo objeto visa aquisição de medicamentos e material médico hospitalar;

Considerando que fora realizada sessão de reclassificação das propostas,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa os seguintes lotes referente licitação nº 037/2010, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas e respectivos valores:

I - Empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA,

inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, lotes nºs: Medicamentos: lote 12 (R\$ 2.359,00)

II - Empresa SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ sob nº 92.536.010/0001-64, lotes nºs: Medicamentos: lote 02 (R\$ 254,70); lote 03 (R\$ 2.117,00), lote 04 (R\$ 1.006,00), lote 06 (R\$ 414,10) e lote 07 (R\$ 2.362,46).

III - Empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.652.030/0001-70, lotes nºs: medicamentos: lote 15 (R\$ 153,00).

IV - Empresa MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.021.932/0001-34, lotes nºs: material médico-hospitalar: lote 07 (R\$ 1.220,00).

V - Empresa SANTA SUL COM. E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.599.470/0001-74, lotes nºs: material médico-hospitalar: lote 04 (R\$ 1.930,96), lote 13 (R\$ 411,05), lote 15 (R\$ 655,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 09 de julho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 209, de 15 de julho de 2010

PORTARIA Nº 209, DE 15 DE JULHO DE 2010
HOMOLOGA A ADJUDICAÇÃO REFERENTE LICITAÇÃO Nº 0042/2010

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira referente à licitação nº 038/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 042/2010, modalidade Pregão Presencial, e adjudica o objeto licitado a empresa EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA- ME, inscrito no CNPJ sob nº 05.760.567/0001-80, pelo preço global de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 15 de julho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 210, de 16 de julho de 2010

PORTARIA Nº 210, DE 16 DE JULHO DE 2010
REVOGA A LICITAÇÃO Nº 002/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o certame restou frustrado, RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 002/2010, modalidade convite, em razão do certame ter sido declarado frustrado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 16 de julho de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 211, de 19 de julho de 2010

PORTARIA Nº 211, DE 19 DE JULHO DE 2010

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 043/2010 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 043/2010, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa TERRAPLENAGEM CHICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.316.804/0001-55, pelo preço de R\$ 129,50 (cento e vinte e nove reais e cinquenta centavos), por hora/máquina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 19 de julho de 2010
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 0129/2010

CONTRATO Nº 0129/2010

OBJETO: fornecimento de medicamentos e material medico hospitalar

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº037/10

EMPRESA CONTRATADA: Metromed com de mat med hospitalar Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.187,84 (cinco mil cento e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

DATA DO CONTRATO: 09/06/2010

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato do Contrato nº 030/2010 - EDUCAÇÃO**

Extrato de Contrato Nº 030/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 052/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA ESCOLAR DO MUNICIPIO, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 269/2010, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31/12/2010 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 51.889,00 (Cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais).
Data e assinatura do contrato: 21 de julho de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato nº 031/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 031/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 053/2010

Objeto: Serviços de recapagem, vulcanização e consertos de pneus usados para manutenção da frota escolar do Município, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 270/2010.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31/12/2010 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 77.568,00 (Setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais).
Data e assinatura do contrato: 21 de julho de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato nº 032/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 032/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 023/2010

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contrata, 01(UMA) CARROCERIA PARA ÔNIBUS ESCOLAR, A SER ACOPLADA AO CHASSI VENCEDOR DO ITEM 01 (UM) DESTES EDITAIS, CONFORME ESPECIFICADOS NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 275/2010, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATOS.

Contratado: MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega do veículo, objeto do contrato, é de 30 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 99.000,00 (Noventa e nove mil reais).

Data e assinatura do contrato: 23 de julho de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato nº 033/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 033/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 023/2010

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contrata, 01(UM) CHASSI PARA ÔNIBUS URBANO ESCOLAR, COM ENTRE EIXO DE NO MÍNIMO 5180 MM, COMPATÍVEL COM A CARROCERIA ESPECIFICADA NO ITEM 02 (DOIS) DESTES EDITAIS, CONFORME ESPECIFICADOS NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 276/2010, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATOS.

Contratado: AGRAL S.A.

Prazo de vigência: O prazo de entrega do veículo, objeto do contrato, é de 30 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 117.500,00 (Cento e dezessete mil e quinhentos reais).

Data e assinatura do contrato: 23 de julho de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito



Extrato do Contrato nº 044/2010 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 044/2010 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 050/2010

Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção da frota da Secretaria de Transportes e Obras do Município, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 730/2010, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: BR TRATORES COMERCIO DE PEÇAS LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31/12/2010 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 75.560,00 (Setenta e cinco mil e quinhentos e sessenta reais).

Data e assinatura do contrato: 21 de julho de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato nº 045/2010 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 045/2010 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 051/2010

Objeto: Serviços de recapagem, vulcanização e consertos de pneus usados para manutenção da frota da Secretaria de Transportes e Obras do Município, conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 731/2010, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: BR TRATORES COMERCIO DE PEÇAS LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31/12/2010 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 10.903,00 (Dez mil, novecentos e três reais).

Data e assinatura do contrato: 21 de julho de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria nº 723/2010 - RH**

PORTARIA Nº 723, de 30 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Renata Penteado, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 01 de junho a 20 de dezembro de 2010, para exercer atividades do cargo de Professora 5ª a 8ª série, com vencimentos na Classe "A" referencia "1", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, para atuar como Professora Coordenadora do Projeto 2º Tempo.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2010.

Porto União, SC - SC, em 30 de junho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 724/2010 - RH

PORTARIA Nº 724, de 30 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Erilde Kreuzberg, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 01 de junho a 20 de dezembro de 2010, com vencimentos na Classe "A" referencia "1", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, para atuar no Projeto da Terceira Idade.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2010.

Porto União, SC - SC, em 30 de junho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 725/2010 - RH

PORTARIA Nº 725, de 01 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de julho de 2010, referente ao período aquisitivo de março de 2004 a março de 2009, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora IVONE DA SILVA RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.



Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 726/2010 - RH

PORTARIA Nº 726, de 02 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fabiana Alves de Moraes, das funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série (Geografia), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 727/2010 - RH

PORTARIA Nº 727, de 07 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 098, de 02 de fevereiro de 2009, que concede Gratificação de Função de Diretora de Escola à servidora efetiva Jane Aparecida Ferreira Rodrigues.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 728/2010 - RH

PORTARIA Nº 728, de 08 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Alessandro Nicésio de Barros, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 729/2010 - RH

PORTARIA Nº 729, de 08 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Alessandro Nicésio de Barros, das funções do cargo de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 730/2010 - RH

PORTARIA Nº 730, de 08 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO de Diretor de Escola, a partir de 08 de julho de 2010, à servidora Eliane Regina Karpowicz Stringhini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedagogo com habilitação específica em Orientação Educacional, de acordo com o Art. 30, Inciso III, Alínea "B", da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades de Diretora no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 08 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 731/2010 - RH

PORTARIA Nº 731, de 08 de julho de 2010.



O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de julho a 04 de novembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Valdinei Wenningkamp, para exercer as funções do cargo de Motorista de Veículos Leves, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição ao servidor efetivo Carlos Augusto Fantin Kussiak, que se encontra afastado para Tratamento de Saúde.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de julho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 732/2010 - RH

PORTARIA Nº 732, de 13 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Isolete da Luz da Cunha, das funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série, ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de julho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 733/2010 - RH

PORTARIA Nº 733, de 13 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Leise Cristina Zanatta, das funções do cargo de Professor 5ª a 8ª série, (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de julho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 734/2010 - RH

PORTARIA Nº 734, de 13 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de João Antonio Busck, das funções do cargo de Professor 5ª a 8ª série, (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de julho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 735/2010 - RH

PORTARIA Nº 735, de 14 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Eliani Rita Tarniovicz, para exercer as funções do cargo de Fisioterapeuta, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, no período de 14 de julho a 17 de dezembro de 2010 ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de julho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 736/2010 - RH

PORTARIA Nº 736, de 15 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,



RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 15 de julho de 2010, referente ao período aquisitivo de Outubro de 1999 a outubro de 2004, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora JUCIMARA APARECIDA MARQUES DOS ANJOS IENTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 737/2010 - RH

PORTARIA Nº 737, de 16 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Roseli Marlise Strege Konart, das funções do cargo de Atendente Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 738/2010 - RH

PORTARIA Nº 738, de 19 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Mirian Aparecida Mondini, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 739/2010 - RH

PORTARIA Nº 739, de 21 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "g", da Lei Orgânica do Município:

Considerando o Art. 20, § 1º, da Lei Municipal nº 2055/94, de 20 de outubro de 1994;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo interessado;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 09 de agosto a 08 de setembro de 2010, o prazo para a candidata concursada ANA ROSA MARIA DE AGOSTINHO, assumir o cargo de Professor Educação Infantil, a qual foi aprovada em 36º lugar.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

Porto União - SC, em 21 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 740/2010 - RH

PORTARIA Nº 740, de 21 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Zenilda Pereira da Costa, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0432/RH

PORTARIA Nº 0432/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Determinar, com base nos Artigos nº 106 e 107, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, a instauração da Sindicância Administrativa nº 011/2010, que será integrada pelos



seguintes servidores:

- a) Carlos Alberto Luthardt, matrícula nº 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 51, na qualidade de presidente;
- b) Rubens Augusto Schwarz Menslin, matrícula nº 3980/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, nível 60, faixa 61;
- c) Leonice Witte, matrícula nº 3930/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, nível 20, faixa 23.

Art.2º. A Comissão ora instituída, tem a incumbência de analisar o fato relatado no Memorando Interno CI nº 035/2010, emitido pelo Departamento de Controle Interno e relatórios inseridos, em anexo.

Art.3º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta dias) a contar da data da publicação desta portaria.

Art.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de julho de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Pregão Presencial 079/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2010

OBJETO: Aquisição de uniformes para a guarda Municipal de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 10/08/2010, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 10/08/2010, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 28 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 085/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2010

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas - Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 11/08/2010, às 08:00h, na sala de Licitações, no endereço abaixo.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às

10:00h do dia 11/08/2010, na sala de Licitações, no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 28 de julho de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 938 de 21 de julho de 2010.

LEI Nº 938 DE 21 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E NUMERAÇÃO DE QUADRA NO PERÍMETRO URBANO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica criado no perímetro urbano de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina a quadra nº 26 que servirá para enquadramento do lote urbano nº 03, Matrícula 1.141 com área superficial de 27.508,00m² (QUINHENTOS E VINTE SETE MIL, QUINHENTOS E OITO METROS QUADRADOS) de propriedade de Josefina da Rosa Gnoatto

Art. 2º. DAS CONFRONTAÇÕES: A quadra 26 criada por ocasião da presente lei terá as seguintes confrontações: A LESTE com a Rua São Paulo e lote nº 02 de Graciliano Theodoro da Silva; AO OESTE com a Rua Ernesto Francisco Cardoso; A NORTE com o Lote nº 04 de propriedade de Avelino Fabris e a A SUL com a Rua Doze de Maio.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em 21 de Julho de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Lei Nº 933 de 02 de julho de 2010.

LEI Nº 933 DE 02 DE JULHO DE 2010.

"Denomina o Ginásio Municipal de Esportes e dá Outras Providências"

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu



cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º - Fica denominado "GINÁSIO DE ESPORTES VEREADOR FLAVIO ROQUE DE SOUZA" (FLAVIÃO), o Ginásio Municipal de Esportes localizado na Rua Recife, Centro, no município de Santa Terezinha do Progresso.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 02 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Lei Nº 934 de 21 de julho de 2010.

LEI Nº 934 DE 21 DE JULHO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2009, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2009 por fonte de recursos, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 3.796,77 (três mil setecentos e noventa e seis reais setenta e sete centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria Municipal de Educação			
04.01 Departamento de Educação			
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação			
358	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.118,98
04.02 FUNDEB			
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil			
0359	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.677,79

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.796,77 (três mil setecentos e noventa e seis reais setenta e sete centavos) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2009, mais especificadamente nas Contas Bancárias

n. 11.151-1 e 16.230-2; do Banco Brasil S/A; Agência 0858-3 de Maravilha - SC

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Lei Nº 935 de 21 de julho de 2010.

LEI Nº 935 DE 21 DE JULHO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, por conta dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 1.776,80 (um mil setecentos e setenta e seis reais oitenta centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes
1700.00.00.00.00 Transferências Correntes
1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais
1721.00.00.00.00 Transferências da União
1721.35.00.00.00 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
1721.35.02.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
0159 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, até o valor de R\$ 1.776,80 (um mil setecentos e setenta e seis reais oitenta centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria Municipal de Educação			
04.02 FUNDEB			
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil			
0159	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.776,80

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.



ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Lei Nº 936 de 21 de julho de 2010.

LEI Nº 936 DE 21 DE JULHO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria Municipal de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
158	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.000,00	
158	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00	

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria Municipal de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.017000 Ampliação, reforma e melhoria dos núcleos escolares				
857	158	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Lei Nº 937 de 21 de julho de 2010.

LEI Nº 937 DE 21 DE JULHO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional su-

plementar no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 84.600,00 (oitenta e quatro mil seiscentos reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Departamento de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
387	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
395	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
041220009.2.007000 Contribuição para Associações de Municípios				
502	100	3.3.50.00.00.0000	Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos	1.600,00
03.02 Departamento de Fazenda				
041230009.2.004000 Manutenção das atividades do Dpto de Fazenda				
598	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Departamento de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
1200	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
1208	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Departamento de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
1312	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
175120040.2.034000 Manutenção, ampliação e administração dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
1446	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
2561	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 84.600,00 (oitenta e quatro mil seiscentos reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
1086	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.324,20

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
------------------------------------	--	--	--	--



06.01 Departamento de Obras				
267820040.1.013000 Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários				
2686	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	18.000,00
267820040.1.014000 Construção de pontes				
2748	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.174,86
06.02 Departamento de Serviços Urbanos				
226610040.1.025000 Implantação de área industrial				
2697	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	11.100,94

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.006000 Construção, reforma e melhoria de sala odontológica				
1529	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Decreto Nº 011/2010

DECRETO Nº 011/2010
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 04/01/2010 o servidor público municipal Ozório Monteiro, ocupante do cargo de Diretor Geral de Serviços Urbanos, matrícula nº 77/9, carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A partir desta data o servidor volta a ocupar a sua função no cargo efetivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 012/2010

DECRETO Nº 012/2010
REGULAMENTA A COBRANÇA DA TAXA DE LOCALIZAÇÃO E/OU PERMANÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PRO-

VIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal; e principalmente aquelas contidas no artigo 4º da Lei nº 455 de 10 de março de 2003;

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido para o exercício de 2010, que a arrecadação da taxa de localização e/ou permanência far-se-á em uma única parcela com o vencimento para o dia 15 de Março de 2010.

Art. 2º. Para concessão do Alvará de Localização e/ou Funcionamento será necessário o contribuinte apresentar a seguinte documentação:

- Relação de faturamento dos últimos 12 (doze) meses assinado pelo contabilista e responsável legal da empresa;
- Licenças ambientais válidas exigidas para as atividades desenvolvidas;
- Certidão de Regularidade junto a entidade profissional competente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 013/2010

DECRETO Nº 013/2010
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto lotados os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal para o exercício de 2010 conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito:
Siena Placa MEC-8783

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Ônibus Placa LHX-0366
Ônibus Placa LBE-9266
Ônibus Placa LCC-3142
Micro Ônibus Placa MDY-2652
Micro Ônibus Placa MGC-5389
Kombi Placa MCN-2580
Kombi Placa LYU-4380
Kombi Placa LZQ-9676

Secretaria Municipal de Saúde:

Siena Placa MAS-0995
Uno Placa MDO-2755
Uno Placa MGB-1114
Logan Placa MHK-8759



Doblo Placa MGG-4779
Ducato Placa MGC-0247

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Uno Placa MDO-2725

Secretaria Municipal de Transportes e Obras:
Caminhão Placa LYT-1023
Caminhão Placa MBI-3024
Caminhão Placa CYN-8884
Logus Placa LAI-5173
Motoniveladora
Pá Carregadeira
Trator de Pneu TL 65 E
Retroescavadeira Fiat Allis

Secretaria Municipal de Agricultura:
Gol Placa DEE-6726
Moto Placa MDC-5595
Trator de Pneu John Deer
Trator de Pneu TL 75 E (com concha)
Trator de Pneu John Deer 4x4 5605
Trator de Pneu TL 75 E
Retroescavadeira JCB

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de Janeiro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 014/2010

DECRETO Nº 014/2010
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DA TAXA DE LOCALIZAÇÃO E/OU PERMANÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, principalmente aquelas contidas no artigo 4º da Lei nº 455, de 10 de março de 2003;

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido para o exercício de 2010 que a arrecadação da taxa de localização e/ou permanência será em uma única parcela com vencimento para o dia 26 de Fevereiro de 2010

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de Janeiro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 015/2010

DECRETO Nº 015/2010

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório n. 2 /2010
Modalidade: Dispensa por Justificativa n. 1/2010.

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

HOMOLOGA:

Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 022010, de 04/01/10, sobre o Processo de Licitação n. 2/2010, Dispensa por Justificativa N.1/2010, que tem por objeto a Aquisição de combustíveis para os veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Santa Terezinha do Progresso..

Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	1	Gasolina comum	1.800,00	5.130,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	2	Oleo Diesel	3.900,00	8.385,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	3	Oleo Lubrificante nº 90 Galao com 20 Litros	2,00	400,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	4	Oleo Lubrificante Hidraulico nº 68 galao com 20 litros	4,00	700,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	5	Oleo Lubrificante 15w40 galao com 20 litros	9,00	1.800,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	6	OLEO LUBRIFICANTE SAE 5W 30 1 L	7,00	280,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	7	Oleo Lubrificante nº 30 lata de 1000ml	6,00	72,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	8	Conserto de Pneu Carro de Passeio	6,00	72,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	9	Conserto de Pneu Carregadeira/Retroescavadeira	4,00	96,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	10	Conserto de Pneu Trator de Pneu	4,00	96,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	11	Servico de Lavagem do Trator de Pneu	6,00	252,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	12	Servico de Lavagem Caminhao/Onibus	10,00	360,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	13	Servico de Lavagem Carro de Passeio	18,00	234,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	14	Servico de Lubrificacao da Motoniveladora	2,00	68,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	15	Servico de Lurificacao do Caminhao/Onibus	6,00	204,00



ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	16	Serviço de lubrificação de trator de pneu	8,00	272,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	17	Serviço de Lubrificação da Carregadeira/Retrescavadeira	4,00	136,00
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	18	Serviço de Lavagem Caminhoneta	6,00	96,00
°Valores expressos em reais				

Nome do Fornecedor	Valor Total
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	18.653,00 dezoito mil seiscentos e cinquenta e três reais
°Valores expressos em reais	

Santa Terezinha do Progresso, 04/01/10.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Decreto Nº 263/2010

DECRETO Nº 263/2010

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 934/2010,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2009 por fonte de recursos, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 3.796,77 (três mil setecentos e noventa e seis reais setenta e sete centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria Municipal de Educação			
04.01 Departamento de Educação			
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação			
358	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.118,98
04.02 FUNDEB			
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil			
0359	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.677,79

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.796,77 (três mil setecentos e noventa e seis reais setenta e sete centavos) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2009, mais especificadamente nas Contas Bancárias n. 11.151-1 e 16.230-2; do Banco Brasil S/A; Agência 0858-3 de Maravilha - SC

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Decreto Nº 264/2010

DECRETO Nº 264/2010

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 935/2010,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, por conta dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 1.776,80 (um mil setecentos e setenta e seis reais oitenta centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes
1700.00.00.00.00 Transferências Correntes
1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais
1721.00.00.00.00 Transferências da União
1721.35.00.00.00 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
1721.35.02.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
0159 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, até o valor de R\$ 1.776,80 (um mil setecentos e setenta e seis reais oitenta centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria Municipal de Educação			
04.02 FUNDEB			
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil			
0159	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.776,80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:



SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula n° 952/0

Decreto N° 265/2010

DECRETO N° 265/2010

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei n° 936/2010,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria Municipal de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
158		3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.000,00
158		4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria Municipal de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.017000 Ampliação, reforma e melhoria dos núcleos escolares				
857	158	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula n° 952/0

Decreto N° 266/2010

DECRETO N° 266/2010

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei n° 937/2010,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de até R\$ 84.600,00 (oitenta e quatro mil seiscentos reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Departamento de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
387	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
395	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
041220009.2.007000 Contribuição para Associações de Municípios				
502	100	3.3.50.00.00.0000	Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos	1.600,00
03.02 Departamento de Fazenda				
041230009.2.004000 Manutenção das atividades do Dpto de Fazenda				
598	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Departamento de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
1200	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
1208	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Departamento de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
1312	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
175120040.2.034000 Manutenção, ampliação e administração dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
1446	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
2561	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 897, de 16 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 84.600,00 (oitenta e quatro mil seiscentos reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
1086	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.324,20

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Departamento de Obras				
267820040.1.013000 Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários				
2686	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	18.000,00
267820040.1.014000 Construção de pontes				
2748	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.174,86
06.02 Departamento de Serviços Urbanos				
226610040.1.025000 Implantação de área industrial				
2697	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	11.100,94

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.00 Fundo Municipal de Saúde				



103010025.1.006000 Construção, reforma e melhoria de sala odontológica

1529	100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
------	-----	-------------------	--------------------	-----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Julho de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO
Assistente Administrativo
Matricula nº 952/0

Portaria Nº 011/2010

PORTARIA Nº 011/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Fabiane Bortoncello de Souza Zanon, matricula nº 737/4, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 22/02/2008 a 21/02/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Portaria Nº 012/2010

PORTARIA Nº 012/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Cenira Pereira de Oliveira, matricula nº 53/1, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 01/01/2009 a 31/12/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Portaria Nº 013/2010

PORTARIA Nº 013/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Sidiane Baruffi Dalla Corte, matricula nº 811/7, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 05/03/2008 a 04/03/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0

Portaria Nº 014/2010

PORTARIA Nº 014/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Márcia Andréa Becchi, matricula nº 736/6, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 22/02/2008 a 21/02/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matricula nº 885/0



Portaria N° 015/2010

PORTARIA N° 015/2010

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Ozório Monteiro, matrícula nº 77/9, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo

de 23/05/2008 a 22/05/2009, para serem gozadas no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 04 de Janeiro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ALICE CLAIR STAUDT
Chefe do Departamento de Administração
Matrícula nº 885/0

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.721.919,60	0,00
Pessoal Ativo	11.542.604,33	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	343.090,32	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	836.224,95	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.721.919,60	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	12.721.919,60	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	28.008.771,48	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,42	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	15.124.736,60	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	14.368.499,77	
FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 26/07/2010

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA



São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 259/2010

DECRETO n.º 259/2010

Concede Licença para tratamento de Saúde a funcionária MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde a funcionária MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 22/07/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22/07/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Resultado da eleição do conselho administrativo e fiscal do INSPA realizada no dia 22/07/2010.

RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSPA REALIZADA NO DIA 22/07/2010.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

MEMBROS TITULARES

1º REGINA CÉLIA DA SILVA SUENES	38 VOTOS
2º MÁRCIA REGINA MULLER JUNCKES	34 VOTOS
3º MARILENE PETRY KOERICH	34 VOTOS
4º MARIA DA GRAÇA JUNCKES	25 VOTOS
5º ANA LÚCIA HAMES PETRY	22 VOTOS

PARA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

1º VALÉRIA LOHN ZIMMERMANN	38 VOTOS
2º PEDRO JOSE RICHART	29 VOTOS

OBS: Não teve candidato para membros suplentes(Administrativo e Fiscal).

Comissão Eleitoral

Rosangela Maria Laurentino

Valcir José Kretzer Junior

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de edital de chamada pública nº 01/2010-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2010-FMS

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA.

Objeto: Credenciamento de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área de Psiquiatria, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes da Chamada Pública nº. 01/2010-FMS: A partir de 28 de julho de 2010, às 08h, perdurando por prazo indeterminado.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 28 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de licitação deserta e repetição pregão presencial Nº. 57/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2010-PMS - PROCESSO Nº. 118/2010-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes realizada em 27 de julho de 2010, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 9h45min e Abertura do processo: às 10h, para a aquisição de uma moto zero quilômetro para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.



O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 57/2010-PMS, realizar-se-á em 06 de agosto de 2010, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min. A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 27 de julho de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº. 151/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 151/2010-PMS
Processo de licitação nº. 103/2010 - PMS - Chamada Pública nº. 02/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Credenciada: DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.658.136/0001-81, estabelecida na Rua João Butschardt, nº. 210, Centro, no Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000,.

Objeto: Consiste em o credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante do instrumento como se transcrito.

Valor: R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), por inserção de 30 segundos.
Data da Assinatura: 27/07/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR Nº 04/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2010**Número do Registro de Preços: 3/2010****Data do Registro: 28/01/2010****Válido até: 28/01/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material didático para atividades escolares para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	CADERNO UNIVERSITÁRIO 8 MATÉRIAS - CAPA DURA - TAMANHO ABERTO 28 X 40 CM. TAMANHO FECHADO 20 X 28CM. 20 FOLHAS POR MATÉRIA - TOTAL 160 FOLHAS	UN	TODT COMERCIAL LTDA ME (7522)		4,3900	1
			EXPRESAO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		5,9400	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		9,8500	3
2	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS - CAPA DURA - TAMANHO ABERTO 28 X 40CM. TAMANHO FECHADO 20 X 28 CM. 10 FOLHAS POR MATÉRIA - TOTAL 200 FOLHAS	UN	TODT COMERCIAL LTDA ME (7522)		4,6900	1
			EXPRESAO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		5,9400	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		10,2000	3
3	AGENDA ESCOLAR CAPA E CONTRA CAPA: TAMANHO 160 X 230 MM EM PAPEL TRIPLEX 280G 4 X 0 CORES PLASTIFICADO.MIOLO: COM 222 PAGINAS NO TOTAL (SENDO 16 PÁGINAS INICIAIS +190 PÁGINAS + 16 PÁGINAS FINAIS). MIOLO PERMANENTE: TAMANHO 158 X 228 MM - 207 FOLHAS EM PAPEL RECICLADO 63G, - 1X1 COR (TODAS AS FOLHAS SERÃO IGUAIS, ONDE O ALUNO COLOCA A DATA (CALENDÁRIO E HORÁRIO) - TIPO AGENDA PERMANENTE) + 15 FOLHA EM PAPEL RECICLADO 63G - 1X1 COR - COM DIVERSOS TEXTOS (DADOS PESSOAIS: COM TODAS AS PÁGINAS PERSONALIZADAS COM FRASE ESCOLHIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO . ACABAMENTO WIRE-O NA COR QUE MELHOR COMBINAR. COM A SEGUINTE DISTRIBUIÇÃO INTERNA, PÁGINAS INICIAIS: IDENTIFICAÇÃO, HISTÓRIA DO MUNICÍPIO, HINO DA CIDADE E DOS TRÊS PODERES, EQUIPE DA SECRETARIA, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, MAPA DA CIDADE, ORAÇÃO DA CRIANÇA, FICHA MÉDICA, CALENDÁRIO 2010/2009/2011, NORMAS GERAIS, HISTÓRICO DA CIDADE E CARACTERÍSTICA DO MUNICÍPIO, CRONOGRAMA DOS CENTROS ESCOLAR, HORÁRIO DE AULA, DIREITOS E DEVERES DA FAMÍLIA, TABUADA, ANOTAÇÕES E PÁGINAS FINAIS: MAPA DO BRASIL, ESTADOS BRASILEIROS, HINO NACIONAL, HINO DE SANTA CATARINA, MENSAGEM DA SECRETARIA E ETC. COM ARTE, PROVA PRINT E FOTOLITO. COM APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		5,2000	1
			LISEGRAFF GRÁFICA E EDITORA LTDA. (10649)		5,2520	2
			NOVA GRAFICA E EDITORA LTDA (11609)		5,2530	3
			EXTREMA GRAFICA E EDITORA LTDA (11608)		5,2550	4
4	APOSTILAS CONTENDO 86 PÁGINAS POR APOSTILA, CÓPIAS SOMENTE EM UM LADO DA FOLHA - PAPEL A4 ALCALINO 210 X 297 MM, 75 G/M², COM ESPIRAL, CAPA E CONTRA CAPA - COR PRETA	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		5,9000	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		5,9100	2
			PRINTBLU COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (11603)		5,9400	3
			GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP (11173)		6,2000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2010

Número do Registro de Preços: 3/2010 Data do Registro: 28/01/2010 Válido até: 28/01/2011 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material didático para atividades escolares para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			NESU INFORMATICA LTDA (11607)		6,2300	5
5	APOSTILAS CONTENDO 119 PÁGINAS POR APOSTILA, CÓPIAS SOMENTE EM UM LADO DA FOLHA - PAPEL A4 ALCALINO 210 X 297 MM, 75 G/M², COM ESPIRAL, CAPA E CONTRA CAPA - COR PRETA	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		6,3600	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		6,3700	2
			GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP (11173)		6,4000	3
			NESU INFORMATICA LTDA (11607)		6,4900	4
6	APOSTILAS CONTENDO 63 PÁGINAS POR APOSTILA, CÓPIAS FRENTE E VERSO DA FOLHA - PAPEL A4 ALCALINO 210 X 297 MM, 75 G/M², COM ESPIRAL, CAPA E CONTRA CAPA	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		3,4900	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		3,5000	2
			GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP (11173)		3,5100	3
			NESU INFORMATICA LTDA (11607)		3,7900	4
7	APOSTILAS CONTENDO 65 PÁGINAS POR APOSTILA, CÓPIAS FRENTE E VERSO DA FOLHA - PAPEL A4 ALCALINO 210 X 297 MM, 75 G/M², COM ESPIRAL, CAPA E CONTRA CAPA	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		5,3500	1
			GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP (11173)		5,4000	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		5,4400	3
			NESU INFORMATICA LTDA (11607)		5,6800	4
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		6,3000	5
8	APOSTILAS CONTENDO 45 PÁGINAS POR APOSTILA, CÓPIAS FRENTE E VERSO DA FOLHA - PAPEL A4 ALCALINO 210 X 297 MM, 75 G/M², COM ESPIRAL, CAPA E CONTRA CAPA - COR PRETA	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		3,8000	1
			GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP (11173)		3,8500	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		4,1000	3
			NESU INFORMATICA LTDA (11607)		4,2300	4
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		4,3000	5
9	FORMULÁRIO CONTENDO 6 PÁGINAS, CÓPIA SOMENTE FRENTE - PAPEL VERGE BRANCO TAMANHO 140 X 200 MM, 85G/M², COM CAPA COLORIDA 4 X 1, FOLHAS DOBRADAS E GRAMPEADAS	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		2,7000	1
			LISEGRAFF GRÁFICA E EDITORA LTDA. (10649)		2,7160	2
			NOVA GRAFICA E EDITORA LTDA (11609)		2,7190	3
			EXTREMA GRAFICA E EDITORA LTDA (11608)		2,7200	4
10	FORMULÁRIO CONTENDO 65 PÁGINAS, CÓPIAS FRENTE E VERSO DA FOLHA - PÁGINAS DE PAPEL A4 ALCALINO 150 X 210 MM, 75 G/M², CAPA FOLHA DE ROSTO COLORIDA 4 X 1, EM PAPEL VERGÊ, 85G/M², COM CAPA E CONTRA CAPA EM PLÁSTICO, COM ESPIRAL.	UN	GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP (11173)		9,9000	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		9,9400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2010**Número do Registro de Preços: 3/2010****Data do Registro: 28/01/2010****Válido até: 28/01/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material didático para atividades escolares para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			NOVA GRAFICA E EDITORA LTDA (11609)		10,0180	3
11	KIT ESCOLAR CONTENDO 3 CADERNOS COM 60 FOLHAS, 1 LÁPIS COM MOTIVO INFANTIS OU SEXTAVADOS, 1 CANETA AZUL, 1 RÉGUA DE 20 CM PLÁSTICO TRANSPARENTE, 1 APONTADOR COM RESERVATÓRIO, 1 BORRACHA 42X21X11MM COM CAPA, 1 TUBO DE COLA 40 GR, 1 CADERNO QUADRICULADO COM QUADROS DE 1 X 1 CM, 1 CADERNO ATA PARA PRODUÇÃO TEXTUAL NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 16 X 23CM.	UN	TODT COMERCIAL LTDA ME (7522)		10,9900	1
			EXPRESAO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		11,0600	2
12	PASTA EM PAPELÃO MICRO ONDULADO KRAFT 500GR C/ALÇA PLÁSTICA E ELÁSTICO TAMANHO 345 X 250 X 55MM, COM IMPRESSÃO EM DUAS CORES	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		5,1900	1
			EXPRESAO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		5,2000	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		5,2100	3
			GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP (11173)		5,4500	4
			NESU INFORMATICA LTDA (11607)		6,2000	5

SCHROEDER, 28 de Janeiro de 2010.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 38/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2010**Número do Registro de Preços: 19/2010****Data do Registro: 28/04/2010****Válido até: 28/04/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de peças de reposição para Trator Esteira D130 e Escavadeira E215B lotados na da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	72205063 - Dente de aço para caçamba (E215B)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	SICAL	64,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	SICAL	65,0000	2
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	CNH	78,0000	3
2	72204481 - Pino trava de aço do dente (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	ECOPLAN	41,3000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIGUERAS	41,5000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FORMAC	50,0000	3
3	12575121 - Porca de aço (E215B)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	2,3200	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	4,3500	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FEY	5,0000	3
4	8282270 - Parafuso de aço (E215B)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	3,9000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	5,7800	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FIBAN	12,5000	3
5	A1304031 - Faca lateral de aço (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	SICAL	210,0000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	ECOPLAN	211,5000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	ECOPLAN	260,0000	3
6	Z1304030 - Faca Lateral de aço (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	SICAL	209,0000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	ECOPLAN	210,0000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	ECOPLAN	260,0000	3
7	8282270N - Parafuso lâmina aço M20X50 (d130)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	3,9000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	4,5000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FIBAN	5,0000	3
8	12164321N - Porca para lâmina aço M20(d130)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	1,2900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FEY	1,3000	2
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	1,5000	3
9	75282987 - Faca cantro lâmina aço(d130)	UN	G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	METISA	128,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	METISA	128,4000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	TBM	129,0000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 19/2010**Número do Registro de Preços: 19/2010****Data do Registro: 28/04/2010****Válido até: 28/04/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de peças de reposição para Trator Esteira D130 e Escavadeira E215B lotados na da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
10	75282988 - Faca cantro lâmina aço(d130)	UN	G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	METISA	128,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	METISA	132,8200	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	TBM	150,0000	3
11	7528979 - Faca lâmina de aço(d130)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	TBM	299,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	METISA	299,9000	2
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	METISA	328,9000	3

SCHROEDER, 28 de Abril de 2010.

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Nº 83/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS
CONTRATO Nº 83/2010

PARTES: Município de Tunápolis, e a empresa UCEFF Unidade Central de Educação FAEM Faculdade Ltda

Objeto: objeto a contratação de serviços de assessoria para elaboração de projeto pedagógico e demais serviços pertinentes a Rede Municipal de Educação Básica envolvendo 110h/ a (cento e dez horas)

Origem: Processo Licitatório nº 67/2010
e Convite nº 22/2010

Vigência: 07/07/2010 a 30/11/2010.

Valor: R\$ R\$ 15.290,00 (Quinze mil, novecentos e noventa reais)

Tunápolis, SC, aos 07 de Julho de 2010.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal.

Contrato Nº 84/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS
CONTRATO Nº 84/2010

PARTES: Município de Tunápolis, e a empresa Itapiranga Motos Ltda

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de uma Motocicleta 0 km, ano e modelo 2010, destinado para o Setor de Transportes, Obras e Urbanismo

Origem: 73/2010 e Pregão 31/2010

Vigência: 21/07/2010 a 31/12/2010.

Valor: R\$ 8.240,00 (Oito mil, duzentos e quarenta reais)

Tunápolis, SC, aos 21 de Julho de 2010.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal.

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 41/2010

DECRETO Nº 041/10, de 08 de julho de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 6º da Lei da Lei 1.982/09, de 28/12/2009 (LOA)

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.452.0055.1.021 - VIAS RURAIS PAVIMENTAÇÃO, PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (06) - Aplicações Diretas	R\$ 1.000.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do Convênio nº 706625/2009-MI, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 3º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0003.1.052 - CONSTRUÇÃO E OU MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.0 (02) - Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00

Art. 4º. A execução do disposto no art. 3º correrá à conta do excesso de arrecadação do Convênio nº 3380/2007- MS, no valor de 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 14 de junho de 2010, revogando-se suas disposições em contrário.

Turvo(SC), 08 de Julho de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 42/2010

DECRETO Nº 042/10, de 08 de julho de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.970/09, de 08/10/2009 (LDO)

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 66.665,46 (sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
26.782.0044.2.019 - MANUT. DA SEC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (12) - Aplicações Diretas	R\$ 66.665,46

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
26.782.0044.2.019 - MANUT. DA SEC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (09) - Aplicações Diretas	R\$ 66.665,46

Art. 3º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 141.113,00 (cento e quarenta e um mil, cento e treze reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SF E ACS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (16) - Aplicações Diretas	R\$ 141.113,00

Art. 4º. A execução do disposto no art. 3º correrá à conta da



anulação parcial do seguinte item orçamentário:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SF E ACS	
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0002.0 (08) - Aplicações Diretas	R\$ 141.113,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 08 de Julho de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 43/2010

DECRETO Nº 043/10, de 12 de julho de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.970/09, de 08/10/2009 (LDO)

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
27.812.0037.2.013 - MANUT. DO DESPORTO AMADOR	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080.0 (106) - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
27.812.0037.2.013 - MANUT. DO DESPORTO AMADOR	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0080.0 (105) - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 12 de Julho de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 44/2010

DECRETO Nº 044/10, de 12 de julho de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.970/09, de 08/10/2009 (LDO)

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 23.000,00

(vinte e três mil reais), assim classificados:

04.01 - SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
04.122.0028.2.005 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(56) - Aplicações Direta	R\$ 18.000,00
09.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.601.0053.2.029 - MANUT. E FUNC. DA SECR. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(36) - Aplicações Direta	R\$ 5.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

04.01 - SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
04.122.0028.2.005 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(54) - Aplicações Direta	R\$ 18.000,00
09.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.601.0053.2.029 - MANUT. E FUNC. DA SECR. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(34) - Aplicações Direta	R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 12 de Julho de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 9.468/10

DECRETO Nº 9.468/10, DE 21 DE JULHO DE 2010.

Retifica o art. 1º do Decreto nº 9.431/10, que autorizou a concessão de aposentadoria por idade à servidora CARMELINDA MARIANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 003/2.010,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por idade, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, e do art. 23 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora CARMELINDA MARIANO, detentora da matrícula funcional nº 2.930, inscrita no CPF 219.763.179-91, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2010.

Videira, 21 de julho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Decreto nº 9.469/10

DECRETO Nº 9.469/10, DE 22 DE JULHO DE 2.010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 191.000,00 (Cento e noventa e um mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.063 - Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.10 - Aplicações Diretas	40.000,00
15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.066 - Vigilância Sanitária	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas	1.0000,00
15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.080 - Manutenção da Saúde no município	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	191.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em Exercício

Decreto nº 9.470/10

DECRETO Nº 9.470/10, DE 22 DE JULHO DE 2.010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orça-

mentária:

21 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID	
01 - Instituto de Previdência de Videira - Inprevid	
2.078 - MANUTENÇÃO DO INPREVID	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.000200 - Aplicações Diretas	1.800.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.800.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em Exercício

Decreto nº 9.472/10

DECRETO Nº 9.472/10, DE 23 DE JULHO DE 2010.

Concede gratificação de função à servidora Gisele Cristina Rastrolla, para Coordenação do Programa Censo dos Beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta da Lei Complementar nº 94/2010,

DECRETA

Art.1º Fica concedida gratificação de função, no montante de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), à servidora Gisele Cristina Rastrolla, detentora do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico Administrativo - Previdenciário, portadora da matrícula funcional nº 11.637, lotada no INPREVID, para realizar a Coordenação do Programa Censo dos Beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira.

Parágrafo Único - A gratificação de função será custeada pelo INPREVID, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 94/2010.

Art. 2º A gratificação de função concedida na forma deste Decreto será mantida enquanto durar o Programa Censo dos Beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, observadas as disposições constantes da Lei Complementar nº 94/2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/07/2010, data de início da vigência do Programa Censo dos Beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, revogadas as disposições em contrário.



Videira, 23 de julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de julho de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em Exercício

Portaria nº 1150/10

PORTARIA nº 1.150/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3598/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 2 (dois) anos, 11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias da servidora IVONETE BRESOLIN, Professora de Educação Infantil, E-PE-MAG-I-E, o qual será computado em dobro, totalizando 108 (cento e oito) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/07/1991 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

PR 143/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 143/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS, TONERS, PAPEL OFÍCIO E OUTROS MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 20 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO VII RGF

Município de VIDEIRA - Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	37.158.850,48	49,59
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	40.460.826,00	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	38.437.784,70	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.092.489,13	-2,79
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	89.912.946,67	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.484.040,22	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	11.988.392,89	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.244.921,89	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.059.262,20	52.005.419,32

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 26/07/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



CÂMARA DE VEREADORES**Demonstrativo de Despesas com Pessoal**

Município de Videira - Poder Legislativo
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	671.859,56	0,00
Pessoal Ativo	671.859,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.201,57	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.201,57	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	668.657,99	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	668.657,99	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	74.927.455,56
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,89
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	4.495.647,33
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	4.270.864,97

FONTE: CAMARA MUNICIPAL VIDEIRA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Videira, 20/07/2010

Juliane M Colle Wartha
Contador CRC nº 24015/0-6

Nélio Martins
1º Secretário

Narcisio Kumm
Vice-Presidente

Maria Eneida Furlin Dresch
Presidente



Associações de Municípios

AMAI

1ª Audiência Pública de Aprovação e lançamento do Plano Local de Habitação de Interesse Social

CONVITE

A Administração Municipal de Passos Maia em parceria com a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da 1ª Audiência Pública de Aprovação e lançamento do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Local: Camara de Vereadores

Data: 28 de julho de 2010

Horário 14h30min

Consórcios Públicos

CIS/AMFRI

Resolução N° 04

RESOLUÇÃO N° 04 DE 23 DE JUNHO DE 2008.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, ERICO GIELOW NETO, Prefeito de Luis Alves, em conformidade com Estatuto Social, define a forma de publicação dos atos administrativos do respectivo consórcio,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão oficial de publicação dos atos administrativos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Parágrafo Único – O Diário Oficial dos Municípios constitui-se em publicação eletrônica, no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, veiculado exclusivamente na Internet.

Art. 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ITAJAÍ/SC, 23 DE JUNHO DE 2008.

ÉRICO GIELOW NETO

Presidente CIS-AMFRI

Portaria N° 01

PORTARIA N° 01 DE 26 DE JULHO DE 2010.

DESIGNA MEMBROS PARA INSTITUIREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI

Luzia Lourdes Coppi Mathias, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, e no Decreto Federal nº. 6.017/07,

CONSIDERANDO que de acordo com o Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, o Consórcio observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos e prestação de contas, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado os servidores Célio José Bernardino, Diretor Executivo, Jacqueline Mirtes Alves da Silva, Assistente Administrativo, e, Rafael Coelho Cestari, Assistente Administrativo, para instituírem a Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Art. 2º - A Comissão ora instituída terá a seguinte composição:

I – Presidente: Célio José Bernardino;
II – Membro: Jacqueline Mirtes Alves da Silva;
III – Membro: Rafael Coelho Cestari.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itajaí/SC, 26 de Julho de 2010.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal de Camboriú

Presidente do CIS-AMFRI

Extrato de Credenciamento N° 01/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO N° 01/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.

Credenciado: São Marcos Radiologia Sociedade Simples.

Extrato de Credenciamento N° 02/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO N° 02/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.

Credenciado: Laboratório de Análises Clínicas Santa Flora Ltda. - EPP.

Extrato de Credenciamento N° 03/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO N° 03/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.



Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Nicholas Tavares Kruehl.

Extrato de Credenciamento Nº. 04/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 04/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Rogério Paulo Moritz Filho.

Extrato de Credenciamento Nº. 05/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Maico Matos Menegola.

Extrato de Credenciamento Nº. 06/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 06/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Gustavo Vinicius Meirelles Tenfen.

Extrato de Credenciamento Nº. 07/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 07/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Antomar Solano Becker.

Extrato de Credenciamento Nº. 08/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 08/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Marilice de Guadalupe Silva Saab.

Extrato de Credenciamento Nº. 09/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 09/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Fernando de Lima.

Extrato de Credenciamento Nº. 10/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 10/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Fabio Vizeu Medaglia Filho.

Extrato de Credenciamento Nº. 11/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 11/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: Rafael Rivas Pasco.

Extrato de Credenciamento Nº. 11-A/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 11-A/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.
Credenciado: São Lucas Ecomax – Centro de Diagnóstico por Imagem Ltda.



Extrato de Credenciamento Nº. 12/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 12/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.

Credenciado: UNICARDIO S/S.

Extrato de Credenciamento Nº. 13/2010

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 13/2010

Objeto: Credenciamento de serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS, de acordo com a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e legislação pertinente à matéria aos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90 c/c Lei 8.666/93.

Credenciado: Instituto Espaço Clin Saúde e Educação Ltda. ME.